



**PUC**  
**RIO**

**JOSÉ MAURO GONÇALVES NUNES**

**TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**Rio de Janeiro, 10 maio de 2000.**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO**

**Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil  
<http://www.puc-rio.br>**

N.Cham. 150 N972te TESE UC

Autor Nunes, Jose Mauro Gonçalves.

Título Tecnologias informáticas e modos de subjetivação



Ex.1 PUC-Rio - PUCB

00152759

**JOSÉ MAURO GONÇALVES NUNES**



**TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO**

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da  
PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do  
título de Doutor em Psicologia.

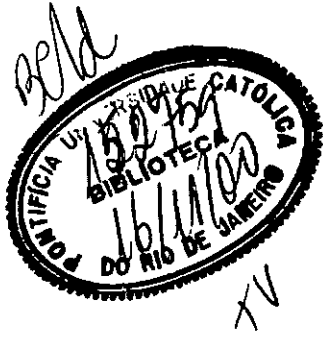
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Anamaria Ribeiro Coutinho.

Departamento de Psicologia.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2000.

103206



250  
N972te  
TESE UE

*A meus pais, Professores  
Horácio Ignácio Nunes e  
Dilvia Gonçalves Nunes.*

## AGRADECIMENTOS

— A Prof<sup>a</sup>. Anamaria Ribeiro Coutinho, pelo privilégio de trabalhar a seu lado, além da inestimável gratidão em virtude das significativas transformações e conseqüentes marcas em meu percurso de vida pessoal e intelectual, que se encontram no desenrolar deste trabalho;

— A Prof<sup>a</sup>. Carolina Lampreia, pela interlocução, interesse e incentivo sempre presentes, ajudando a amenizar um pouco a solidão do trabalho intelectual;

— A Prof<sup>a</sup>. Monique Augras, sem a qual tudo isto não teria acontecido, e pelo constante incentivo;

— A Ana Paula, inspiração e auxílio incansáveis, pela paciência e carinho inestimáveis, além do senso de humor extremamente refinado sem o qual o mundo não faria o menor sentido;

— A meus pais, pela liberdade de pensamento que me foi proporcionada pelos livros, que fazem parte de minha vida desde tenra idade;

— A Flávia Sollero de Campos e Bianca Maria Sanches Faveret, pela amizade e a inestimável troca de idéias;

— A Maddi Damião Júnior, amigo presente nas melhores e piores horas;

— A Marise e Vera, pelo apoio e carinho sempre dispensados no Departamento; e, a

— Capes, pelo auxílio financeiro recebido.

*Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.*

*— Você viaja para reviver o seu passado? — era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira: — Você viaja para reencontrar o seu futuro?*

*E a resposta de Marco:*

*— Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá.*

*(Italo Calvino, As Cidades Invisíveis)*

## RESUMO

Esta tese tem o intuito de discutir as implicações das tecnologias informáticas para a problemática da construção e regulação da subjetividade. Para isto, trata-se, preliminarmente, de mapear criticamente a literatura relevante para o entendimento da complexidade da sociedade contemporânea em seus aspectos econômico, político, social e cultural, indicando, neste contexto, as formas de inserção dos países mais a periferia, como o caso brasileiro. A partir deste panorama são delineados quatro paradoxos que são considerados significativos para o entendimento de modos de subjetivação no contexto contemporâneo: acúmulo *versus* relevância da informação, incremento *versus* restrição da criatividade humana, intensificação *versus* distanciamento da experiência social e, por fim, homogeneização *versus* fragmentação da subjetividade.

## ABSTRACT

The present dissertation discusses how information technologies may influence the process of construction and regulation of the subjectivity. Initially, the literature that discusses the complex and multifold aspects — economic, political, social and cultural — of contemporary society is reviewed. The case of countries that are in the periphery of industrialized society and particularly of Brazil, is situated in that context. Such review provides the framework for the discussion of four main paradoxical issues that are relevant for the understanding of contemporary modes of construction and regulation of the subjectivity: amount *vs.* relevance of information, growth *vs.* reduction of human creativity, intensification *vs.* decrement of social experience and homogenization *vs.* fragmentation of the subjectivity.



## SUMÁRIO

Introdução . . . . .	I
----------------------	---

### PARTE I

#### *O “novo-velho” mundo das tecnologias informáticas*

1. A dimensão econômico-política do mundo globalizado . . . . .	30
2. A dimensão sócio-cultural do mundo globalizado . . . . .	60

### PARTE II

#### *Tendências paradoxais nos modos de subjetivação na sociedade informatizada*

3. Acúmulo <i>versus</i> relevância do acesso à informação . . . . .	87
4. Incremento <i>versus</i> restrição da criatividade humana . . . . .	101
5. Intensificação <i>versus</i> distanciamento da experiência social . . . . .	115
6. Homogeneização <i>versus</i> fragmentação da subjetividade . . . . .	128
7. À guisa de conclusão . . . . .	137
8. Bibliografia . . . . .	142

## INTRODUÇÃO

*I beat my machine it's a part of me it's inside of me  
I'm stuck in this dream it's changing me I am becoming  
the me that you know had some second thoughts  
he's covered with scabs he is broken and sore  
the me that you know doesn't come around much  
that part of me isn't here anymore  
all pain disappears it's the nature of my circuitry  
drowns out all I hear there's no escape from this my new consciousness  
the me that you know used to have feelings  
but the blood has stopped pumping and he's left to decay  
the me that you know is now made up of wires  
and even when I'm right with you I'm so far away  
(Nine Inch Nails, *The Becoming*).*

Nas últimas décadas, a sociedade humana tem experimentado transformações extremamente radicais nas esferas econômica, política, social e cultural que reforçam, de sobremaneira, o aparecimento de sentimentos ambivalentes e difusos de euforia e perplexidade, dando a sensação de estarmos vivendo um momento impar na história de nossa espécie na face da Terra. Ao mesmo tempo, o caráter complexo e extremamente instável deste quadro aponta para a percepção, mais do que corrente nos dias de hoje, de estarmos à mercê destas tendências, posto nos encontramos aliados de qualquer tipo de intervenção, ingerência, interferência ou controle sobre as derivas históricas que se articulam na configuração deste *status quo*.

A perda de referenciais e de critérios de navegação neste torvelinho é agravada pela sensação de aceleração do fluxo histórico, bem como da crescente descartabilidade do passado em função da complexidade do presente. Dito de outra forma, as experiências anteriores perdem cada vez mais o estatuto de parâmetros norteadores da contemporaneidade, dado o alargamento do fosso existente entre a

dimensão preterita e a atualidade. A ruptura desta linha de continuidade acaba por proporcionar o seguinte quadro, no entender de Hobsbawm (1995, orig: 1994):

No fim de século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu o seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem (p. 25).

Paralisia, deslumbramento, medo, instabilidade, descentramento e fragmentação são alguns dos termos mais frequentes na literatura que descreve o contexto atual, dando-nos uma idéia de estarmos vivendo um momento *sui generis* na história humana (Baumann, 1999, orig: 1998; Castells, 1999a, orig: 1996; Giddens, 2000, orig: 1999; Hobsbawm, 1995, orig: 1994; 2000, orig: 1999). Este é marcado, fundamentalmente, por uma transição de diversas formas constituídas histórica e socialmente sob a rubrica do conceito de “modernidade” — amparadas em uma visão de mundo iluminista —, para novas e inusitadas formas que encontram suas bases a partir da desconstrução e dos escombros da ordem anterior. Já na década de 70, antes da difusão das tecnologias informáticas, esta ruptura começou a ser discutida por Lyotard (1979) com a caracterização do que chama de “pós-modernidade”, tendo continuidade numa literatura recente que visa articular este conceito com a problemática da globalização (Bauman, 1998, orig: 1997; Connor, 1993; Harvey, 1993; Jameson, 1996). Desta forma, no início do século XX opera-se um processo de desconstrução da ordem iluminista em direção a formas de pensamento mais fluidas e fragmentadas. O eixo de preocupações desloca-se, portanto de conceitos como unidade, individualidade e auto-consciência para noções mais flexíveis como as de fluidez, dispersão, indeterminação, descentramento, etc. (Harvey, 1993).

A complexificação do mundo atual, sobretudo após a difusão das tecnologias informáticas, torna mais do que necessária a avaliação das condições históricas, econômicas, políticas e culturais que convergiram para a constituição deste estado de coisas, mesmo diante do sentimento de descartabilidade do passado, representado em grande parte pela afirmação de teorizações do tipo “pós-tudo” — presentes em uma

parcela significativa da literatura das ciências humanas e sociais —, cuja característica é muito bem captada por Hobsbawm (1995, orig: 1994):

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência social à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem (p. 13).

Assim, a necessidade de um balanço crítico deste contexto engendra toda um conjunto de pesquisas e resenhas que, a despeito da velocidade estonteante destas transformações, objetiva avaliar os avanços, impasses e futuros desafios desta transição. Esta, por seu turno, abrange um amplo espectro de autores de diferentes formações e perspectivas de análise como historiadores (Hobsbawm, 1995, orig: 1994; 2000, orig: 1999), economistas (Arrighi, 1996, orig: 1994; Kennedy, 1993) e cientistas sociais (Giddens, 2000, orig: 1999).

A característica marcante desta literatura que objetiva analisar a contemporaneidade reside na assertiva de que esta é marcada pela entrada em cena do que se denomina de globalização. O conceito de globalização, assinala Robertson (2000, orig: 1992), possui uma história recente nas ciências humanas e sociais, sendo que sua maturação enquanto noção crucial para o entendimento das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que norteiam o final do século XX e a virada para o terceiro milênio se opera na segunda metade da década de 80. De uma forma genérica, a discussão sobre a globalização gira em torno de dois clichês principais. O primeiro é que a globalização é um fenômeno essencialmente econômico, vinculado à emergência do capitalismo financeiro global impulsionado pelas grandes corporações transnacionais e por um diminuto número de países do Norte — a tríade Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Já o segundo indica que a globalização ameaça não só a estabilidade econômica de muitos países, mas também coloca em xeque as tradições culturais e as identidades nacionais que outorgam consistência e legitimidade aos estados-nações do mundo contemporâneo. O problema destas duas argumentações reside no fato de que uma parte significativa da literatura que discute a globalização — em especial àquela produzida por otimistas econômicos, “gurus” gerenciais, futurólogos do Vale do Silício e empreendedores *dotcom* — insiste em avaliá-la de

forma linear, evolucionista e reificada, naturalizando suas implicações no sentido de que estaríamos sendo espectadores de um momento histórico ímpar na história da humanidade, a saber, o progresso em direção a uma comunidade global ampla, geral e irrestrita em toda a sua plenitude. Contrária a esta visão *naif*, uma outra parte desta literatura assume contornos mais críticos e sombrios, posto que as transformações que estamos assistindo e participando possuem implicações complexas e até mesmo ambivalentes, além do fato de que estas se espriam pelos mais variados nichos da vida humana, não residindo apenas no plano macrosocial, ou melhor, macroeconômico.

Assinalar o caráter ambivalente destas transformações implica em um afastamento de perspectivas de análise que ressaltem apenas os aspectos progressistas desta “nova” ordem, incluindo em seu escopo de análise retrocessos e efeitos reversos. Autores como Giddens (1991, orig: 1990) se propõem a analisar a sociedade contemporânea não só do ponto de vista do ritmo acelerado e o escopo global das mudanças em função da revolução informacional-comunicacional, mas também da singularidade de suas instituições, da degradação do meio ambiente, da ameaça do retorno ao totalitarismo político e da instabilidade da paz mundial em função da “balcanização” dos conflitos, complexificando-a em muito. Observa-se, ao final dos anos 90, uma reavaliação do processo de globalização, especialmente no que tange às diferentes dinâmicas por ele impostas aos países do Norte e do Sul: se nos primeiros, ocorre crescimento econômico e ganhos crescentes de produtividade, podendo estar associados a aumento significativo na taxa de emprego (no caso dos Estados Unidos) ou a um desemprego crescente (especialmente na Europa); nos últimos verifica-se um crescimento das desigualdades de renda e um recrudescimento das mazelas sociais, a despeito da modernização sem precedentes e da relativa estabilidade macroeconômica, ainda que fragilizada por constantes crises cambiais e financeiras da economia mundial. Desta feita, a “bolha especulativa” levantada pela literatura ingênua da globalização não se sustenta diante dos efeitos da globalização que se desenham para este novo século:

Também afirmar que a globalização é um simplório fenômeno de supressão das identidades nacionais e de afirmação de uma identidade única, global, é incorrer no mesmo estreitamento de análise. É comum a presença de afirmativas como a de que a

globalização é igual à ocidentalização do mundo, à americanização dos gostos e das preferências dos indivíduos, à modernização dos estilos de vida ou a uma espécie de imperialismo cultural, sendo o ápice do processo histórico de homogeneização cultural e de afirmação histórica da hegemonia das formas de vida calcadas no *american way of life*. Neste ponto, torna-se de extrema relevância o lembrete de Robertson (2000, orig: 1992) de que “devemos estar cientes de que movimentos, instituições e indivíduos, não apenas são envolvidos em ações que impulsionam o processo geral de globalização, mas também, e com bastante frequência, resistem a ele” (p. 26).

Desta forma, compartilho da perspectiva assinalada pela literatura crítica que descreve o caráter altamente paradoxal e ambivalente do processo de globalização, posto esta comportar vetores que apontam, por um lado, para o crescimento econômico, para a consolidação da democracia liberal e para a constituição de uma “ecumene global” e, por outro lado, por vetores que apontam para o alargamento do fosso existente entre os países do Norte e do Sul, para a instabilidade da economia financeira global, para o crescimento do desemprego, para as formas totalitárias de governo e para os tribalismos e os fundamentalismos de inspiração étnica e religiosa. O momento atual da discussão é atravessado pela recorrência de uma visão de mundo fatalista que se encontra difundida em um contexto mais amplo de virada de século e de início do Terceiro Milênio, dada nossa impotência associada à inexorabilidade diante das forças sociais que se encontram a moldar o nosso futuro. Com isto, difunde-se o sentimento de pessimismo relativo a globalização econômica, onde se observa cada vez mais uma disjunção entre o estreitamento das fronteiras geográficas do sistema financeiro internacional e os ganhos sociais deste processo, em especial no que diz respeito aos países periféricos, provocando o alargamento do fosso existente entre o Norte e o Sul (cf. a análise de Ricupero, 2000).

Outro ponto importante a ser destacado é que a literatura acerca desta problemática identifica a revolução das tecnologias informáticas como estando na origem destas tendências, deslançando o processo de globalização econômico-financeiro e o estreitamento das fronteiras geográficas, assemelhando o mundo ao que o teórico da comunicação do final dos anos 60 Marshall McLuhan denominou de “aldeia global”. Este novo ordenamento social foi descrito por historiadores,

economistas e cientistas políticos a partir da indicação das bases materiais nas quais se assentavam tais transformações: primeiramente, “sociedade pós-industrial” (Bell, 1977, orig: 1973); posteriormente, “sociedade pós-capitalista”, “do conhecimento” ou “da informação” (Drucker, 1996, orig: 1993); e, na atualidade, “sociedade em rede” (Castells, 1999a, orig: 1996). Entretanto, os ideólogos da informática, os tecno-*naives* e os futurólogos do Vale do Silício trataram de radicalizar a perspectiva mcluhiana até o ponto de afirmação da utopia de uma sociedade mundial interligada. Esta “ecumene informacional” encontraria sua sustentação na pretensa diminuição das barreiras de contato entre os diversos contextos sócio-culturais que integram a humanidade, impulsionando o processo de uma paulatina integração onde as diferenças e as divergências dos mais variados tipos entre os diferentes grupos e sociedades seriam suspensas, implicando em uma convivência harmoniosa e pacífica (como principais exemplos, ver Dyson, 1998, orig: 1997; Gates, 1995, 1999; Kelly, 1994; Naisbitt, 1996, orig: 1982; Negroponte, 1995; Toffler, 1970, 1980, 1990). Desta maneira, a característica deste viés consistiria em um afastamento de todo um conjunto de análises que ressaltam a perplexidade, os impasses e as ambivalências presentes na sociedade informatizada.

Um análise bastante cuidadosa e sofisticada da contemporaneidade se descortina por intermédio do conceito de “sociedade em rede”, desenvolvido por Castells (1999a, orig: 1996). Seu principal apanágio repousa justamente na afirmação do paradigma tecnológico da informação. Basicamente, suas características podem ser entendidas da seguinte forma: em primeiro lugar, é uma ordem social cuja matéria-prima é a informação, e as tecnologias daí derivadas objetivam um tipo de ação sobre esta; em segundo lugar, em função da difusão da informação, a sociedade torna-se muito mais suscetível e permeável aos efeitos oriundos das tecnologias informáticas, posto que as formas de vida individuais e coletivas se encontram influenciadas por tais transformações; em terceiro lugar, afirma-se a prevalência da idéia de “rede” como metáfora central da organização da estrutura da sociedade informacional, uma vez que tais avanços tecnológicos impulsionam as dimensões econômico, político, social e cultural no sentido de se adequarem e se adaptarem à lógica distributiva, típica das configurações em rede; em quarto lugar, a flexibilidade torna-se uma das noções

fundamentais em um contexto onde se exige uma velocidade rápida de adaptação não só diante de um contexto altamente cambiante e complexo, mas também diante do impulso inovador de uma sociedade *high-tech*; por fim, dá-se uma convergência entre diversas tecnologias — nas áreas de informática, microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia, nanotecnologia, dentre outras — que imprimem um ritmo impressionante de transformações e avanços técnicos.

Entretanto, assim como o progresso tecnológico, o percurso da “sociedade informatizada” não é linear, cumulativo ou evolutivo, posto comportar em seu seio forças antagônicas e divergentes, complexificando em demasia a análise de suas características e especificidades. Dito de outra maneira, a sociedade em rede comporta, em seu seio, tendências homogeneizantes e fragmentadoras, imprimindo uma dinâmica de oportunidades e riscos, segundo uma terminologia muito utilizada nos dias de hoje. Além disto, as tecnologias possuem efeitos diferenciados em função dos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais nos quais estas são produzidas ou se difundem. Desta forma, é necessária uma avaliação das implicações das tecnologias informáticas que discuta os efeitos diferenciados nos países do Norte e do Sul, sob pena de cair na armadilha do reducionismo que tanto aflige a literatura que discute os impactos destas na sociedade contemporânea. Uma descrição acurada deste contexto, conforme assinalada acima, pode ser vista em Cassiolato (1999):

Em resumo, pode-se argumentar que, enquanto a globalização é freqüentemente retratada como uma força integradora e homogeneizadora, o processo é muito mais complexo em termos de sua dinâmica e impactos. Inicialmente, é um amálgama ambíguo de processos aparentemente contraditórios que trazem tanto integração quanto desintegração, equalização e divergência, criação e destruição, inclusão e exclusão, oportunidades e problemas, ordem e instabilidade. Em segundo lugar é um processo desigual que opera em diferentes níveis através de processos paralelos de regionalização; afeta diferentes regiões e países diferentemente e, dentro de países diferentes, áreas e grupos sociais; também avança em diferentes velocidades nos diversos domínios econômicos e sociais (por exemplo, mais ampla e rapidamente em fluxos financeiros do que em fluxos de mão-de-obra). Em terceiro lugar é um processo desestabilizador que intensifica a volatilidade nas transações econômicas, particularmente as de caráter financeiro, ameaçando trazer mais incerteza e insegurança para pessoas e instituições (p. 169).



Neste sentido, pretendo aqui abordar a “sociedade informatizada” a partir de uma perspectiva de enfoque que ressalte suas ambivalências, contradições e paradoxos, posto acreditar que muitas das implicações relativas à questão da construção e regulação da subjetividade neste quadro advém de seu caráter extremamente complexo, repleto de minúcias, meandros e filigranas.



Qualquer discussão que tenha por objetivo avaliar as formas de construção e regulação da subjetividade na contemporaneidade deve partir, necessariamente, do surgimento do ideário individualista moderno, entendido aqui como eixo central para o entendimento dos modos de subjetivação gestados no âmbito da racionalidade ocidental. A literatura que se dedica a discutir tal problemática é extensa e variada, sendo que pretendo abordar esta questão a partir de uma perspectiva construtivista dos processos de subjetivação.

Esta visão se vincula diretamente à preocupação com a influência de diferentes contextos econômicos, políticos, sociais e culturais no engendramento de diversos modos de subjetivação e, por conseguinte, com a problematização de uma visão de subjetividade apriorística — pressuposto do ideário individualista em qualquer de suas formas — que postula a anterioridade do sujeito diante da cultura, dos processos históricos e da experiência social.

Minha perspectiva é a de que a linguagem e a experiência social participam da construção e regulação dos processos de subjetivação. Esta visão, guardada suas devidas proporções e ângulos de enfoque, tem sido recorrentemente debatida por uma gama de autores na área de ciências humanas e sociais, fazendo com que literatura que discute tal temática seja fragmentada e multifacetada. Seu início pode ser detectado a partir dos anos 60 na literatura que discute a gênese dos modos de subjetivação

contemporâneos, organizada em torno de temáticas como a história da criança e da família (Ariès, 1978, orig: 1960; Donzelot, 1977), da sexualidade (Duby, 1981; Flandrin, 1981), do individualismo (Dumont, 1983; 2000, orig: 1997; Lukes, 1973; Toulmin, 1990) e da privacidade (Ariès & Chartier, 1991; Duby, 1990; Perrot, 1995; Prost & Vincent, 1992; Sennett, 1988, orig: 1974; Veyne, 1990). No âmbito brasileiro, por outro lado, a bibliografia que discute a temática da construção e regulação da subjetividade data de finais da década de 70, sendo constituída por antropólogos (Velho, 1981), historiadores e cientistas sociais (Alencastro, 1997; Mello e Souza, 1997; Schwarcz, 1998; Sevcenko, 1998), psicanalistas e pesquisadores da área “psi” (Costa, 1979, 1992, 1994; Coutinho, 1985, 1994, 1995; Calligaris, 1996; Figueira, 1978, 1981, 1987; Figueiredo, 1995).

Os trabalhos de Michel Foucault são considerados um ponto de inflexão neste debate por justamente possibilitarem uma visão mais complexa e sofisticada dos processos de subjetivação ao longo da história dos saberes e práticas sociais. Ao colocar o sujeito e os processos de subjetivação no centro de sua pesquisa, Foucault inaugura um enfoque genealógico desta temática ao apoiar-se em um visão transdisciplinar que procura avaliar de forma integrada os processos de construção e regulação da subjetividade humana. “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (Foucault, 1995, p. 235, grifos do autor). A genealogia do sujeito moderno, por seu turno, discute a participação de aspectos macro — econômicos, políticos, sociais e culturais — e microsociais — práticas disciplinares e discursivas que configuram instrumentos de dominação. Desta forma, a discussão sobre as formas de subjetivação passa, necessariamente, por uma análise dos efeitos complexos das instâncias de saber-poder dispostas na paisagem social:

A condição de possibilidade do poder ... não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes: é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. ... O poder está em toda parte: não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (Foucault, 1997, orig: 1977, p. 89).

A discussão acerca da subjetividade humana deve levar em consideração às instâncias de poder e de dominação, que assumem um papel crucial no equacionamento desta problemática. Foucault analisa, no correr de sua obra, os efeitos do poder na construção e regulação dos modos de subjetivação, presentes tanto nas práticas diretas e incisivas de disciplinação dos corpos — como no caso dos suplicios e das sanções jurídicas em 1991, orig: 1995 —, quanto nas práticas discursivas mais sutis e insidiosas — como no caso da produção da verdade (1999, orig: 1970) ou dos saberes que versam sobre a sexualidade humana (1997, orig: 1977):

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz: produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originaram nessa produção (Foucault, 1991, orig: 1975, p. 172, aspas do autor).

No que tange ao problema específico do individualismo, o trabalho de Lukes (1973) ocupa um lugar preponderante justamente por discutir não só a gênese mas também o mapeamento do ideário individualista em suas diferentes ramificações e versões nas mais variadas formas de visão do sujeito no âmbito da racionalidade ocidental. Ele aponta que o “individualismo” é um conceito forjado no século XIX, assim como as noções de “socialismo” e “comunismo”, mas isto não significa que a sua gênese esteja restrita a este intervalo histórico. Por exemplo, Simmel (1971; 1971, orig: 1908) identifica o Renascimento italiano como o ponto zero do ideário individualista, a partir de um estado de libertação interno e externo do indivíduo das formas de vida comunitárias da Idade Média, até então predominantes no tecido social agindo como poderosas forças homogeneizadoras deste ao grupo social. O individualismo, desta forma, tem a sua emergência condicionada a este estado de coisas por intermédio de impulsos ligados à crescente vontade de poder, à distinção e à vontade de se tornar honrado e famoso diante da massa indiferenciada de pessoas.

Lukes (1973) analisa as diferentes conotações do individualismo em diferentes momentos históricos e realidades sócio-culturais. Na França, por exemplo, o

individualismo estava articulado com os ideários da Revolução Francesa fazendo com que, no século XIX, assumisse uma conotação negativa e pejorativa, posto indicar uma séria ameaça ao bem-estar comum e à estabilidade social. Desta forma, o individualismo seria portador de poderosas tendências de anarquia e desagregação, dissolução e atomização social. Na Alemanha, por seu turno, seu conceito estava em oposição direta aos preceitos iluministas de racionalidade abstrata, em função de sua vinculação direta ao ideário romântico do século XVIII, produzindo uma conotação única e singular do individualismo. No caso alemão, o individualismo, por ligar-se a conceitos como os de singularidade, originalidade e auto-realização pessoal, acaba por assumir um sentido positivo de unicidade orgânica entre o indivíduo e a sociedade, contrariando sua interpretação francesa (irei discorrer sobre o individualismo alemão mais detalhadamente na sequência do texto, ao avaliar a discussão empreendida por Simmel). No caso americano, contudo, o individualismo tornou-se não só um símbolo nacional mas acabou por assumir sua interpretação clássica e difundida socialmente, posto estar ligado a um estágio final do progresso da humanidade no sentido de uma sociedade espontaneamente coesa, de direitos individuais, governo limitado, *laissez-faire*, justiça natural e oportunidades iguais, bem como liberdade individual, desenvolvimento moral e dignidade pessoal.

Mesmo diante desta complexidade, é possível delinear uma matriz conceitual que congregue suas principais características. Lukes (1973), ao apontar para as diretrizes básicas do individualismo, consegue mapear seus principais vetores delimitadores que podem ser arrolados sob a égide das seguintes idéias: em primeiro lugar, a afirmação da dignidade do ser humano individual, tendência esta proveniente do cristianismo e reforçada pelo protestantismo; em segundo lugar, a afirmação do caráter de agente autônomo do próprio indivíduo; em terceiro lugar, uma concepção abstrata, racionalizada e apriorística de indivíduo; em quarto lugar, a asserção de um esfera privada inerente a cada indivíduo, sendo esta um espaço permanente de pensamento e ação livres; e, por fim, a assunção de que a meta de vida de cada indivíduo é o seu auto-desenvolvimento através da auto-expressão de suas crenças, valores, gostos e preferências livres de quaisquer constrangimentos provenientes da sociedade.

Dada esta matriz conceitual, o individualismo difunde-se pela cultura ocidental dos séculos XIX e XX, assumindo diversas manifestações que cabem aqui serem brevemente caracterizadas. Por um lado, a utopia do século XIX encontra sua forma máxima de expressão através da articulação de diferentes características do individualismo, associado a diferentes áreas de conhecimento — filosofia, economia e política — dando origem ao que se tornou conhecido como o *individualismo utilitário*:

De acordo com esta concepção, os indivíduos são concebidos abstratamente como determinados, com seus respectivos interesses, vontades, motivos, necessidades, etc.; a sociedade e o estado são vistos como um conjunto de arranjos sociais atuais ou possíveis que respondem mais ou menos adequadamente a estas necessidades dos indivíduos. As regras e as instituições sociais e políticas são, nesta visão, vistas coletivamente como um artifício, um instrumento mutável com o intuito de satisfazer independentemente os objetivos individuais sendo que os meios e o fim são distintos. O ponto crucial desta noção é que os aspectos relevantes dos indivíduos determinam os fins pelos quais os arranjos sociais são sustentados (atual ou idealmente) para realizarem, sejam estes aspectos chamados de instintos, faculdades, necessidades, desejos, direitos, etc., sendo assumidos como dados, independentemente do contexto social. Esta determinação de um conjunto psicológico humano fixo e invariável leva a uma concepção abstrata do indivíduo que é vista meramente como portadora destas características, que determina o seu comportamento e a especificidade de seus interesses, demandas e direitos (Lukes, 1973, p. 73).

A perspectiva de um indivíduo abstrato se espalha das mais variadas maneiras em nichos disciplinares como a economia, a ciência política e a administração, tornando-se preponderante no âmbito de suas principais teorias.

Em termos históricos, o individualismo econômico tem suas origens apontadas já no protestantismo no século XIV, e encontra sua formulação básica nos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo na metade do século XVIII, nos fisiocratas franceses do final do século XVIII como François Quesnay, tendo continuidade no século XIX em autores como Leon Walras e Alfred Marshall. Na contemporaneidade, esta forma de teorizar os fundamentos da troca e do exercício econômico encontra-se, em sua forma mais pura, representada na obra dos chamados economistas neoclássicos como Ludwig von Mises, Friedrich A. Hayek e Milton Friedman.

É na economia que se encontra uma das expressões mais características e difundidas desta concepção de indivíduo. Em linhas gerais, o *homo economicus* define-se como sendo um ser independente, racional, única fonte geradora de seus desejos e de suas preferências, cujas ações no conjunto do seu percurso de vida são marcadas pelo exercício implacável de sua racionalidade econômica, objetivando viabilizar a maximização de seus impulsos egoístas. Aliás, cabe aqui ressaltar que esta concepção de individualismo econômico só pode ser postulada a partir da articulação entre o homem racional do Iluminismo com o hedonismo dos utilitários como Jeremy Bentham, possibilitando a emergência do utilitarismo político. No âmbito da teoria política, sua expressão se dá por intermédio dos filósofos contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, tendo como formulação emblemática a noção de que a política é uma representação de interesses individuais, cabendo ao governo o intuito único de viabilizar a satisfação desses interesses individuais (cf. a análise feita por Dumont, 2000, orig: 1977). Neste sentido, cabe assinalar a análise do individualismo político de Hobbes feita por Macpherson (1979, orig: 1962), como exemplo da articulação entre os ideários individualista e utilitarista expressos na noção de “individualismo possessivo”. A partir de sua análise, o indivíduo hobbesiano tem no utilitarismo político a sua forma máxima de viabilização:

Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas. O indivíduo não era visto nem como um todo moral, nem como parte de um todo social mais amplo, mas como proprietário de si mesmo. A relação de propriedade, havendo-se tornado para um número cada vez maior de pessoas a relação fundamentalmente importante, que lhes determinava a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades, era vista na natureza do indivíduo. Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e de suas capacidades. A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício da posse. A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades (p. 15).

Outras formas de expressão deste ideário encontram-se no individualismo religioso, ético, epistemológico e metodológico (Lukes, 1973). Resumidamente, o individualismo religioso associa-se ao Protestantismo, gravitando ao redor da noção de

que o indivíduo que crê possui responsabilidade primária sobre o seu destino espiritual. Já o individualismo ético, desenvolvido nos séculos XIX e XX a partir de filósofos como Kierkegaard e Nietzsche, estrutura-se a partir da perspectiva de que a fonte da moralidade se encontra no indivíduo, fazendo com que este se torne o supremo árbitro dos valores morais<sup>1</sup>. O individualismo epistemológico tem no empirismo sua maior expressão, posto afirmar que a origem e a fonte do conhecimento residem no próprio indivíduo. Por fim, o individualismo metodológico — iniciado com Hobbes, que defende a posição de que toda e qualquer entendimento acerca dos fenômenos individuais e sociais deve partir do conceito de indivíduo — é uma posição bastante presente também no âmbito das ciências humanas e sociais.

Entretanto, é Simmel que observa as transformações do ideário individualista, observando a gestação de uma segunda vertente que, entrecruzada com a primeira, possibilita um entendimento mais sofisticado desta problemática. Esta observação se deveu, em grande parte, ao fato de que este testemunhou a complexificação da vida social e a formação dos grandes centros urbanos europeus na virada dos séculos XIX e XX — especialmente em Berlim, onde passou quase a totalidade de sua vida —, laboratório no qual foi engendrada esta lenta e gradual transformação. A segunda vertente, oposta ao individualismo utilitário, é identificada por Simmel (1971) como individualismo qualitativo ou de unicidade [*Einzigkeit*], engendrado no século XIX a partir do movimento estético do Romantismo de Goethe, da filosofia e da literatura alemã com Scheleiermacher, Schelegel e Novalis. Esta aparece a partir da preocupação levantada pelos movimentos estéticos e literários europeus desta época com a problemática da criatividade artística e da expressividade humana. Contrariamente à sua forma anterior, que pretende afirmar uma natureza universal e essencialista do homem através do pleno exercício da razão, da igualdade e da liberdade, esta versão de individualismo procura apontar para a singularidade e a idiossincrasia de cada indivíduo, apoiando-se na defesa veemente da especificidade e da diferença de cada um. Deste modo, podem ser identificadas duas grandes vertentes do individualismo, a

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar aqui a distinção entre *individualismo* e *egoísmo* éticos. Para este último, o objeto da moralidade é exclusivamente individual, articulando-se de forma direta com as versões econômica e política do individualismo, vistas anteriormente (este ponto de vista é produzido nos séculos XVII e

partir das quais todas as variações descritas anteriormente se organizam: o *individualismo utilitário* e o *individualismo expressivo ou romântico*. Por emergir do questionamento acerca da criatividade humana e o senso estético, o ideário do individualismo expressivo difunde-se nos mais variados nichos disciplinares como a comunicação, a estética e filosofia da arte, as teorias literárias e a área “psi”. Esta última torna-se o solo profícuo da proliferação de variantes deste tipo de individualismo, em função da diversidade de teorizações que se propõem a discutir aspectos relacionados com a criatividade e a expressividade, como os estados subjetivos internos, a privacidade, os gostos, as crenças, os valores, os desejos, as preferências, etc.

A obra de Simmel aponta não só a consolidação desta última forma, mas também o seu entrecruzamento com a primeira vertente, fazendo com que o individualismo acabe por sofrer uma renovação e uma reatualização, gestando uma outra forma de apresentação da ideologia individualista que, em uma análise superficial e tosca, parece se contrapor à anterior mas que, a partir de um exame mais acurado, atua de forma a complementá-lo na modernidade:

**A concepção de indivíduo do século XVIII tem em vista um indivíduo abstrato, genérico e universal, fazendo tábula rasa das particularidades que singularizariam cada um deles. A transformação dessa concepção na concepção “romântica”, que em contraposição à anterior não dá importância ao caráter abstrato-universal do indivíduo, em benefício de sua irredutibilidade e unicidade, é visível no processo que vai das Luzes e do idealismo clássico alemão à filosofia romântica. E Simmel, justamente, interpreta essa passagem como a mudança da ênfase quantitativa (na concepção das Luzes) para a concepção que privilegia os aspectos qualitativos do indivíduo. Aqui se entrelaça sua idéia de tragédia da cultura, pois que esta compreende precisamente o domínio do universal do quantitativo (no modelo simmeliano clássico que é o dinheiro) em detrimento do qualitativamente diferenciado, ou melhor, o trágico processo de conversão do qualitativamente distinto em pura quantidade indiferenciada. O “novo individualismo” romântico traz consigo, portanto, aquilo que para Simmel é essencial: o qualitativamente distinto. Ele é um gesto contra a indiferença (Waizbort, 2000, pp. 496-497, aspas do autor).**

---

XVIII, principalmente por Hobbes e Mandeville — ver, mais adiante, a nota 5, para um comentário mais detalhado).



É na cidade grande — codinome metrópole — que se observa o desenrolar deste conflito humano que assume conotações trágicas. Se a questão do homem primitivo reside na luta deste contra a natureza, a questão do homem moderno, cujo palco privilegiado é esta cidade, se localiza no conflito entre o indivíduo e a sociedade, entre o individual e o supra-individual ou, utilizando um vocabulário próximo das ciências e saberes “psi”, entre a cultura “exterior” — homogeneizante, padronizadora e massificadora — e a cultura “interior” — idiossincrática e individual, promotora de singularidades e diferenciações cada vez mais complexas, sutis e nuançadas. A articulação entre o indivíduo e a massa é um processo extremamente complexo que comporta tanto a harmonia quanto a divergência, tanto a estabilidade quanto à turbulência, produzindo estilos de vida que protejam os seus habitantes diante da velocidade das transformações e da pleora de estímulos presentes em seu cerne<sup>2</sup>. A tragédia do indivíduo moderno reside no próprio esgarçamento de sua concepção, ou seja, de que cada vez mais indivíduo e cultura são vistos como pólos antagônicos e excludentes da civilização:

*Para Simmel, é na cidade grande e moderna que estas duas formas de individualismo se encontram e lutam entre si em um conflito infindável. A cidade grande assume sua importância não só como centro do dinheiro, mas como lugar da luta entre estas duas forças. O individualismo quantitativo é característico do século XVIII, o século XIX promove o individualismo qualitativo. Mas ambos confluem na cidade grande, que lhes oferece condições privilegiadas de desdobramento: a livre concorrência liberal, relacionada ao individualismo quantitativo, e a divisão do trabalho, relativa ao individualismo qualitativo (Waizbord, 2000, p. 492).*

Dai, a preponderância de formas de vida calcadas na racionalidade, no entendimento, na objetividade, na exatidão, no cálculo, na pontualidade e na praticidade. Somado a isto, têm-se como conseqüências psíquicas da vida nos grandes centros urbanos a estilização dos comportamentos, o distanciamento psicológico, a indiferença e a insensibilidade diante do elevado montante de estimulações e de ritmos da vida, a amortização das percepções, além da presença de significativos impulsos que

---

<sup>2</sup> Uma das manifestações atuais do dilema indivíduo e sociedade, aguçado pelo individualismo expressivo, é discutida por Freud (1969, orig: 1930 [1929]), e posteriormente por Elias (1994, orig: 1987), que o identifica como estando na origem das falhas do “processo civilizador” na contemporaneidade.

apontam para soluções de compromisso como o anonimato e a impessoalização. Esta mescla, vivida neste contexto, entre tendências impessoalizantes e individualizantes encontra sua expressão no caráter “blasé” (Simmel, 1971, orig: 1903), na ausência de reação diante da diferenciação dos estímulos e da brusca alternância entre contextos e situações de vida. Como consequência desta indistinção, o indivíduo urbano acaba por desvalorizar tudo e todos, gerando uma forte tendência de depreciação e de implosão de sua própria individualidade (cf. Waizbort, 2000). Ou seja, é no âmbito da metrópole que se descortina o drama da origem, interação e ocaso trágico do próprio indivíduo, acabando por se encontrar clivado, cindido entre impulsos homogeneizantes e de expressão de sua própria singularidade.

A argumentação de Simmel é retomada por diversos autores que discutem as formas e os estilos de vida na contemporaneidade. Ressalta-se aqui uma tradição norte-americana de análise das mudanças nas formas do ideário individualista (cf. Lasch, 1988; Lynd & Lynd, 1929, 1937; Riesman, 1950; Varenne, 1977), produzindo *best-sellers* e altamente difundida. Em sua versão mais recente, destaca-se o livro de Bellah et al. (1985) baseado em pesquisas a respeito do estilo de vida da classe média branca norte-americana dos anos 80. Tal discussão serve como exemplo da coexistência, no cerne da cultura cotidiana norte-americana contemporânea, de formas variadas de subjetivação oriundas tanto do individualismo utilitário quanto do individualismo expressivo.

O ideário do individualismo utilitário, segundo estes autores, tornou-se dominante na cultura americana a partir dos séculos XVIII e XIX, partindo das raízes protestantes e republicanas expressas em figuras históricas como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin<sup>3</sup>. Em linhas gerais, sua concepção apoia-se na visão de que o sujeito procura, isoladamente, viabilizar o seu próprio interesse; desta forma, a sociedade, entendida aqui como um composto de indivíduos egoístas e maximizadores, possibilita o surgimento automático do bem-estar individual e social<sup>4</sup>. Entretanto, a visão de um

---

<sup>3</sup> Esta concepção foi muito bem analisada por Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos em 1830, tendo-a expressa em sua clássica obra *A Democracia na América*, de 1835/1840.

<sup>4</sup> A noção do bem-estar social apoiado em um cálculo econômico individual é levantada em 1723 por Bertrand de Mandeville, por ocasião da publicação do texto *A Fábula das Abelhas*. A idéia de que o egoísmo, o vício e a ação individualizada se encontram na base da prosperidade econômica, da convivência social e da harmonia comunitária é bem expressa pelo subtítulo de sua própria obra:

homem abstrato, racional, frio e calculista é questionada no seio da cultura americana por intermédio da literatura e das artes, dando origem a um individualismo do tipo expressivo que indica, como meta a ser perseguida pelos indivíduos, viver uma vida rica em experiências sensoriais, intelectuais e estéticas, além de desvincular o sucesso e a realização pessoal do viés puro da acumulação material. É em poetas como Walt Whitman que tal vertente encontra sua forma típica de expressão, constituindo-se em uma *pièce de résistance* do prazer estético e sensual diante do mundo dissociado do capital. Para o individualismo expressivo, a liberdade *strictu sensu* é a do indivíduo poder se auto-expressar de maneira livre e desimpedida, sem sofrer possíveis constrangimentos oriundos das convenções sociais vigentes. Desta forma, as personagens típicas da cultura americana trazem, em seu seio, diferentes formas de combinar e amalgamar estas vertentes individualistas: se por um lado, tipos da vida americana como o cidadão independente, o empreendedor (*self-made man*) e o gerente estejam mais próximos do individualismo utilitário, o terapeuta se encontra estreitamente vinculado à forma expressiva do individualismo. Além disso, formas de subjetivação contemporâneas como as do cidadão comprometido, do voluntário cívico e dos ativistas sociais representam, cada qual com sua especificidade, uma mescla variada de ambas as vertentes.

A problemática que o presente trabalho almeja discutir — as implicações das tecnologias informáticas no processo de construção e regulação da subjetividade — passa necessariamente por esta avaliação do ideário individualista. Especificamente, o discurso que fundamenta a produção e a difusão destas tecnologias na contemporaneidade mescla as duas vertentes de individualismo anteriormente discutidas. Ou seja, se por um lado as tecnologias informáticas são vistas como ferramentas que almejam otimizar a produtividade e o trabalho, por outro lado as mesmas são também defendidas como proporcionando um incremento nas formas de expressividade e criatividade humanas. O mito prometeico da tecnologia é o de justamente proporcionar um aumento sem precedentes da atividade econômica em conjunção com a melhoria da qualidade de vida humana, libertando-o para atividades que envolvam a produção e a difusão do conhecimento. Isto se justifica pelo fato do

---

*vícios privados, benefícios públicos* (cf., por exemplo, a discussão formulada por Dumont, 2000, orig:

microcomputador e da microeletrônica serem gestadas no final dos anos 60 em pleno movimento da contracultura californiana, onde o lema libertário era representado pelo mote "*computers for the people*". Desta forma, uma abordagem desta problemática deve necessariamente ressaltar a imbricação destas duas formas de individualismo presentes no discurso legitimador e defensor das tecnologias informáticas.

As formas de subjetivação oriundas do individualismo articulam-se com as transformações oriundas do aporte e difusão das tecnologias informáticas nas formas de vida humanas em seus mais variados aspectos. Portanto, procurarei no âmbito deste trabalho avaliar esta problemática tendo como pano de fundo não só os desdobramentos dos ideários individualistas, mas também procurarei assinalar o contexto em que se dão tais desdobramentos, isto é, as implicações das rápidas e profundas alterações nos planos econômico, político, social e cultural do novo século que se descortina, marcado por fenômenos como a globalização econômica, o fim das utopias e a problematização do ideal democrático, os paradoxos de homogeneização e fragmentação cultural, além das transformações no âmbito do trabalho e das formas produtivas em direção a uma economia digital.



A literatura que discute as implicações das tecnologias informáticas é particularmente fragmentada, em virtude tanto da complexidade do processo quanto da velocidade das transformações que nele estão implicadas. Além do mais, esta é extremamente controversa, dado que se divide, a grosso modo, entre os defensores e os críticos do ideal informático. Com o objetivo de categorizá-la, esta pode ser dividida em duas vertentes complementares mas não excludentes: uma macro e outra microsócial. A primeira vertente procura discutir o impacto destas em níveis mais

---

1977).

amplos, vislumbrando os seus efeitos para as esferas econômica, política, social e cultural. A segunda vertente desta literatura preocupa-se com os impactos das transformações acima apontadas, em aspectos da vida cotidiana e, por vezes, em aspectos diretamente relacionados com a questão da subjetividade. O meu tipo de interesse, que procuro discutir no correr deste trabalho, está mais próximo desta última vertente, atualmente denominada de “ciências sociais das tecnologias eletrônicas”, tendo como alguns dos principais exemplos os trabalhos de Dery (1994, 1996), Rushkoff (1996) e Turkle (1984, 1996). O primeiro procura mapear o campo da chamada “cibercultura”, a partir da delimitação de sua agenda de interesses, temáticas, paradoxos e inconsistências; o segundo procura discutir as implicações da “cibercultura” para as formas de vida da juventude norte-americana; enquanto que os trabalhos da última versam tanto sobre os efeitos da internet na construção de novas formas de identidade social, quanto na análise do novo uso de metáforas informacionais na concepção que os seres humanos fazem de si mesmo e dos outros em seu entorno.

A literatura nacional que discute os impactos das tecnologias informáticas nas formas de subjetivação ainda é bastante nova, não só pelo fato de tal tema ainda ser muito recente para os pesquisadores das ciências humanas e sociais em nosso país, mas também pelo fato de que a parcela da população que tem acesso a computadores ou a internet ainda é bastante restrita em comparação aos países do Norte, a despeito de seu crescimento exponencial nos últimos anos<sup>5</sup>. Mesmo assim, alguns exemplos indicam a emergência, ainda que incipiente, desta problemática em nosso país como nos trabalhos de Nicolaci-da-Costa (1997), Spitz (1999) e a coletânea de artigos organizada por Porto (1999). Em linhas gerais, o primeiro encontra-se circunscrito ao âmbito do estágio inicial de implantação e difusão da internet no Brasil, ao discutir os impactos desta sobre as formas discursivas dos usuários presentes nos canais de bate-papo nacionais. O segundo procura discutir as possíveis implicações da internet para os

---

<sup>5</sup> Mesmo assim, nota-se um significativo crescimento do número de usuários após a privatização do sistema de telecomunicações, fazendo com que o Brasil se tornasse o país com uma das maiores taxas de expansão da rede. Logo, o mercado brasileiro tornou-se um dos mais atraentes no mundo, ocasionando até o ingresso do maior provedor de acesso do mundo — a *American Online (AOL)* —, além do crescimento do número de provedores de acesso gratuito, fenômeno existente em grande parte nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

países periféricos, indicando os diversos impactos das tecnologias informáticas em contextos diferenciados. O último consiste em um conjunto de trabalhos que procura avaliar os discursos presentes nos *chats*<sup>6</sup> brasileiros voltados para temas sexuais.

A partir do quadro delineado nesta introdução, o presente trabalho visa discutir as formas pelas quais as chamadas tecnologias informáticas incidem nas formas de subjetivação, partindo de uma análise crítica da literatura que discute as diferentes formas de construção e regulação da subjetividade. Neste sentido, trata-se de assinalar que a presente tese se encontra no contexto da problemática da difusão dos modelos de subjetividade largamente difundidos nas linguagens cotidiana e acadêmica, sendo estes provenientes de complexas construções históricas, que assumem diversas formas tanto em termos alternativos, singulares ou cumulativos (cf. Coutinho, 1994, 1995). A relevância deste estudo encontra-se articulada ao redor de duas grandes linhas de justificação. Na primeira linha, mais ampla, tal estudo se justifica pela difusão maciça, na atualidade, de tais tecnologias nas formas de vida humanas, em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Na segunda linha, mais específica, a problemática da construção e regulação da subjetividade é central ao núcleo conceitual da área “psi”. Desta forma, a problematização desta temática em função das implicações oriundas destas tecnologias aponta para a necessidade de uma análise constante das novas formas de subjetivação no âmbito da sociedade, discutindo como estas se imiscuem e se articulam com as formas anteriores. Acredito ser de extrema relevância este tema fazer parte da agenda de discussões da área “psi”, uma vez que incide diretamente em sua problemática central que é a da construção e regulação da subjetividade humana. O objetivo deste trabalho não é, obviamente, o de apresentar propostas, mas sim o de possibilitar uma avaliação preliminar a respeito desta problemática.

Em uma avaliação preliminar desta temática, é importante assinalar que, em realidade, não existem formas de subjetivação privativas ou exclusivas da Segunda Revolução Industrial, como alguns autores mais otimistas e futurólogos de plantão asseveram com tanta convicção (como, por exemplo, Tapscott, 1999, orig: 1998). Entretanto, o mais significativo a ser destacado neste ponto é o aporte da difusão de

---

<sup>6</sup> Salas multiusuários de conversação e “bate-papo” em tempo real, na internet.

teorias biológicas no que tange à problemática da subjetividade humana. Esquemáticamente, seguindo o mapeamento feito por Coutinho (1995), podemos identificar duas vertentes desta discussão. Em primeiro lugar, modelos de subjetividade baseados no darwinismo evolucionista e, em segundo lugar, modelos baseados na ciência cognitiva e nas neurociências.

Nesse sentido, o ponto básico do primeiro modelo está em discutir a problemática da subjetividade em uma perspectiva onde o homem se encontra em continuidade com as outras espécies no percurso evolutivo, o que tem deslançado uma série de pesquisas que procuram destacar os pontos de contato entre este e as demais espécies<sup>7</sup>. Já o segundo modelo é produzido em um âmbito transdisciplinar, onde ambas as áreas — a ciência cognitiva e a neurobiologia — se encontram na ponta de lança das inovações tecnológicas. Por um lado, a ciência cognitiva está diretamente ligada às pesquisas em informática e ciências da comunicação, enquanto as neurociências atrelam-se ao esteio da biologia molecular, possibilitando a produção de biotecnologias. Entretanto, a diferença com relação ao modelo anterior é a de que ambas as áreas abordam a questão em um nível interno ao organismo, enquanto que no primeiro caso são analisadas as interações entre este e o meio. No que tange à questão da construção e regulação da subjetividade, as teorizações produzidas no âmbito das teorias neurocientíficas são da maior relevância por justamente assinalarem que o organismo humano é dotado de uma alta plasticidade, além de operar em um registro de indeterminação, fazendo com que o seu funcionamento varie de acordo com a história individual de cada organismo (para uma discussão mais detalhada sobre a difusão das teorias biológicas no entendimento contemporâneo de formas subjetividade, ver Coutinho, 1995)<sup>8</sup>.

Dado o tema deste trabalho, a saber, os efeitos das tecnologias informáticas nas formas de subjetivação, procurei organizá-lo em função de duas partes que se integram de maneira a oferecer um exemplo dos impactos das circunstâncias econômicas,

---

<sup>7</sup> Dentre as diferentes áreas acadêmicas vinculadas a este projeto, a que mais se destacou em termos desta discussão foi a sociobiologia, justamente por analisar as dimensões de invariância e variabilidade de uma mesma espécie em diferentes circunstâncias.

<sup>8</sup> Um índice da difusão do entrecruzamento das teorias biológicas com a questão da subjetividade pode ser vista pela emergência, no âmbito das ciências humanas e sociais, de concepções que procuram

políticas, sociais e culturais na construção e regulação da subjetividade. Antes de mais nada, cabe aqui ressaltar que utilizarei o termo “tecnologias informáticas” ao fazer referência ao complexo tecnológico oriundo da revolução nas tecnologias computacionais e de telecomunicações, posto que em meu entendimento tal termo expressa com bastante propriedade o caráter central da noção de informação no contexto da sociedade atual.

Na primeira parte, procuro empreender um mapeamento crítico da literatura que discute a sociedade informatizada em seus mais variados aspectos, apontando suas tendências, impasses, perspectivas e contradições. Neste sentido, em primeiro lugar procurarei mapear o debate a respeito das implicações econômicas, políticas, sociais e culturais das tecnologias informáticas, tendo como pano de fundo uma análise crítica do processo de globalização que funciona como pano de fundo para a disseminação destas, desde as escalas produtivas e gerenciais até o âmbito dos computadores pessoais e sua difusão no cotidiano das pessoas. Encaminharei esta discussão no sentido de procurar ressaltar o caráter altamente paradoxal e complexo no qual vivemos, desconstruindo o ideário progressivista e evolucionista de história, que marca uma parcela significativa desta literatura. Pelo fato de utilizar, nesta primeira parte, uma literatura proveniente sobretudo da economia e da ciência política, cabe ressaltar que tal discussão é marcada por uma predominância de autores que adotam o ideário individualista utilitarista. Mesmo assim, autores que cerram fileiras em torno do otimismo tecnológico como Gates (1995) e Negroponte (1995) trazem, no cerne de suas argumentações, aspectos expressivistas que vinculam ao aspecto libertário e revolucionário destas tecnologias, especialmente no que tange à problemática da criatividade humana. Isto se justifica pelo contexto de produção destas, o Vale do Silício Californiano do final dos anos 60 e início dos 70, berço principal dos ideários da contracultura que se propagaram neste período. A problematização desta visão, no entanto, é operada a medida que me aproximo de considerações envolvendo a cultura e a sociedade contemporâneas. Além de apontar os “efeitos-bumerangues” inerentes a esta revolução tecnológica, minha análise também pretende levar em consideração os diferentes contextos sócio-culturais, bem como os efeitos diferenciais desta em função

---

mesclar o biológico, o informacional e o artificial (como principal exemplo, tem-se o conceito de



da nova estratificação geopolítica em torno da divisão Norte/Sul. Isto inviabiliza qualquer consideração de cunho unívoco ou “ingênuo” dos efeitos da tecnologia na sociedade e nas decorrentes formas de subjetivação. Ainda nesta primeira parte, procurarei discutir os impactos da globalização e da difusão das tecnologias informáticas no âmbito do emprego, da educação e da cultura, mostrando que o fim do trabalho rotinizado e o início do conhecimento como moeda de troca contemporânea, o incremento da criatividade e da expressividade e a difusão de uma cultura global convivem com o aumento exponencial das taxas de desemprego, a padronização da educação e o recrudescimento de formas identitárias tribais e de tendências fundamentalistas das mais variadas espécies.

Na segunda parte, procuro discutir as implicações das tecnologias informáticas para o processo de mudanças nas formas de subjetivação, em função do contexto descrito na parte anterior. O ponto central desta parte é justamente o caráter ambivalente e paradoxal assumido pelos modos de subjetivação no âmbito da sociedade informatizada, tornando esta problemática mais complexa, sutil e repleta de nuances. Por ser o núcleo deste trabalho, optei por organizar a discussão em torno de quatro grandes paradoxos que entendo serem importantes para o tema em questão. No primeiro paradoxo — acúmulo *versus* relevância da informação — indico o aumento exponencial do volume de informação disponível associado a uma incapacidade crescente de sua avaliação em função dos diferentes interesses, perspectivas de enfoque e utilidades para cada “usuário”. No segundo paradoxo — incremento *versus* restrição da criatividade humana — procuro apontar para o pretense poder da tecnologia em agregar valor à expressividade e à criatividade humanas, associado à tendência subreptícia de padronização no processo de aquisição e utilização do conhecimento. No terceiro — intensificação *versus* distanciamento da experiência social — discuto o poder que as tecnologias informacionais-comunicacionais têm de aglutinar pessoas e de funcionarem como uma alternativa às formas tradicionais de sociabilidade, contrastando com o fomento de experiências pessoais mais distanciadas e descontextualizadas. Por fim, no último paradoxo — homogeneização *versus* fragmentação da subjetividade — assinalo a presença, no âmbito da sociedade

---

“ciborgue” (*cyborg*), desenvolvido por Haraway (1991, orig: 1985).

contemporânea, de uma tensão subjetiva entre vetores homogeneizantes e de dispersão, o que implica em uma reavaliação da problemática identitária diante do aporte destas novas tecnologias. Reitero, aqui, a minha perspectiva de análise que visa mostrar que os impactos das tecnologias nos diversos âmbitos da atividade humana não podem ser vistos de maneira linear e unívoca, sendo seus efeitos os mais diferenciados possíveis.

*PARTE I*

---

*O "NOVO-VELHO" MUNDO DAS TECNOLOGIAS  
INFORMÁTICAS*

A complexidade que é a marca dos efeitos das tecnologias informáticas na contemporaneidade é dada pelo fato destas impulsionarem o processo de globalização, especialmente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, onde os seus efeitos começam a ser percebidos e discutidos pela literatura do campo das ciências humanas e sociais. Basicamente, este debate envolve diversas áreas de conhecimento tais como a economia, as ciências sociais, a ciência política, as relações internacionais, dentre outras. O fenômeno contemporâneo da globalização econômico-financeira toma forma a partir da conjugação de diversas tendências: em primeiro lugar, a otimização da atividade econômica viabilizada por um entrecruzamento das mais variadas mudanças tecnológicas registradas nos campos das telecomunicações, microeletrônica e informática; conjuntamente, uma alteração nas práticas produtivas e administrativo-gerenciais das grandes corporações em virtude da ascensão do que a literatura denomina de “sociedade em rede” (cf. Castells, 1999a, orig: 1996), “sociedade pós-capitalista” ou calcada no conhecimento (cf. Drucker, 1996, orig: 1993), ou “sociedade pós-industrial” (cf. Bell, 1977, orig: 1973). Esta possibilita uma revolução na produtividade viabilizada pela utilização destas novas tecnologias, desembocando em práticas que enfatizam a maximização do lucro e do desempenho, o combate ao desperdício, a busca por uma excelência tecnológica constante e a adoção de processos gerenciais mais flexíveis e abertos à inovação, capazes de lidar com uma realidade cada vez mais complexa e cambiante; por fim, no plano político, dá-se a ascensão de um modelo de estado menos intervencionista especialmente no que tange aos problemas de ordem macroeconômica, da liberalização dos fluxos de comércio e finanças entre os diversos estados, organizações e corporações transnacionais.

Entretanto, a eclosão de uma economia internacional não é um fenômeno novo na história da humanidade dado que, desde a época das grandes navegações — entre os séculos XIV e XV —, a Europa Ocidental estabeleceu fluxos comerciais regulares e intensos com o Oriente e com as colônias, tanto na África quanto nas Américas (cf. Kennedy, 1989, orig: 1988). A partir da Revolução Industrial no século XVIII, os ganhos de lucro e de produtividade obtidos com tais avanços tecnológicos obrigaram o estabelecimento de uma rede internacional de comércio, capitaneada pelo Império Britânico, visando escoar o excedente de produção a partir da constituição de

companhias de comércio mundiais. Além disto, apesar de ser consensual o fato de que o surgimento das companhias multinacionais ter se dado no século XIX e terem se consolidado nas primeiras décadas do século XX, o fluxo de comércio internacional cresceu vigorosamente nos anos 20, experienciando uma queda nos anos de depressão econômica e de guerras mundiais, encontrando novo impulso após a década de 50. Análises como a de Hirst & Thompson (1998, orig: 1996) contestam a opinião corrente de que a economia do final do século XX é marcada por um grau de abertura sem precedentes na história humana, posto que o volume de transações da economia internacional anterior aos anos de guerras foi ligeiramente maior do que a atual. Mesmo assim, a diferença reside no fato de que as transações globais, na atualidade, não residem apenas no comércio de bens físicos, mas sim alicerçadas em fluxos financeiros internacionais e, principalmente, caracterizada pela circulação de bens imateriais — a *informação*. Desta forma, na contemporaneidade se assiste a emergência de um novo tipo de sociedade calcada em fluxos globais de bens não-físicos que circulam em uma alta velocidade de troca, configurando o que nos dias de hoje é denominado de “economia digital emergente” (U.S. Department of Commerce, 1999).

O objetivo desta parte é a de discutir (e mapear) a literatura representativa que versa sobre os efeitos conjugados da globalização e da revolução tecnológica de base informacional nos mais variados âmbitos da atividade humana, avaliando suas complexidades e contradições. Procurei organizá-la a partir de dois eixos principais: primeiramente, serão avaliados os impactos e transformações nas esferas econômica e política, e posteriormente a análise tomará como ponto central as modificações observadas no âmbito do trabalho e da cultura.

O primeiro capítulo procura discutir criticamente tais impactos, mapeando a literatura atual em torno de dois pólos excludentes, os “otimistas” e os “pessimistas” tecnológicos. Feito isto, procurarei articular esta discussão com as transformações observadas no âmbito econômico e político, estendendo-a para a dimensão dos países ditos “emergentes”, enfatizando suas implicações para o contexto brasileiro. O segundo capítulo ampara-se, inicialmente, em uma avaliação crítica das significativas alterações da noção de trabalho na contemporaneidade, dado tal contexto acima

discutido, para depois avaliar as transformações no plano da cultura, onde o ponto "quente" do debate se localiza na constituição ou não de uma cultura global ou mundializada.

## A dimensão econômico-política do mundo globalizado

### As controvérsias intrínsecas ao progresso tecnológico.

*Pois bem, aqui, veja, é preciso correr o mais depressa que se puder, quando se quer ficar no mesmo lugar. Se você quiser ir a um lugar diferente, terá que correr pelo menos duas vezes mais rápido do que agora!*  
(Lewis Carrol, *Alice no país das maravilhas*).

A legitimação das tecnologias informáticas se constitui a partir da articulação entre um ideário progressista e outro liberalizante. A idéia da tecnologia como artifice do progresso e promotora da evolução e do desenvolvimento da sociedade, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da humanidade como um todo, expõe as raízes iluministas da ciência e tecnologia contemporâneas, que remontam às origens da ciência moderna com Galileu e Newton (Burt, 1991, orig: 1983). Em decorrência do progresso da humanidade em direção a um futuro melhor, a adoção, desenvolvimento e subsequente difusão de novas tecnologias objetiva maximizar a capacidade de intervenção do homem sobre a natureza, visando um progressivo controle preditivo. Desta forma, a tecnologia entra em cena como sendo a ferramenta de manipulação do homem sobre a natureza, alterando-a e manipulando-a conforme suas prerrogativas e interesses que interviam em sua concepção.

Diante de um mundo contemporâneo marcado pela interligação econômica crescente, alavancado pelas tecnologias informáticas que levam à compressão da

experiência de espaço e de tempo por parte dos indivíduos (cf. Baumann, 1999, orig: 1998; Connor, 1993; Harvey, 1993), a concepção prevalente de ciência e tecnologia é aquela esposada pelos defensores do ideal informático, a saber, a de uma ciência progressista e liberalizante, tendo como principal instrumento as tecnologias daí derivadas. Desta forma, a tecnologia se torna o “fetiche” da contemporaneidade, posto ela trazer em seu seio um componente “mágico” segundo os seus defensores, por justamente possibilitar um aumento sem precedentes na atividade econômica mundial gerando, em última instância, uma oferta maior de empregos e, conseqüentemente, o aumento do bem-estar social.

A despeito da preponderância destes argumentos — caracterizando uma posição “otimista” com relação à questão da tecnologia —, o debate atual a respeito do impacto das tecnologias de um modo geral (e, mais especificamente, as de natureza informacional-comunicacional) oscila para o outro pólo de posicionamentos — posturas mais “pessimistas”. Em verdade, a literatura atual que versa sobre tal tema é composta por um espectro de autores que oscilam entre as duas posições<sup>9</sup>, além do fato de que os seus efeitos podem trazer impactos indesejados ou não previstos inicialmente, fato este que irei explorar mais adiante.

O “otimismo tecnológico”, no que tange às tecnologias informáticas, é representado por uma diversa gama de autores com diferentes formações e posições, ligados às áreas de negócios, política e por formadores de opinião que se encontram na ponta de lança da produção e divulgação destas tecnologias (como principais exemplos, Gates, 1995, 1999; Naisbitt, 1996, orig: 1982; Negroponte, 1995; Toffler, 1970, 1980, 1990). O que caracteriza a retórica destes diversos autores, é uma crença geral e compartilhada de que o progresso tecnológico implica, *necessariamente*, em um futuro promissor para a humanidade, possibilitando a melhoria crescente da qualidade da vida humana, com os avanços não só na área de informática, mas também nas de comunicações e de biotecnologia. No que toca ao problema do emprego, a substituição da mão-de-obra humana decorrente da automação do trabalho propiciará à humanidade um tempo ocioso cada vez maior, que deverá ser utilizado em atividades

---

<sup>9</sup>Tal oscilação de posições pode ser vista na obra de Brockman (1997, orig: 1996), resenha de posições dos mais variados autores no campo da produção e divulgação da cultura informática.



de lazer e de aquisição de novos conhecimentos, retroalimentando a engrenagem da sociedade da informação. Desta feita, os avanços tecnológicos promoveriam o retorno a uma sociedade racionalizada, democrática, humanista e pacífica, minimizando os efeitos da pobreza, da violência, da desigualdade e da exclusão social de todos os tipos e formas. Enfim, o progresso tecnológico seria a panaceia para os males do mundo, segundo tais autores, dando a chance de o homem interferir e melhorar a sua própria história e até mudar o seu próprio destino.

O auge desta posição é representada pelos trabalhos de Gates (1995, 1999) e de Negroponte (1995), cujos livros se tornaram *best-seller* não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Ambos os autores ocupam posições de destaque na divulgação da chamada “cultura informática”: Gates é o homem mais rico do planeta e dono do maior oligopólio de *softwares* do mundo, e Negroponte é um dos fundadores e diretores do Laboratório de Multimídia do Massachusetts Institute of Technology (MIT) — um dos principais centros mundiais de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias informáticas —, além de ser consultor estratégico de diversos conglomerados empresariais. Ambos apontam a vinculação estreita da informática com o processo de globalização da economia mundial, tanto como causa (força propulsora) quanto como efeito (retroalimentando a cadeia de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, de acordo com as demandas e tendências do mercado). Além disto, ambos também compartilham da crença do caráter “mágico” das tecnologias informáticas, isto é, de que são produtoras de progresso econômico, geradoras de pleno emprego e, conseqüentemente, elevadoras da qualidade da vida humana. Para estes, as tecnologias informáticas vieram para promover uma profunda modificação da atividade humana como um todo: mas, é necessário frisar, *esta modificação é irreversível e tende para melhor*. Como exemplo desta atitude, temos as seguintes citações abaixo dispostas:

Já disse que sou otimista, e estou otimista a respeito do impacto da nova tecnologia. Ela vai aprimorar o período de lazer e enriquecer a cultura através da expansão e distribuição da informação. Vai ajudar a aliviar a pressão nas áreas urbanas permitindo que os indivíduos trabalhem em casa ou em escritórios remotos. Vai aliviar a pressão sobre os recursos naturais, porque um número cada vez maior de produtos poderá tomar a forma de bits em vez de bens manufaturados. Vai nos dar

controle sobre as nossas vidas e permitir que experiências e produtos sejam adequados aos nossos interesses. Os cidadãos da sociedade da informação terão novas oportunidades no que se refere à produtividade, ao aprendizado e ao lazer. Os países que se moverem de maneira ousada e em consonância com os demais usufruirão de compensações econômicas. Mercados inteiramente novos vão emergir e uma miríade de novas oportunidades de empregos serão criadas. (Gates, 1995, p. 308).

Uma das maravilhas da estrada da informação é que uma *igualdade digital* é muito mais fácil de se alcançar do que uma igualdade no mundo real. Seria necessária uma maciça quantia de dinheiro para dar a todas as escolas primárias de todos os bairros pobres o mesmo tipo de biblioteca que têm as escolas de Beverly Hills. Todavia, quando se ligam as escolas *on-line*, todas obtêm o mesmo acesso à informação, onde quer que ela esteja armazenada. Todos nascemos iguais no mundo virtual e podemos usar essa igualdade para nos ajudar a enfrentar alguns dos problemas sociológicos que a sociedade ainda tem que resolver no mundo físico (Gates, 1995, p. 318, os destaques são meus).

Entretanto, tanto Gates quanto Negroponte formulam discursos ingênuos ao avaliarem os impactos das tecnologias informáticas nos mais variados aspectos da vida humana. Ambos não levam em consideração as diferentes inserções destas tecnologias em qualquer realidade sociocultural, bem como não discutem políticas alternativas de implementação destas que minimizem os problemas levantados pela literatura crítica (desemprego em massa, exclusão social, terceirização da economia, dentre outros). Enfim, um otimismo *high-tech*, associado a uma boa dose de liberalismo e ingenuidade sociais, faz com que suas análises ressaltem apenas os efeitos “paradisiacos” e “libertários” destas tecnologias<sup>19</sup>.

A literatura crítica do “otimismo” tecnológico, por seu turno, se articula em torno de uma extensa agenda de problemáticas que se impõem para o próximo século, que acabam por inviabilizar qualquer solução do tipo homogeneizante ou liberalizante: questões sobre a instabilidade econômica do mercado global, gerando pobreza e exclusão social; sobre a instabilidade política em um mundo que alterna entre o Estado-mínimo dos neoliberais e os fundamentalismos de qualquer espécie (étnicos e/ou religiosos); sobre as transformações inseridas na ordem do emprego com a adoção destas tecnologias; sobre os impactos que estas têm no ecossistema, bem como os

---

<sup>19</sup>Esta discussão se encontra resumida em dois trabalhos de minha autoria (Nunes, 1996/7, 1997).

danos impostos ao meio ambiente: sobre a homogeneização de um padrão cultural “global” veiculado pela mídia transnacional, em contraposição à manutenção das especificidades sócio-culturais de cada comunidade humana (uma resenha da agenda de questões para o século XXI mais detalhada é vista em Kennedy, 1993).

Outro fator convergente para posturas mais críticas diz respeito ao crescente sentimento de pessimismo com relação às tecnologias, experienciados pela humanidade em especial após a Segunda Grande Guerra, com a explosão das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Soma-se a isto o fato de que, no século XX, se dá a ascensão de regimes políticos de natureza totalitária e discriminatória (fascismo e sua variante, o nazismo), abalando o casamento entre avanço tecnológico e progresso social, a despeito do fascínio exercido pelas tecnologias de ponta sobre os indivíduos. Desta feita o fenômeno do pessimismo tecnológico, a despeito de não ser um fato novo na história da humanidade, assume novos contornos e nuances neste final de século<sup>11</sup>.

A crítica principal dos “pessimistas” tecnológicos visa o cerne do argumento dos “otimistas”, ancorado no caráter “mágico” da tecnologia. A repercussão das tecnologias informáticas na questão do desemprego é fundamental no sentido de maximizá-lo, sendo um exemplo de “efeito bumerangue” da tecnologia, isto é, o de não só gerar efeitos inesperados mas também o de produzir impactos que possam contradizer as previsões mais otimistas (cf. Segal, 1994). Tal noção encontra a sua expressão em Tenner (1997, orig: 1996), que discute os efeitos “reversos” dos artefatos tecnológicos. Este compila as promessas de tecnologias de diversas áreas — biotecnologia, esportes, engenharia, transportes, dentre outras — e os seus efeitos alcançados, concluindo que não só existe uma distância entre a promessa e o efetivo resultado alcançado mas também que, na grande maioria dos casos, estas acabam por produzir efeitos “inesperados”, seja agravando alguns problemas já existentes ou então gerando outros sem precedentes, inesperados. Sua argumentação é bastante cristalina a respeito dos efeitos das tecnologias informáticas seja no corpo do indivíduo — o aumento da incidência de lesões por esforço repetitivo, típicas de quem trabalha nos

---

<sup>11</sup>Outros momentos de pessimismo tecnológico podem ser vistos na Inglaterra Vitoriana (Yavetz, 1994) e na Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial (Herf, 1994).

escritórios informatizados — seja no próprio ambiente de trabalho — discreto aumento da produtividade e explosão de gastos com sistemas de vigilância e manutenção destas tecnologias.

Além disto, as diversas realidades econômicas, políticas, sociais e culturais no globo impedem uma avaliação simplista e homogeneizante de tais impactos. O “otimismo” tecnológico, no entender de seus críticos, é tributário de uma visão iluminista e racionalista de conhecimento científico. Conforme afirma L. Marx (1994), a retórica de sutura entre progresso tecnológico e evolucionismo social é típica nos momentos de revoluções tecnológicas. Isto acaba por desembocar em uma visão “desinteressada” da ciência e da tecnologia, onde o conhecimento é desvinculado de seu contexto econômico-político-social que condiciona a sua produção (cf. Ezrahi, 1994).

Um ponto a ser destacado aqui é que tal análise não pretende mostrar somente os aspectos negativos das tecnologias, mas sim de avaliá-las criticamente. Longe de somente apontar para as suas falhas, trata-se de discuti-las de maneira criteriosa, avaliando seus impactos, limitações e impasses. Daí se segue que não se trata de negar os benefícios oriundos de sua adoção e difusão, assim como suas implicações nas diversas esferas da vida humana, mas sim de denunciar o caráter “asséptico” com o qual são tratadas, a partir da problematização da retórica de legitimação utilizada pelos otimistas tecnológicos. É somente a partir este olhar crítico que podemos desconstruir o discurso simplista e ingênuo destes autores.

## Globalização e Estado-mínimo .

*Nos últimos duzentos anos, porém, sempre que as paixões políticas e a política do Estado nacional colidiram com a racionalidade econômica, foram as paixões políticas e o Estado nacional que levaram a melhor.*  
(Drucker, 1997, p. 11).

A literatura atual que objetiva discutir a problemática da globalização aponta a otimização da atividade econômica como fruto da crescente interligação dos mercados mundiais, sejam estes localizados nos circuitos produtivos ou financeiros. Por seu turno, tal otimização fundamenta-se, basicamente, em dois grandes acontecimentos que atuam de maneira conjugada: primeiro, a revolução tecnológica da informação, impulsionada pelo desenvolvimento e disseminação das tecnologias informáticas e, em segundo, a crescente interdependência econômica mundial envolvendo um número cada vez maior e diversificado de atores sociais. Negroponte (1995) afirma que o produto desta conjugação implicará, necessariamente, na decorrência de que “o planeta digital seja mais parecido com uma cabeça de alfinete, e assim as pessoas vão percebê-lo” (p. 12). Desta maneira, a conjugação destes dois fatores levou a uma euforia no início dos anos 80, a despeito das crises fiscal e do endividamento externo vividas pelos estados-nação tanto do Norte quanto do Sul<sup>12</sup>. Uma vasta literatura se descortinou no sentido de apontar as benesses de uma “nova” ordem econômica mundial baseada nos fluxos integrados de capital e na descentralização dos nichos produtivos, levando a uma crescente integração econômica entre o Norte e o Sul (como principais exemplos

---

<sup>12</sup>Evidentemente que, no caso da crise fiscal, os países do Norte (em especial, os da Europa Ocidental) experimentaram uma redução drástica dos programas de bem-estar social que caracterizaram até então o *modus operandi* dos países no pós-guerra. Já o caso da crise do endividamento externo, levando a um engessamento orçamentário das finanças públicas, foi exemplar dos países do Sul, afetando diretamente os até então chamados países de industrialização recente, como era o caso brasileiro naquele contexto histórico.

desta literatura, temos as obras de Toffler, 1970, 1980, 1990; e Naisbitt, 1996, orig: 1982).

A assertiva de que as tecnologias informáticas são diferenciais estratégicos no mundo competitivo globalizado é lugar comum nos discursos que legitimam a “nova ordem mundial”<sup>13</sup> do capital mundializado, do sistema econômico global. Gates (1995, 1999) e Negroponte (1995) asseveram que a revolução da informática é um dos principais fatores de propulsão deste “status quo”, onde a velocidade de transmissão da informação, a capacidade de resposta rápida às modificações do meio e a busca incessante da qualidade e da excelência em produtos e serviços se tornou o novo lema da contemporaneidade.

As mudanças na economia mundial observadas a partir dos anos 80, em função destas transformações, são apontadas por Drucker (1992) como estando circunscritas a três pontos principais: em primeiro lugar, uma separação entre a economia industrial e a economia dos produtos primários; em segundo lugar, uma outra separação, no âmbito da economia industrial, entre produção e emprego; por fim, o deslocamento da força propulsora da economia mundial do eixo comercial para o eixo financeiro, evidenciando a ascensão de um capitalismo de tipo financeiro sem precedentes na história mundial. Este último dado — a expansão do capital financeiro — possibilita a emergência de uma crescente concentração da atividade econômica nas chamadas corporações transnacionais, oligopólios que dão sustentáculo às práticas econômicas mundializadas que sustentam o capitalismo global (cf. Clairmont, 1999; Sklair, 1995, orig: 1990). Desta feita, um dos efeitos da globalização está em concentrar cada vez mais o poder econômico nos países desenvolvidos, assinalando a assimetria de todo este processo no que tange não só à distribuição da riqueza no globo mas também à possibilidade de crescimento econômico dos países “semi-periféricos” e “periféricos” (cf. Furtado, 1998).

Dado este contexto, os efeitos do processo de globalização no plano político são intensos e extremamente complexos. Em linhas gerais, pode-se dizer que a economia baseada no livre mercado e na liberalização dos fluxos de capitais coloca em

---

<sup>13</sup> Termo utilizado pelo presidente norte-americano George Bush ao se referir ao arranjo do sistema internacional após a queda do Muro de Berlim e a fragmentação da União Soviética em estados menores.

xeque a atividade do Estado-nação tal como demarcada no início do século XX e , em especial, no pós-guerra onde a intervenção do Estado na vida econômica era defendida em nome dos princípios macroeconômicos keynesianos.

A ordem econômica mundial do pós-Segunda Guerra Mundial é vista como sendo marcada pelos princípios da teoria keynesiana e de seus mecanismos de regulação internacional que compõem o Sistema de Bretton Woods — a saber, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Dentro desta visão, cabia ao Estado estabelecer políticas macroeconômicas de regulação das políticas fiscal e monetária, com vistas ao estabelecimento do pleno emprego e do crescimento econômico rápido (para uma descrição mais detalhada deste tema, ver Eichengreen, 2000, orig: 1996, capítulo 4).

O arrefecimento do crescimento da economia mundial no pós-guerra, observado a partir dos anos 70, pode ser, a grosso modo, atribuído a três fatores: a aceleração do processo inflacionário, o colapso do sistema de Bretton Woods e a crise do petróleo em outubro de 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou excessivamente o preço do barril de petróleo. Em decorrência destes, a economia mundial viveu uma desaceleração drástica dos índices de crescimento econômico dos diversos países, sentida diferencialmente nos países do Norte e do Sul. Atrelado a isto, a economia mundial após a crise do petróleo é desestabilizada, e as explosões inflacionárias caracterizaram a realidade de diversos países, em especial no Sul onde taxas inflacionárias astronômicas tornaram-se moeda corrente, gerando uma série de planos econômicos e intervenções estatais que tiveram um efeito reduzido e até maximizador dos problemas já existentes. Os fluxos de comércio mundial sofreram significativas alterações, onde os movimentos financeiros e de serviços tornaram-se preponderantes diante do comércio de produtos manufaturados e de petróleo, que marcavam até então as transações econômicas entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento (cf. Williamson, 1996, orig: 1993). A saída para a “estagflação” (estagnação econômica + altas taxas inflacionárias) foi a adoção, por parte da grande maioria dos países do Sul, de um programa de reforma econômica inspirado por ideais monetaristas e de livre-mercado, a partir da desregulamentação do mercado financeiro e da flexibilização das relações trabalhistas,

objetivando a abertura e integração progressiva com a economia mundial globalizada<sup>14</sup> (para uma discussão mais detalhada deste ponto, ver Helleiner, 1996). A reorientação de políticas intervencionistas para políticas mais liberalizantes pode ser vista como sendo determinada por três fatores: primeiramente, a proeminência política de atores sociais defensores de uma orientação econômica dirigida ao mercado e à competitividade; em segundo lugar, o crescimento exponencial das grandes organizações financeiras e das atividades multinacionais; por fim, uma baixa resistência doméstica, isto é, dentro do próprio estado, à adoção das tendências acima descritas.

Antes disto, um dos principais argumentos para a intervenção estatal na vida econômica era a de que um sistema capitalista baseado no livre mercado e na livre iniciativa, tal como defendem os economistas neoclássicos contemporâneos, leva a constantes choques e instabilidades, provocando depressões econômicas intensas (Hunt, 1989, orig: 1978; Hunt & Sherman, 1993, orig: 1975). Entretanto, com a globalização os limites da política agora são definidos pelo mercado, e não mais preponderantemente pela ação estatal, contrariamente à ortodoxia econômica do pós-guerra. A globalização, neste sentido, redefine o papel do Estado-nação como um gerente efetivo da economia mundial posto que, contrariamente ao viés keynesiano, agora o Estado é visto como um empecilho à atividade do livre mercado e à constituição de uma economia mundial globalizada, interligada e interdependente. Portanto, a crise do edifício da economia mundial do pós-guerra, engendrado em torno das diretrizes keynesianas e do Sistema de Bretton Woods, acarreta um enfraquecimento do poder do Estado-nação no sentido não só da gestão mas também da intervenção efetiva e eficaz na busca de políticas de retomada do ritmo de crescimento e desenvolvimento econômicos. Conseqüentemente, a crise financeira, orçamentária e fiscal dos estados torna-se um fator a mais na impotência e na incapacidade de alterar o rumo dos acontecimentos (Corsi, 1997).

Desta feita, a globalização implode os limites tradicionais da atividade econômica antes circunscritos ao âmbito dos estados, gravitando em torno dos seus

---

<sup>14</sup> Como exemplos de governos que implementaram tal ortodoxia, nomeada por muitos críticos como *neoliberalismo*, temos no Norte os governos de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher, respectivamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha dos anos 80. No Brasil, a ascensão do primeiro presidente eleito após duas décadas e meio de governos militares — Fernando Collor de Mello — marcou o ingresso do país neste quadro de integração com os fluxos econômicos mundiais.



limites geográficos. Economistas, sociólogos, cientistas políticos e outros pesquisadores apontam que tal processo não é novo na história da humanidade identificando, nos anos 80, o crescimento dos processos de interligação e interdependência econômicos como reativadores destas tendências já existentes.

Segundo Ohmae (1996, orig: 1995), feroz defensor da minimização da intervenção estatal na economia e apologista da concepção de Estado-mínimo, tal processo se justifica pela combinação de fatores que denomina de quatro "Is" — *investimento, indústria, informação e individualismo*. Em primeiro lugar, o mundo atual é caracterizado pelo fato de que o investimento de capital não está mais geograficamente restrito, estando atrelado à produtividade, liquidez e rentabilidades mais atraentes bastando ver, para isto, as crises cambiais e a subsequente fuga de capitais dos mercados financeiros emergentes. Em segundo lugar, a indústria é atualmente direcionada para o mercado global, indicado pela crescente concentração da atividade econômica discutida anteriormente, com o aumento da frequência de casos de fusões de empresas dos mais variados ramos. Dito de outra forma, as estratégias dos conglomerados transnacionais são mais orientadas para as exigências e oportunidades do próprio mercado, do que por marcações geográficas ou por exigências estatais. Em terceiro lugar, a revolução promovida pelas tecnologias informáticas possibilita a constituição deste mercado global. Por fim, cria-se um mercado consumidor global formado por indivíduos que desejam produtos melhores ou mais baratos, independentemente de sua origem geográfica<sup>15</sup>.

Desta forma, a atividade econômica é deslocada de seus limites geográficos criando um "mundo sem fronteiras", favorecendo a emergência de economias regionais:

Se o movimento irrestrito desses Is torna o papel de intermediário dos Estados-nação obsoleto, as qualificações para participar do fórum global e para delinear as soluções globais começam a corresponder não às fronteiras políticas artificiais dos países, mas à unidades geográficas mais focalizadas — por exemplo, Hong Kong e a faixa adjacente do sul da China, a região de Kansai ao redor de Osaka ou a Catalunha.... Denomino essas unidades "Estados-regiões". Eles podem residir

---

<sup>15</sup> Some-se a isto a previsão, para o próximo século, do crescimento exponencial do comércio eletrônico como um fator a mais no fortalecimento destas tendências (cf. U.S. Department of Commerce, June 1999; The Economist, 1999c).

totalmente dentro das fronteiras de um Estado-nação ou transcendê-las. Isso não importa. Tais fronteiras são o resultado irrelevante do acaso histórico. O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global de hoje em dia. Essas são as fronteiras — e as conexões — que importam num mundo sem fronteiras. (Ohmae, 1996, orig: 1995, p. XXI).

A regionalização da economia e o deslocamento da esfera de decisões políticas dos estados para as corporações transnacionais atesta a obsolescência dos modelos tradicionais de intervenção estatal na economia. Para os defensores desta “nova ordem” tal estado de coisas caracteriza um “paradoxo global”, dado o fato de que o epicentro da economia, do ponto de vista geográfico, se localiza nestes pequenos “estados” dentro de Estados politicamente consolidados e historicamente constituídos. Dito de outra maneira, o global advém do regional, a descentralização econômica corrói as fronteiras geográficas do estado tradicional e o torna impotente diante da velocidade digital do capital global. Desta feita, as intervenções macroeconômicas estatais acabam por se concentrar em duas vertentes: em primeiro lugar, adequar o país às exigências desta “nova” ordem globalizada, por intermédio de ações governamentais que tanto minimizem a intervenção do Estado no mercado quanto institucionalizem a competitividade e a busca incessante da qualificação como molas-mestras para o andamento da economia; em segundo lugar, criar condições de viabilidade da atividade econômica destes “Estados-regiões”, podendo inclusive serem engendradas legislações próprias e distintas que autonomizem estas pequenas unidades econômicas.

Os defensores desta visão incorrem na mesma ingenuidade dos “otimistas” tecnológicos vistos na seção anterior: eles superestimam os efeitos do mercado sem levar em conta que, na maioria significativa dos casos, os estados tiveram um papel fundamental na consolidação desta nova forma de atuação, ao intervirem na economia de tal maneira a promoverem a desregulamentação da atividade econômica, a liberalização dos fluxos financeiro e de capitais bem como a implementação de políticas visando a competitividade e a busca pela qualidade. A análise do papel da intervenção e regulamentação estatais na constituição da economia de mercado inglesa da Revolução Industrial foi primeiramente levantada por Polanyi (2000, orig: 1944), em uma obra já clássica, servindo de apoio e amparo na desconstrução do credo liberal da não-

ingerência do Estado na dimensão econômica. Na atualidade, esta linha de argumentação foi retomada, por exemplo, na coletânea de artigos organizada por Boyer & Drache (1996), bem como no livro de Hirst & Thompson (1998, orig: 1996). Até mesmo Hayek (1990, orig: 1944), defensor clássico do liberalismo econômico e político, não nega a importância da ação governamental visando a implementação e manutenção das práticas de concorrência e competitividade, a partir do uso de mecanismos de regulação:

Criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos”, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal. Em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem qualquer função. Um sistema eficaz de concorrência necessita, como qualquer outro, de uma estrutura legal elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada. (p. 60).

Helleiner (1996) e Epstein (1996) afirmam que a integração econômico-financeira do mundo globalizado se deve, em parte significativa, a uma reorientação das políticas estatais dos países industrializados, a partir de uma forte intervenção dos estados nos mercados financeiros no sentido de sua desregulamentação. A evidência de que os mercados continuam a ser bastante determinados e fortemente regulados pelos estados toma corpo ao se verificar as discussões em torno da queda das barreiras protecionistas comerciais envolvendo países do Norte e do Sul, representadas nas intrincadas negociações multilaterais envolvendo o comércio mundial na Rodada Uruguai do GATT<sup>16</sup> entre 1982 e 1993 e no recrudescimento atual de posturas protecionistas nas relações comerciais entre a Argentina e o Brasil, colocando em risco o processo de integração econômica no Cone Sul<sup>17</sup>. O “fracasso” do início da chamada “Rodada do Milênio” — nova etapa de negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciada em novembro de 1999

<sup>16</sup> Acordo Geral de Comércio e Tarifas — *The General Agreement on Tariffs and Trade*.

<sup>17</sup> Para uma visão mais ampla do contexto dos acordos comerciais multilaterais, suas *démarches* e *détentes*, bem como a posição brasileira neste processo, ver Abreu (1994) e Barbosa e César (1994a).

na cidade norte-americana de Seattle — se deu pelas fortes manifestações de rua contrárias à globalização e seus avatares, promovidas principalmente por organizações não-governamentais, sindicatos de trabalhadores das indústrias, agricultores, grupos de defesa da liberdade de expressão, de opção sexual, dentre outros, apontando para a existência de forças contrárias à integração da economia mundial, especialmente dentro dos países ricos (cf. *The Economist*, 1999a).

Os apologistas do “Estado-mínimo” — aqueles que defendem a minimização significativa de sua intervenção na esfera econômica ao deixar a regulação desta à “mão invisível” do mercado —, desta forma, se deixam levar pelo canto da sereia e ignoram solenemente o papel dos mecanismos de intervenção estatais na implementação desta “nova ordem mundial”. Claro está que este processo não se dá em mão única, posto que os países são pressionados pela força das grandes corporações transnacionais a se adequarem às suas exigências, mas estas “não se encontram totalmente fora do controle dos governos nacionais. Elas têm de se adaptar a eles” (Drucker, 1997, p. 10). Os defensores do estado mínimo — chamado de “novos medievalistas” por Slaughter (1997) — não levam em consideração dois pontos cruciais: primeiro, que o poder do mercado não substitui o poder estatal; segundo, o deslocamento de poder do estado para os atores não-estatais não é um jogo de soma zero, isto é, a diminuição do poder de um não implica no aumento de poder do outro. Para esta autora, o estado atual não está desaparecendo, e sim se desagregando em diferentes partes, se articulando em alguns casos, com homólogos em outras partes do mundo formando redes de regulação transgovernamentais. Evidentemente que o processo de globalização leva a um reposicionamento do papel do estado neste novo estado de coisas, especialmente no que tange a sua autonomia política e a sua capacidade de formular políticas macroeconômicas capazes não só de capitalizar ao máximo tendências e oportunidades surgidas nesta “nova ordem mundial”, mas também de “corrigir” possíveis distorções e buscar soluções para problemas sociais decorrentes destas transformações. Mas, longe dos “novos medievalistas” afirmarem que o Estado-nação é um entrave histórico que não resistiu às transformações globais e

---

1994b). No que tange aos impasses das relações comerciais no âmbito do Mercosul, ver Peña (1997, 2000).

à queda do Muro de Berlim, posto não possuírem a agilidade e a capacidade de reagir eficazmente às transformações em curso na economia mundial, há uma grande probabilidade deste sobreviver aos choques destas tendências, porém substancialmente modificado nas esferas fiscais e monetárias internas, nas políticas econômicas externas, no controle das transações internacionais e no modo de conduzir a guerra (Drucker, 1997).

Tal problematização não pode ser entendida sem a referência ao contexto no qual está é produzida, a saber, o chamado Consenso de Washington<sup>18</sup>, que se encontra no centro da agenda de discussões dos cientistas humanos e sociais. Para os críticos da globalização, a concepção de um estado não-intervencionista que embasa os argumentos dos defensores da liberalização financeira e da constituição de um mercado global não se sustenta a um exame mais crítico de sua argumentação. O ponto principal da problematização desta visão reside no fato de que, sem uma intervenção efetiva do estado a partir da adoção de políticas macroeconômicas de orientação monetarista e da desregulamentação dos mercados financeiro e laboral, os ideais de liberalismo e *laissez-faire* não encontram um sustentáculo para sua efetiva implementação. Dito de outra maneira, os mercados somente se tornam eficientes no momento em que estejam articulados com os sistemas de regulação estatais e as corporações privadas (Boyer, 1996).

Entretanto, a adoção do ideário reformista como sendo a saída para as crises do endividamento externo e da retomada do desenvolvimento traz uma série de efeitos de “vingança”, tais como: a ação em massa do capital especulativo, não-produtivo, de origem tanto interna quanto internacional, nos mercados “emergentes” em função da liberalização financeira, com o perigo de uma desestabilização da economia mundial; a perda da autonomia política dos estados, especialmente a perda da capacidade da gestão e regulação de políticas macroeconômicas; o crescimento exponencial do desemprego, sendo fonte geradora de instabilidade política e social; a crise do estado

---

<sup>18</sup> Conjunto de medidas econômicas neoliberais objetivando a reforma e a estabilização da economia dos países emergentes, especialmente os da América Latina, obtidas em um seminário na capital americana em 1990, reunindo economistas do governo norte-americano, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Tais medidas, em seu conjunto, constituem na aplicação dos princípios de privatização estatal, controle da inflação, adoção da concepção de estado mínimo e liberalização comercial.

como promotor de bem estar social (*welfare state*) erigido no pós-guerra, dado o prolongamento do tempo de vida humana, o aumento populacional e a conseqüente explosão orçamentária dos sistemas de seguridade sociais.

Claro está que esta combinação de fatores difere para cada estado, posto estarem em consonância com as diversas realidades econômicas, políticas e sociais de cada país. Como exemplo, a crise do estado do bem-estar social é vivida mais intensamente na Europa do que nos Estados Unidos, dado o fato de que a melhoria da qualidade de vida da população sempre foi uma política marcante dos estados europeus, em detrimento do sistema de saúde e de seguridade social norte-americano desvinculado de um forte investimento estatal.

Além disto, observa-se uma antinomia crescente entre globalização e democracia, justamente pelo agravamento de seus efeitos críticos (Castells, 1999b, orig: 1996; Held, 1995; Martins, 1996; Vigevani, 1998, orig: 1997). O caráter paradoxal é ainda mais significativo, se observarmos que uma das implicações políticas da globalização é a de justamente universalizar as formas políticas democráticas e representativas, como resultante do colapso dos regimes comunistas do Leste Europeu. O esvaziamento da esfera política e da paralisia diante das transformações alavancadas pelos mercados tornam os estados (e suas populações) cada vez mais impotentes para lidarem com tais conseqüências deletérias. Somado a isto, a fragilidade, a exclusão social, o achatamento salarial, o desemprego em massa e o crescimento da economia informal, contribuem para a perda de prestígio do ideal democrático, justamente pela redução drástica do poder político por parte do estado e por sua incapacidade de lidar com tais questões urgentes. "A idéia de uma comunidade que se autogoverna e determina o seu próprio futuro — uma idéia que se encontra no seio da política democrática — é, consensualmente, profundamente problemática hoje" (Held, 1995, p. 17).

O questionamento dos valores democráticos acaba por propiciar a ascensão de modelos políticos totalitários, baseados em fundamentalismos de natureza religiosa e étnica, aumentando a instabilidade política no globo. Na Europa Ocidental os movimentos nacionalistas radicais de inspirações fascistas e nazistas, apesar de minoritários, começaram a ter uma maior visibilidade política; nos Balcãs, os

nacionalismos e fundamentalismos religiosos e étnicos se entrecruzam em uma combinação explosiva, fazendo com esta seja uma das regiões de maior instabilidade política do mundo<sup>19</sup>, inclusive ameaçando a unificação econômico-política da Europa; na Rússia, o desmantelamento da União Soviética e a sua pulverização em estados menores que vivem conflitos infundáveis também não foge à regra; Castells (1999b, orig: 1996) identifica, nos fundamentalismos islâmico do Oriente Médio e cristão dos Estados Unidos, na Seita da Verdade Suprema no Japão e no movimento zapatista da região de Chiapas no México, pólos de resistência questionadores das tendências universalizantes da globalização. Enfim, a “nova ordem mundial” tornou as relações internacionais extremamente complexas em função da queda do bipolarismo entre superpotências para um multilateralismo envolvendo os mais variados interesses entre os diversos países (para uma discussão mais detalhada da complexidade das relações internacionais na atualidade ver Lafer & Fonseca Júnior, 1994; Magnoli, 1995; Miyamoto, 1998, orig: 1997). Como afirma Kissinger (1999, orig: 1994):

Nenhuma nova ordem mundial teve de organizar-se a partir de tantos entendimentos diferentes ou em escala tão global. E nenhuma ordem anterior teve que combinar os atributos dos sistemas históricos de poder equilibrado com a opinião democrática global e a explosão tecnológica do período contemporâneo (p. 23).

A reestruturação do ideal democrático, assim como a refutação da proposição de um estado mínimo tornaram-se a pedra de toque na discussão levantada pela literatura crítica que discute os alcances, impasses e limitações da globalização na esfera política (como alguns exemplos desta literatura, temos a coletânea de artigos organizada por Boyer & Drache, 1996; Held, 1995). Em linhas gerais, tal literatura trata de articular as práticas e instituições democráticas com a complexa realidade atual das políticas nacionais e internacionais, bem como as suas interpenetrações. Autores como Brodie (1996) pensam que tais modificações, ao invés de paralisarem as iniciativas estatais, possibilitam formas alternativas de participação e regulação políticas:

---

<sup>19</sup> Dado as guerras, no início dos anos 90, entre os Sérvios, Croatas e Bósnios na Antiga Iugoslávia e agora, no fim da década, entre a Sérvia e a minoria separatista de etnia albanesa da província do Kosovo.

O neo-liberalismo não produziu um milagre econômico e, diferentemente do Fordismo, não obteve sucesso na criação de um consenso geral ao redor de sua particular visão de mundo. Contrariamente aos pontos centrais do discurso de reestruturação, o período presente não representa o fim da política — a substituição da negociação política com imperativos neo-liberais. Em verdade, a profunda falta de consenso social, o atropelamento dos princípios democráticos para impor novas formas de governo, a crise fiscal contínua do estado bem como as crises de desemprego e do consumo, tudo aponta para a abertura de novos espaços políticos e na difusão de visões alternativas (p. 395).

Outra dimensão desta discussão articula a instabilidade política do sistema democrático com a impossibilidade de fundamentação de uma ordem social calcada exclusivamente nos princípios da ortodoxia liberal. Esta problemática é levantada por Santos (1999), especialmente quando aponta para tendências endógenas de desagregação e declínio presentes no funcionamento de um sistema político-econômico liberal. Para este, tais tendências se expressam em um conjunto multifacetado de problemas que podem ser agrupados nos fenômenos de oligopolização organizacional, de ineficiências alocativas, de perversões distributivas e de decadência institucional generalizada.

A conjugação das conquistas obtidas com a liberalização comercial e financeira e com a constituição de um mercado global, devem ser articuladas com a crescente busca do bem-estar social, com a garantia dos direitos básicos do cidadão (liberdade, emprego, saúde, educação, moradia) e com a responsabilidade ecológica. A busca por um “desenvolvimento sustentável” passa por uma reavaliação das premissas constitutivas do Consenso de Washington, especialmente pela necessidade de conjugação entre a globalização financeiro-comercial e os ganhos sociais (cf. Stiglitz, 1998). A literatura propositiva, isto é, que fornece alternativas ao modelo vigente expressa-se pela conjugação entre capitalismo e social-democracia a partir da reforma do papel do estado (Przeworski, 1995, orig: 1985; 1994, orig: 1991; 1996), encontrando expressão na corrente política da “terceira via” representada pela ascensão, no final desta década, dos trabalhistas na Inglaterra e dos socialistas na Alemanha (para uma visão detalhada da proposta inglesa, ver Giddens, 1996, orig: 1994; 1999, orig: 1998; Hutton 1998, orig: 1995; 1998, orig: 1997). Longe de ser uma crítica pura e simples ao sistema capitalista e aos males da globalização, tal alternativa



procura justamente aproveitar os ganhos obtidos com a globalização com a participação de um estado mais ativo, nem mínimo tal como propõem os monetaristas e neoliberais, mas também nem inchado e agindo com mão de ferro na dinâmica da economia, tal como nos regimes comunistas do Leste Europeu. Pelo contrário, a ascensão de um estado regulador entre os interesses nacionais e os interesses do mercado, desponta como sendo uma das possíveis propostas de reforma política para o próximo século.

#### **A perspectiva dos países “emergentes” e o caso brasileiro.**

*Pense globalmente, aja localmente !*  
(Lema empresarial japonês da atualidade).

Dada complexidade da discussão retratada anteriormente, pode-se concluir que não há uma unanimidade ou um consenso na literatura que procura discutir as implicações e as contradições do fenômeno da globalização. Em linhas gerais, Galvão (1997) organiza o debate em torno de três posições, a saber: em uma primeira vertente temos os “arautos” da globalização, constituída por autores que ressaltam as implicações positivas e progressivas desta, enfatizando o caráter inovador, transformador e sem precedentes para as estruturas econômicas, políticas e sociais nacionais e internacionais; numa segunda vertente temos os “céticos”, aqueles que não observam no processo da globalização qualquer novidade, ruptura ou descontinuidade com o processo de expansão do sistema capitalista mundial, sendo este uma decorrência natural de tendências já existentes no projeto global e ecumenizante do capital; e, por fim, os “críticos” que, além de compartilharem da opinião dos “céticos”

acerca do caráter de continuidade histórica do processo, objetivam apontar e discutir as implicações, limitações, contradições e os impasses deste nas mais variadas esferas da vida humana.

Para além de uma análise meramente superficial e maniqueista que ressalte apenas a globalização como sendo uma “internacionalização de conflitos e hegemonia Coca-MacDonalds” (Santos, 1997, p. 4), tal fenômeno é dotado de uma extrema complexidade e de um caráter altamente paradoxal. A avaliação deve partir de uma análise das diversas realidades econômicas, políticas e sociais em jogo, produzindo efeitos diferenciados, convergentes e até altamente contraditórios ao esperado. Forças centrífugas e centripetas ou, como no entender de Santos (1997), fenômenos de crescimento e de estagnação, tornam a análise muito mais complexa e mais difícil de ser empreendida. Neste sentido, alio-me aos autores que procuram desconstruir o “mito” progressista da globalização a partir de uma análise crítica de suas principais características.

Antes disto, é necessário que alguns pontos desenvolvidos nas seções anteriores sejam aqui retomados, especialmente no que tange a uma caracterização esquemática do quadro econômico e político na atualidade. Em primeiro lugar, a economia mundial está longe de ser verdadeiramente global. A grande maioria das transações comerciais e financeiras se dá no âmbito da Triade Europa, Japão e Estados Unidos. Tal fato é corroborado pela concentração dos fluxos de capital e de investimento das empresas multinacionais em seus países de origem. Desta forma, o mito da descentralização da economia mundial torna-se insustentável, fazendo com que os mecanismos de exploração e exclusão sociais ainda permaneçam bastante marcantes. Apesar de, a partir da década de 80 em diante, se observar um crescimento exponencial do investimento externo direto em detrimento dos fluxos comerciais internacionais — o que é característico não só do fenômeno da globalização mas também da ascensão de um capitalismo do tipo financeiro —, tais transações se dão no âmbito desta Triade, especialmente se observarmos que estas são patrocinadas pelas corporações transnacionais, onde 90 % de suas matrizes se encontram nos países que a compõem (cf. Hirst & Thompson, 1998, orig. 1996). Contrariamente ao que afirmam os defensores da globalização, a economia internacional caminha para uma maior

concentração de capital e de investimento nos países do núcleo orgânico, jogando por terra o “mito” do vigor e da capacidade de sobrevivência dos mercados “emergentes”. O próprio vigor da economia norte-americana, caracterizada por índices crescentes de produtividade e de pleno emprego, somente reitera a evidência de que o império americano foi o que mais lucrou com todo este processo de internacionalização da economia.

Em segundo lugar, a existência de corporações genuinamente transnacionais é relativamente rara, posto que estas possuem uma forte base nacional, e seus interesses, não raro, são defendidos e encampados pelos estados nos quais têm a sua matriz localizada. As empresas multinacionais ainda possuem a sua “base de origem” — como ponto central de suas atividades econômicas — ancorada nos países do G-7, especialmente no eixo Estados Unidos — Europa Ocidental — Japão. Desta forma, é mais adequado falar de companhias *multinacionais* do que transnacionais, dado que grande parte dos seus fluxos comerciais e financeiros se encontram restritos a este grupo. “As empresas multinacionais ainda estão muito confinadas, em termos de suas atividades empresariais como um todo, em seu território de origem; elas permanecem fortemente *nacionalmente enraizadas*” (Hirst & Thompson, 1998, orig: 1996, p. 151).

Em terceiro lugar, a crença na repartição do crescimento econômico às economias recentemente industrializadas é relativa, posto que grande parte do capital investido na economia dos países “semi-periféricos” é de natureza especulativa e não-produtiva, sendo susceptível de fluxos de entrada e saída de acordo com boatos oriundos do mercado financeiro, instabilidades macroeconômicas e mudanças de condução na política econômica por parte dos estados envolvidos. Ressalto aqui o fato de que tal capital especulativo não é necessariamente de origem externa, tal como procura afirmar a retórica política do nacionalismo e do isolacionismo, mas também é proveniente de fontes internas que participam ativamente na ciranda financeira dos mercados emergentes<sup>20</sup>.

Arrighi (1998, orig: 1997) aponta o caráter altamente estratificado da economia mundial, reorganizando tal divisão em termos de países do “núcleo orgânico”, “semi-

---

<sup>20</sup>Na crise cambial entre o final de 1998 e o início de 1999, grande parte do capital especulativo que apostou na quebra da economia brasileira a partir da elevação da cotação do dólar era proveniente de investidores internos.

periféricos” e “periféricos”, e que a luta pelo desenvolvimento e pelo crescimento econômico só pode ser conseguida às custas de uma maior exploração e exclusão de outros países nesta corrida. Tais oportunidades não são equivalentes para todos os países e, uma vez que um determinado Estado alcance o patamar desfrutado pelas economias do “núcleo orgânico”, as oportunidades de alcance para os outros países são em muito diminuídas:

Os Estados, individualmente, podem conseguir, e conseguem, cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semi-periferia da riqueza oligárquica do núcleo orgânico, como ocorreu com o Japão recentemente e com alguns outros antes do Japão. Mas os êxitos, individualmente, levam a um retesamento das tendências excludentes e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás. Fica, portanto, inerentemente mais e mais difícil subir de status (p. 219).

Complexas interações entre variáveis econômicas e políticas fazem com que não haja uma regularidade que balize a dinâmica de sucessão de lideranças ou posições na economia mundial (cf. Santos, 1997). Entretanto, para muitos críticos, a estratégia de abertura à economia globalizada como forma de promoção do desenvolvimento, experimentada por um grande número de países semi-periféricos e periféricos, estaria fadada ao fracasso posto a impossibilidade de reprodução das condições econômicas, políticas e culturais existentes nos países ricos, além da instabilidade inerente a esta nova ordem. Desta forma, a ilusão desenvolvimentista global acaba por ser uma reedição da Filosofia do Girino de R.H.Tawney (apud Arrighi 1998, orig: 1997), cujo cerne pode ser identificado da seguinte maneira:

É possível que girinos inteligentes se resignem com a inconveniência de sua posição, ao refletir que, embora a maioria vá viver e morrer como girinos e nada mais, os mais afortunados da espécie um dia perderão seu rabo, distenderão sua boca e estômago, pularão lepidamente para a terra seca e coaxarão discursos para seus ex-amigos sobre as virtudes pelas quais girinos de caráter e capacidade podem ascender à condição de sapos. Essa concepção de sociedade pode ser descrita, talvez, como a Filosofia do Girino, uma vez que o consolo que oferece para os males sociais consiste na declaração de que indivíduos excepcionais podem conseguir escapar deles. (p. 290).

Por fim, o último aspecto é a perda do poder e prestígio políticos dos estados em gerirem a sua própria economia. Diante dos dados acima mostrados, seria mais

correto falarmos da perda de poder político de *todos os Estados que se encontram fora do núcleo orgânico da economia mundial*. O papel destes neste novo quadro, melhor dizendo, é extremamente complexificado por justamente terem de conciliar os interesses de perpetuação política das classes no poder e do bem-estar da população com as exigências do capital internacional. Apesar do receio, presente em determinados círculos nos países ricos, de que o aparecimento das economias “emergentes” se traduza em prejuízos para a economia dos países desenvolvidos<sup>21</sup>, estes últimos se encontram em pior situação para negociarem acordos mais vantajosos que minimizem perdas ligadas aos primeiros interesses. Contrariamente a estes, os estados da Triade foram fundamentais na constituição de uma economia mundial, por viabilizarem reformas na legislação econômica e trabalhista que possibilitaram a liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação do mercado de trabalho. Além disto, estes países acabam por se tornar verdadeiros “embaixadores” dos conglomerados empresariais que possuem as suas bases operacionais localizadas em seus territórios.

Dentro deste contexto, a situação na qual se encontram os países que compõem os chamados mercados “emergentes” — Sudeste Asiático, Leste Europeu e porções significativas da América Latina como Brasil, México e Argentina — é muito desvantajosa em relação aos países do núcleo orgânico, posto ocuparem uma posição menos privilegiada na negociação com as corporações multinacionais, além de apresentarem deficiências estruturais que os tornam mais vulneráveis às transformações oriundas da mundialização do capital. Suas economias comportar-se-iam reflexivamente às tensões presentes na economia mundial, reagindo de maneira inexorável diante dos movimentos e tendências oriundas dos países do Norte<sup>22</sup>.

De um modo geral tais países, a partir dos anos 80, optaram por um ajuste gradual aos imperativos de mercado, liberalizando a entrada e saída de capitais, racionalizando os gastos da máquina estatal com privatizações e com o “enxugamento”

---

<sup>21</sup> Tal argumentação é dismistificada por Krugman (1999, orig: 1996), ao afirmar que tais reservas são injustificadas em função do caráter complexo, sistêmico e multifatorial da economia internacional.

<sup>22</sup> O conceito de “economia reflexa”, utilizado para categorizar a posição brasileira diante do panorama mundial, foi forjado na década de 40 por Eugênio Gudín, e denunciado por Celso Furtado como inibidor de quaisquer iniciativas estatais em direção à superação da condição do subdesenvolvimento (cf. a reavaliação desta discussão por Furtado, 1998).

de custos, empreendendo modificações na legislação trabalhista e acenando com vantagens fiscais para multinacionais que desejassem se instalar em seus territórios. Desta forma, a adoção da fórmula neo-liberal esposada pelo Consenso de Washington foi a tônica do conjunto de reformas empreendidas por estes países, objetivando não só abrir suas economias ao investimento externo, mas também intentando alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico tão acalentado desde o pós-guerra. Para a consecução do projeto de abertura econômica, foi fundamental a ascensão ao poder de segmentos sociais comprometidos com tais reformas, no contexto da redemocratização política do final dos anos 80, através de eleições diretas que consagraram programas de governo voltados para o empreendimento de mudanças significativas na estrutura destas sociedades, objetivando a abertura à economia de mercado e expurgando a fórmula de substituição das importações, encarada como a única saída para o subdesenvolvimento durante as décadas de 60, 70 e 80. Daí, se explica o fato de que o discurso que aponta e sustenta tais transformações é interpretado de maneira fatalística, anulando quaisquer possibilidades de avaliação crítica e de discussões a respeito de modelos alternativos de implementação de tais reformas.

Desta forma, a ascensão ao poder de grupos comprometidos com reformas liberalizantes da economia os alinha com os discursos neoconservadores que imperavam no Norte, havendo uma convergência de agendas e de interesses entre países do “núcleo orgânico” e “semi-periféricos” em torno dos seguintes pontos: a criação de uma economia de livre mercado, cortes drásticos nos gastos públicos, liberalização dos fluxos de capital e a adoção dos modelos de concorrência e competitividade como norteadores do desenvolvimento econômico. As reformas liberalizantes do final dos anos 80 e início dos anos 90 nestes países, e em especial no Brasil, Argentina e México, representavam estas tendências de fazer com que estes países estivessem em melhores condições para reivindicarem uma fatia maior no “bolo” da economia mundial.

No final dos anos 90, entretanto, a instabilidade diante das turbulências financeiras mundiais cresceu significativamente e a minimização das mazelas sociais que assolam tais países foi ineficaz, apesar da diminuição dos patamares inflacionários,

do crescimento econômico, dos ganhos elevados de produtividade e da criação e incremento de novos setores econômicos. A economia de livre mercado não foi de todo positiva, posto ter agravado determinados problemas já existentes e gerando alguns outros inesperados que se incorporaram à agenda política do dia-a-dia destes países. Uma das causas para tal fato foi a adoção incontestada a tal modelo, sem levar em consideração as especificidades econômicas, políticas e sociais de cada país envolvido. Se nos países do Norte a globalização se tornou a saída para a crise dos anos 70 e 80, para os países do Sul ela se tornou um “fetiche”, uma panacéia para todos os graves problemas que os assolavam — uma economia não-competitiva, baixa qualificação do operariado, baixo nível escolar, alarmantes índices de desnutrição, ausência de um sistema de saúde efetivo e crescimento dos níveis de violência nas grandes metrópoles, dentre outras mazelas.

No âmbito brasileiro, a literatura que discute a globalização e suas implicações pode ser dividida em termos de duas posições básicas que se contrapõem. A primeira posição ressalta as vantagens para o país de uma inserção mais sólida nos regimes econômicos e políticos vigentes na esfera internacional, procurando maximizar as oportunidades oriundas de uma associação crítica com as tendências da globalização e da mundialização do capital, não deixando de lado os riscos inerentes a este alinhamento. A segunda posição posta-se no extremo oposto da primeira, enfatizando os efeitos deletérios que uma tal associação possa trazer ao Brasil, em especial ressaltando a excessiva dependência da economia nacional aos mecanismos de regulação dos organismos econômicos internacionais e da extrema instabilidade dos mercados comercial e financeiro mundiais. Esta última posição, atualmente, cresce em influência no debate político brasileiro em função da crise financeira internacional da segunda metade do ano passado que teve seu início na Rússia e no Sudeste Asiático, atingindo em cheio a Argentina e o Brasil, levando ao governo brasileiro intervir drasticamente ao tomar medidas radicais de interrupção do sistema de âncora cambial (sustentáculo do Plano Real) e a conseqüente liberalização do câmbio, procurando minimizar o quadro de estagnação econômica, e o recrudescimento dos índices de inflação e de desemprego, bem como espantar o fantasma da reindexação da economia.

A primeira postura — que representa a posição oficial do governo brasileiro atual — encara a globalização como sendo um fenômeno que, a despeito de seus efeitos reversos, é altamente favorável para o país dada a possibilidade que representa para a reinserção de nosso país na economia mundial, sendo uma oportunidade real de busca e retomada do crescimento econômico e de melhoria social. A segunda postura, antagônica à primeira, produzida no âmbito das forças e atores sociais que opõem-se ao governo atual, encara a globalização como sendo produtora de desemprego em massa, de enfraquecimento dos setores produtivos nacionais, de vulnerabilidade aos vetores de capital especulativo, de paralisação da autonomia e ingerência nacionais sobre assuntos internos, posto esta impulsionar o processo de exclusão social e o empobrecimento à regiões que se encontram fora dos circuitos geradores de tal dinâmica.

Esta primeira posição entende a opção positiva do país às tendências globalizantes como sendo necessária, porém tal atitude se daria em um quadro geral de oportunidades e riscos. Para o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1997), a posição brasileira deve se voltar para uma crescente inserção na economia internacional maximizando os benefícios desta aproximação — crescimento econômico, inserção nos regimes comerciais regionais e internacionais de âmbito multilateral, estabilização do regime democrático, diminuição das desigualdades sociais —, porém não deixando de lado os riscos inerentes à globalização, a meio caminho portanto entre uma postura otimista e uma postura pessimista. Trata-se, de acordo com o Ministro das Relações Exteriores, de “obter, no relacionamento internacional, os melhores instrumentos para a realização da meta nacional prioritária que é o desenvolvimento social e econômico do Brasil” (Lampreia, 1998, p. 9). Esta posição do atual governo encontra-se instrumentalizada em sua diplomacia econômica, que objetivá a busca do desenvolvimento sustentável pelo fortalecimento da posição do Brasil como um “negociador global” (*global trader*)(cf. Barbosa & César, 1994b). Para tal, torna-se imprescindível, em curto e médio prazos, a ampliação do número de parceiros comerciais brasileiros, seja sob a forma de relações bilaterais e de relações inter-blocos econômicos (caso da União Européia), e da consolidação e fortalecimento dos mecanismos de integração regional (caso específico do Mercosul). Tal panorama



se desenha em um pano de fundo, a longo prazo, da criação de uma zona livre de comércio hemisférico (caso da ALCA — Associação de Livre Comércio das Américas) (para uma posição da diplomacia brasileira diante deste mosaico de temas, ver Lampreia, 1999; no tocante às questões de integração regional e com a União Européia, ver Abdenur, 1997, Barbosa & César, 1994a, Lafer, 1997; no que tange à integração hemisférica e suas implicações para o Mercosul, ver o livro organizado por Guimarães, 1999).

A segunda posição, contrastante com a primeira, é adotada pelos segmentos políticos opostos ao governo e por cientistas sociais, economistas e pesquisadores que ressaltam os aspectos negativos de uma inserção acrítica aos fluxos econômicos globais. Para estes autores, os defensores da globalização — inclusive os autores nacionais, que constituem a posição anterior — a revestem com uma aura “mítica”, misteriosa e milagrosa, se recusando a problematizá-la ou analisá-la criticamente em seus avanços, retrocessos e contradições. Ao buscar uma inserção nesta nova ordem econômica, o Brasil estaria reforçando sua posição de país dependente e subordinado à dicotomia geopolítica Norte/Sul, tendo ganhos marginais de aquisição de novas tecnologias e de dinamização de sua estrutura econômica, além de intensificar mazelas sociais que lhe são características (perda da iniciativa estatal de confecção de políticas econômicas, elevados índices de desemprego, baixo grau de escolarização, degradação das condições de vida da população, etc.). Para Batista Júnior (1997, 1998), a mistificação da globalização teve em nosso país, como principal efeito, paralisar todo e qualquer tipo de intervenção estatal diante das “inexoráveis” tendências da economia global, como se estas forças estivessem fora de controle, sendo ineficazes quaisquer tipos de ações governamentais no sentido de minimizar ou mitigar possíveis riscos.

No entender deste autor, isto se articularia com o passado colonial brasileiro, cujos traços se deixam entrever em tais discussões, onde o discurso oriundo dos centros desenvolvidos, por estar atrelado às forças modernizantes e “avançadas”, possui um poder maior de persuasão e acaba por assumir o caráter de verdade inquestionável e irrefutável. Em continuidade com tal linha de argumentação, este discurso encontrar-se-ia a serviço das classes que se encontrariam na ponta-de-lança política deste processo de profunda transformação de uma economia altamente fechada

e nacionalizada para uma economia aberta aos fluxos de mercado internacionais. Observa-se, então, um efeito curioso de transferência dos problemas internos, posto que a causa destes acaba sendo identificada nas tendências irreversíveis e irresistíveis da globalização, fazendo com que esta sirva de “cortina de fumaça” para os nossos próprios problemas e inibindo qualquer debate a respeito das políticas econômicas, políticas e sociais adotadas pelos sucessivos governos, anteriores e atuais. Para este, um caso recente é o do desemprego que atinge taxas alarmantes em nosso país — apesar de ainda não ter atingido as cifras absurdas dos países europeus —, onde as causas destes são apontadas pela reorganização mundial do trabalho disparada pelas novas tecnologias, desviando do debate as especificidades e contribuições de nossa própria história para tal fato.

A complexidade da globalização e dos efeitos diferenciais e paradoxais envolvidos na análise deste processo dá o tom de divergência que caracteriza a literatura atual a respeito do tema. Entretanto, a guisa de conclusão, alguns pontos podem ser estabelecidos aqui em função da postura brasileira de se associar às tendências existentes na economia global atual.

As perspectivas brasileiras diante de tal quadro da economia mundial se encontram intimamente ligadas à capacidade com que os atores sociais envolvidos nas questões econômico-políticas — órgãos do Executivo e da burocracia estatal, partidos políticos, empresariado e trabalhadores — possam ter de avaliar as oportunidades e riscos inerentes a este contexto. A estabilização da economia brasileira conquistada a partir do Plano Real apoia-se na abertura aos fluxos econômicos internacionais, inserindo o país no circuito de oportunidades oriundos desta nova ordem mundial. Tal processo encontra-se em consonância com as tendências econômicas e políticas da contemporaneidade em direção a um mundo interligado e interdependente, alavancado pelo caráter ecumenizante do capital. Desta forma, a opção atual do Brasil é a de estar inserido na dinâmica da globalização a partir de uma participação maior nos fluxos comerciais e financeiros mundiais, tanto no plano regional quanto no plano internacional. Entretanto, tal adoção deve ser necessariamente crítica e inteligente, objetivando dinamizar a diversificação de nossa economia e minimizando a presença, no âmbito da Organização Mundial do Comércio,

de mecanismos “assimétricos” (por exemplo, liberalização de serviços e de investimentos em detrimento da flexibilização dos regimes de importação de produtos agrícolas) e “protecionistas” (por exemplo, cláusulas ecológicas e humanitárias no âmbito do trabalho) que venham a restringir o seu acesso aos mercados do Norte<sup>23</sup>.

Contudo, a instabilidade da economia mundial demonstrada pelas recentes crises da Rússia e Sudeste Asiático acabaram por demonstrar a fragilidade de nosso crescimento, apontando para a necessidade de reformas de grande envergadura no arcabouço institucional do país que possam protegê-lo diante de tais situações<sup>24</sup>. O crescimento dos índices de desemprego, o aumento das desigualdades sociais e a má distribuição de renda são alguns dos pontos mais urgentes que constituem a agenda brasileira para o próximo século, apontando para a premente necessidade de estender as conquistas alcançadas no plano econômico para a área social, com a urgência da implementação de um programa de retreinamento e capacitação da mão-de-obra ociosa em nosso país, de pesados investimentos nas áreas de telecomunicações, educacional, de saúde e de habitação objetivando uma melhoria das condições de vida no Brasil.

Além disto, o crescimento econômico e a busca do desenvolvimento sustentável deve ser conjugada com os esforços de estabilização do sistema político democrático no país. Para Santos (1992), a crise institucional brasileira tem suas raízes na dinâmica de constituição das democracias latino-americanas modernas, compartilhando das seguintes características e de seus respectivos efeitos:

a) o processo de incorporação política antecedeu ao processo de institucionalização da competição política (eixo *liberalização*); b) a política social foi utilizada como instrumento de encaminhar a solução do problema de participação em contexto de baixa institucionalização; e c) a constituição de identidade coletiva dos principais atores políticos se deu antes da estabilização liberal — seguiram-se, como conseqüências históricas, a emergência do populismo e a transformação da política social em obstáculo à estabilização democrática (p. 37, grifo do autor).

O desafio se encontra, justamente, na erradicação de políticas sociais irresponsáveis e no incremento das formas de participação políticas visando o

---

<sup>23</sup> Ver, como exemplo recente, o contencioso envolvendo Brasil e Canadá, relativo à indústria aeronáutica

fortalecimento da democracia. A conjunção entre os ideais democráticos e os de participação política ampliada acabam por constituir importantes condições de sustentação para o processo de retomada do curso do crescimento econômico.

Por fim, trata-se de reconhecer a impossibilidade da fundamentação de uma ordem social baseada apenas em princípios político-econômicos liberais. A partir de uma avaliação crítica da literatura, Santos (1999) assinala que a “mão invisível” do mercado gera falhas que promovem internamente sua própria desagregação, sendo assim levantada a questão da interveniência de mecanismos estatais de regulação destas perturbações. Os limites do “laissez-faire”, desta forma, abrem espaço para formas alternativas de intervenção e reordenamento do sistema como um todo, a partir de ações efetivas do Estado.

Em verdade, a trajetória brasileira em direção ao alinhamento com os fluxos econômicos e políticos internacionais é um retrato do fenômeno da globalização atualmente em curso no mundo: é altamente dinâmico e contraditório, composto por tendências integradoras e fragmentadoras, em um complexo jogo de oportunidades e riscos constantemente cambiantes. Sem embargo, a atitude diante deste quadro deve ser norteada por uma busca constante de políticas que busquem solucionar nossas problemáticas sem, no entanto, nos distanciarmos do contexto atual.

---

<sup>24</sup> Uma discussão sobre a criação de mecanismos de regulação internacionais sobre o fluxo de capitais vem tomando corpo desde as crises asiática e russa, contando com o apoio discreto dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

## A dimensão sócio-cultural do mundo globalizado

### A reorganização radical da noção de trabalho e a nova estratificação educacional.

*Embora o mundo atual seja suscetível de descrição como uma espécie de "hometheater" de horror, com a implosão solitária da platéia, consumindo ininterruptamente hambúrgueres e refrigerantes enquanto assiste ao noticiário teleinternetiano sobre hecatombes, hemorragias sem fim e combates mortais em torno de detritos, não é essa a tendência, supõe-se, que virá a prevalecer como resultado da globalização.*  
(Santos, 1997, p.4).

A radicalidade e a complexidade das transformações discutidas nas seções anteriores se difunde amplamente nos mais variados âmbitos da vida e atividades humanas, atingindo também a esfera do trabalho e da educação. Discutirei ambas as esferas de maneira integrada, posto que na "sociedade do conhecimento" (Drucker, 1996, orig: 1993) a informação se torna o eixo central do avanço tecnológico e do progresso econômico e social. Dito de outra maneira, a ascensão e a difusão das tecnologias informáticas, segundo uma parcela significativa da literatura dedicada ao tema, eleva a importância da noção de conhecimento, sendo sua posse fundamental para um posicionamento melhor dos diversos atores sociais na contemporaneidade.

Segundo Krugman (1999, orig: 1996), o panorama dentro do qual se articulam as questões pertinentes ao trabalho e à educação, é constituído pelos seguintes elementos: diminuição do número de empregos nos setores da agricultura e da indústria, com o respectivo crescimento do setor de serviços; aumento do número de

vagas para trabalhadores altamente qualificados (de técnicos a altos executivos), com uma conseqüente elevação dos patamares de remuneração destes; a curto e médio prazo, eliminação de postos de trabalho que envolvam média ou baixa qualificação, gerando desemprego em massa. Dentro deste complexo espectro de fenômenos, pode-se vislumbrar uma transformação radical da noção de trabalho, levando a um reposicionamento de sua concepção na contemporaneidade.

Açualmente, tal discussão integra a agenda política de diversos países do mundo, independentemente de seu peso político-econômico ou de suas circunstâncias sociais mais imediatas. Com exceção dos Estados Unidos — cujos índices ascendentes de empregabilidade questionam a mais pessimista das previsões —, estamos vivendo uma mudança dos sistemas de emprego que apontam para sua reorganização radical. Um ramo da atual literatura sobre o tema afirma que o saldo desta discussão aponta para um panorama dramático onde o trabalho, até então regulador da civilização ocidental de base industrial, perde totalmente esta função com a adoção de novas formas produtivas e gerenciais (uma literatura que discute esta questão de maneira bastante apocalíptica pode ser vista em Forrester, 1997, orig: 1996 e Rifkin, 1996). As transformações advindas da globalização e da difusão tecnológica na dimensão do emprego são tão radicais que se observa uma substituição da noção de “carreira” pela noção de “serviço”, esta última mais adequada ao conceito de flexibilidade que dá o tom das novas formas administrativo-gerenciais adotadas pelas organizações em função deste contexto. Para Sennett (1999, orig: 1998)

Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado de trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. “Carreira”, por exemplo, significava originalmente, na língua inglesa, uma estrada para carruagens, e, como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “*job*” [serviço, emprego], em inglês do século catorze, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para outro. A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida (p. 9, grifos do autor).

A ampla e extensa reorganização produtiva e gerencial dos grandes conglomerados industriais, passando de uma administração hierarquizada para uma

gestão mais flexível, somada à revolução da produtividade com a adoção e difusão de tecnologias informáticas, desemboca no declínio do emprego industrial e no conseqüente desalojamento de grandes somas de trabalhadores alocados até então nesta engrenagem. Claro está que tal desmantelamento não atinge somente os trabalhadores menos qualificados, posto ceifar muitos postos “intermediários” vinculados à administração e gerenciamento da atividade produtiva<sup>25</sup>. Com isto, o aumento da atividade no setor de serviços (setor terciário) aponta para uma reorganização da noção de trabalho a partir de um amplo leque de diversos tipos de relações de trabalho.

Castells (1999a, orig: 1996), ao discutir tal reordenamento nas sociedades informacionais, afirma que suas principais características são a eliminação gradual do emprego rural, o declínio estável do emprego industrial tradicional, o aumento e a diversificação das atividades no setor de serviços, a rápida elevação de emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos formando um verdadeiro “proletariado” de escritório, o crescimento simultâneo dos níveis inferior e superior da estrutura ocupacional e a crescente exigência por níveis de qualificação cada vez maiores em função da adoção e difusão de novas tecnologias informáticas nos diversos setores econômicos.

Desta forma, o desemprego em massa vivido por alguns países — especialmente na Europa Ocidental e nos países “emergentes” — é causado não só pelo chamado “desemprego tecnológico”, decorrente da adoção de novas tecnologias e o conseqüente redirecionamento das atividades das organizações produtivas, mas também pela terciarização da economia e a decorrente expansão do setor de serviços, o que acaba por promover uma reviravolta no mundo do trabalho por implementar novas formas de emprego mais flexíveis e menos onerosas para os empregadores (cf. Cardoso, 1997). Desta forma, tais modificações se baseiam nos efeitos conjugados de uma maciça desindustrialização aliada ao crescimento do setor terciário.

Como efeitos, portanto, da globalização da economia impulsionada pela difusão das tecnologias informáticas, temos o seguinte quadro: em primeiro lugar, um aumento das taxas de desemprego estrutural ou involuntário, ocasionado pelo reordenamento do

---

<sup>25</sup> Atingindo, desta forma, tanto os *blue-collars workers* (trabalhadores de colarinhos azuis) quanto os

setor produtivo em virtude da adoção de novas tecnologias e do “enxugamento” dos custos — através dos mecanismos de *downsizing* e da reengenharia — da atividade organizacional em função do aumento dos ganhos de produtividade e do impulso para a competitividade; em segundo lugar, uma sensível desindustrialização e o conseqüente avanço do setor de serviços sem que, no entanto, o volume de empregos gerados por este atenda a demanda necessária para suprir a mão-de-obra ociosa oriunda do primeiro; em terceiro lugar, com o impulso no setor terciário, se observa um crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, ocupando justamente uma parte significativa destes postos; por fim, a emergência de novas formas de emprego e de uma grande diversidade nas práticas de trabalho assalariado, quase sempre precárias ou não fundamentadas nas das sociedades industriais (Blass, 1997)<sup>26</sup>.

Para os defensores da adoção de novas tecnologias no complexo produtivo-gerencial, o problema do desemprego é passageiro dado se constituir em um efeito transitório da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços. Segundo este raciocínio, com a expansão do setor terciário da economia, as vagas perdidas pelo processo de desindustrialização seriam repostas pela expansão de oportunidades do primeiro, associada ao retreinamento da mão-de-obra ociosa e à requalificação educacional. Desta forma, a saída para o emprego seria a educação e o treinamento desta nova força laboral, que teria de se adaptar a este novo contexto. O trabalho fundamentado na repetição monótona e automatizada de tarefas rotinizadas segundo parâmetros “científicos”, típicos de uma sociedade industrial, está com os seus dias contados em função das novas exigências face às transformações nas esferas produtiva e gerencial oriundas da adoção e difusão das tecnologias informáticas. O uso inteligente do tempo das pessoas, o aumento do “QI” ou da “inteligência institucional” das empresas, constituem as novas diretrizes na sociedade informatizada, onde a capacidade de aquisição e processamento da informação é exigida ao máximo do ser

---

*white-collars workers* (trabalhadores de colarinhos brancos).

<sup>26</sup>É importante frisar, entretanto, que tais transformações não constituem a regra geral para todos os casos, dado que diferentes realidades econômicas, políticas e culturais condicionam diferentes arranjos na estrutura ocupacional. Castells (1999a, orig. 1996) aponta, somente no grupo do G7, diferenças significativas em tal estrutura nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, mostrando variações em torno de tais tendências. No caso brasileiro, um bom exemplo é a discussão de A. M. Cardoso (1998) acerca do destino dos trabalhadores do setor automotivo no ABC paulista, face às transformações produtivo-gerenciais que afetaram tal segmento industrial.



humano, em detrimento da mera repetição de rotinas artificializadas e exteriores ao próprio contexto de trabalho<sup>27</sup> (cf. Cocco, 1999; Marques, 1999; Passos, 1999).

Entretanto, uma característica fundamental da discussão dos efeitos das tecnologias informáticas é o seu caráter paradoxal. Castel (1999, orig: 1995), em uma análise bastante detalhada das mudanças observadas na dimensão do trabalho na sociedade atual, aponta para a existência de uma forte correlação entre o local ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho, sua inserção nos regimes de sociabilidade e sua conseqüente inclusão nos sistemas de proteção que salvaguardam a existência diante dos imprevistos. Com tal mutação, dá-se uma ruptura nas zonas de coesão social, desencadeando inicialmente um processo de vulnerabilidade desse indivíduo, podendo atingir às extremadas situações de desfiliação e exclusão sociais. Apesar das transformações propaladas, a sociedade ocidental ainda se encontra atrelada à noção de trabalho como forma de ingresso, reconhecimento e identidade sociais. Desta forma, a partir do enfraquecimento da condição salarial, a questão da exclusão social ocupa o centro da sociedade, problematizando em cheio a aposta dos otimistas tecnológicos de que o trinômio liberdade/igualdade/fraternidade é revivido pela adoção e difusão destas tecnologias. A desfiliação social leva à situação de “trabalhadores sem trabalho”, de “inúteis para o mundo”, de supranumerários (Arendt apud Castel, 1998, orig: 1995). Além desalojar os trabalhadores da sociedade industrial, o quadro atual cresce em dramaticidade pelo fato de que, dada as elevadas exigências para o ingresso no mercado de trabalho, os jovens encontram sérias dificuldades de encaixe social, além dos riscos da possível não-empregabilidade dos altamente qualificados.

Somado a isto, verifica-se o aumento do tempo de vida das pessoas em função da melhoria da qualidade de vida, das condições nutricionais, sanitárias e educacionais, levando a um colapso nos sistemas de seguridade social estatais, fazendo com que esta questão seja a pedra de toque nas discussões acerca do fim do estado do bem-estar

---

<sup>27</sup> Neste mesmo tópico, outro uso desta tecnologia que cresce atualmente gravita em torno da busca da capacitação por cursos de atualização, graduação e pós-graduação *on-line*, via Internet. Este novo tipo de uso da tecnologia informática cresce a largos passos nos Estados Unidos, inclusive com a entrada de Universidades tradicionais e de ponta, e até com a criação de universidades virtuais (cf. a reportagem da *Business Week* do número de 9 de agosto de 1999, intitulada “Wiring the Ivory Tower”). No Brasil, este tema já ganha destaque especialmente pela necessidade de retreinamento e recolocação de executivos, além da criação de cursos virtuais pelas Universidades brasileiras (cf. a matéria da *Focê S.A.* do mês de outubro de 1999, intitulada de “A grande escola da Web”).

social (*welfare state*), característico das democracias europeias do pós-guerra (e que também atinge o Brasil de maneira bastante dramática). Desta forma, para este autor o contexto atual evoca uma “nova questão social”, calcada na reatualização do quadro da primeira metade do século XIX. o que o leva a falar de um *neopauperismo*, erigido a partir da desestabilização dos estáveis, da constituição de uma periferia social precária (condição da vulnerabilidade social) e do déficit de lugares na estrutura social, ou seja, mais pessoas desqualificadas do que vagas existentes, nutrindo a condição da exclusão social. Para ele, “um conglomerado de *baby-sitters*, de garçons no McDonald’s ou de empacotadores nos supermercados” (p. 576) não constitui uma base social sólida, e a multiplicação de trabalhadores desqualificados nada auxilia no combate das crescentes mazelas sociais que caracteriza o mundo contemporâneo, presentes inclusive nas sociedades desenvolvidas.

Mesmo diante de tal quadro, alguns analistas não concordam com sua permanência a longo prazo. Em uma ampla maioria da literatura dedicada ao tema, é consensual o fato de que toda e qualquer revolução tecnológica resulta em prejuízo para um número muito grande de pessoas, notadamente as mais vulneráveis em termos sociais. Como exemplo, os efeitos da introdução do tear a vapor na Inglaterra foram devastadores para os trabalhadores rurais (cardadores, tecelões, alfaiates e artesãos) envolvidos no comércio de algodão, levando a um empobrecimento generalizado e a um deslocamento maciço da população inglesa do campo para as grandes cidades, constituindo um reservatório de mão-de-obra ociosa e de baixa remuneração para subsidiar o posterior florescimento do regime fabril. Além disto, a Revolução Industrial propiciou, por um breve período, a emergência de uma reação desorganizada à introdução destas nova tecnologias, conhecida com o nome de “ludismo”<sup>28</sup>, e que inspira até os dias de hoje os movimentos sociais que procuram denunciar os efeitos deletérios e “bumerangues” de toda e qualquer inovação tecnológica (cf. a análise do movimento ludista, e de suas extensões atuais sob a forma do “neoludismo” em Sale, 1999, orig: 1995). Contudo, assinala Krugman (1999, orig: 1996), ao fim e ao cabo de todo este processo é observada uma elevação salarial significativa da maioria dos

---

<sup>28</sup> A denominação origina-se de um fictício personagem mítico e de obscuras origens históricas chamado Ned Ludd, que assinava as cartas de ameaça ou os manifestos enviados aos proprietários das fábricas de tecelagem, intitulado-se “rei”, “comandante-em-chefe” ou “general”.

trabalhadores, o que o leva a postular que tais efeitos são apenas circunstanciais e minimizados com o correr do tempo. Ao transplantar tal raciocínio para o âmbito da revolução informacional-comunicacional, este prevê que, mesmo diante da evidente elevação dos critérios de seleção para os novos postos de trabalho — que envolvem, necessariamente, a qualificação obtida via percurso da educação formal e de nível universitário —, a longo prazo irá ocorrer uma depreciação da necessidade dos trabalhadores “simbólicos” (estas sendo ocupadas por computadores), reorientando a demanda para ocupações que envolvam habilidades comuns a todos os seres humanos, porém extremamente complexas e difíceis de serem simuladas por máquinas:

Desse modo, eis uma especulação: talvez chegue o tempo em que a maioria dos advogados tributários será substituída por sistemas especialistas, mas os seres humanos continuarão necessários — e bem remunerados — em ocupações realmente difíceis como jardinagem, faxina e os milhares de outros serviços que receberão uma parcela crescente de nossos dispêndios, à medida que os meros bens de consumo se tornarem cada vez mais baratos. As profissões de alta qualificação, cujos membros se deram tão bem nos últimos vinte anos, talvez se revelem o correspondente moderno dos tecelões do início do século XIX, cujas rendas dispararam após a mecanização da fiação, apenas para desabar quando a revolução tecnológica atingiu seu próprio ofício (p. 194).

Porém, enquanto esperamos a passagem desta deriva temporal geológica, o que fazer com a massa de expurgados do mercado de trabalho? Mais agudamente, quais são as possíveis medidas atenuantes deste quadro, especialmente nos países do Sul onde a voracidade da produtividade e da modernização tecnológica aumenta em muito o intervalo entre o emprego e a capacidade de resposta às qualificações educacionais e profissionais por parte destes excluídos sociais?

Uma solução vista para a diminuição da exclusão social, defendida pelos formuladores de políticas e tomadores de decisão, se encontra no investimento na qualificação educacional dos indivíduos. Desta maneira, seria uma forma de combater o feiticeiro utilizando o seu próprio feitiço, isto é, aproveitar-se-iam as vantagens permitidas pelas tecnologias informáticas na melhoria da sociedade como um todo, promovendo um reequipamento das capacidades e habilidades cognitivas dos indivíduos a fim de serem reinseridos na ordem social.

A importância da qualificação educacional é assinalada por diversos trabalhos que colocam a capacidade de produzir e gerenciar o conhecimento como condições *sine qua non* de sobrevivência e viabilidade na contemporaneidade (cf. Cardoso, 1997; Ferretti et al, 1996, orig: 1994; Gates, 1995, 1999; Naisbitt, 1996, orig: 1992; Schaff, 1993). A problemática educacional, desse modo, é central para a vantagem competitiva dos estados que tem por objetivo tirar o melhor proveito desta nova ordem que mescla globalização, integração econômica e busca por produtividade e de qualidade. O avanço tecnológico exige um *upgrade* de seus indivíduos, uma atualização de suas capacidades e habilidades em função deste novo contexto. Na “sociedade noolítica” (Lévy & Authier, 1995)<sup>29</sup>, o indivíduo é instado a se afastar dos modelos tradicionais de trabalho industrial, calcados na visão taylorista-fordista, para se aproximar de tarefas que envolvam o uso adequado do conhecimento, seu planejamento, previsão e controle. No plano da sobrevivência individual, a educação seria um valor agregado à competitividade e à qualificação exigidas de um profissional do próximo século. A concepção que embasa esta “nova” ordem é a da *pessoa instruída* que, para Drucker (1996, orig: 1993):

terá que estar preparada para viver em um mundo global, que será “ocidentalizado”, mas também, e cada vez mais, um mundo tribalizado. Ela deverá se tornar uma “cidadã do mundo” — em visão, horizonte e informação. ... Em sua maioria ou totalidade, as pessoas instruídas irão praticar seus conhecimentos como membros de organizações. Portanto, elas terão que estar preparadas para viver e trabalhar simultaneamente em duas culturas — a do “intelectual”, que focaliza palavras e idéias, e a do “gerente”, que focaliza pessoas e trabalho (p. 169, grifos do autor).

Apesar disto, acreditar que a elevação da qualificação educacional implica, *necessariamente*, na melhoria da condição de competir mais favoravelmente por um posto no mercado de trabalho é endossar o caráter mágico da tecnologia, que procuro desconstruir e problematizar nesta tese. Para Mingione (1998):

Como o desemprego atinge principalmente a mão-de-obra menos educada, supõe-se que a principal causa de falta de oportunidades de trabalho seja a oferta excessiva de trabalhadores de baixa qualificação ... e, portanto, a principal medida para combatê-lo seria elevar o nível das qualificações profissionais. Na verdade, a situação é mais complexa. As

---

<sup>29</sup>Neologismo criado por estes autores, a partir da fusão da raiz grega *nous* (espírito) e *lithos* (pedra).

peças de pouca instrução não conseguem encontrar trabalho. ou são obrigadas a aceitar ocupações pouco qualificadas. exatamente porque estão desaparecendo as combinações fordistas típicas entre mão-de-obra de baixa qualificação e alta produtividade que até então possibilitavam a existência de padrões de vida aceitáveis. Essa situação não pode ser corrigida pela elevação do nível geral das qualificações, pois isso quase sempre acaba em uma corrida sem fim para adquirir as habilitações mínimas para um emprego (p. 681).

Por fim, uma outra forma de encaminhar a discussão da interface entre tecnologias informáticas e educação é a entabulada pelos defensores de que estas são instrumentos potencializadores e viabilizadores de uma educação mais criativa e participativa. Apostar-se-ia que tais tecnologias conduziriam à produção de novas formas de aprendizagem, de participação mais ativa e interativa do aluno na busca e na aquisição do conhecimento. O aspecto libertário das tecnologias informáticas é explicitado quando estas são definidas como ferramentas potencializadoras da criatividade e da expressividade humanas (cf. Lévy, 1991; 1993, orig: 1990; Lévy & Authier, 1995). A discussão a respeito da entrada em cena destas tecnologias no âmbito educacional é sempre mediada pelo fato destas serem promotoras de um tipo de educação mais livre e participativa (Papert, 1985, orig: 1980; 1994, orig: 1993). A interatividade como apanágio seria o fator diferencial que possibilitaria uma educação qualitativamente diversa, sendo portanto capaz de formatar indivíduos capazes de se adequarem às exigências do mundo contemporâneo:

O hipertexto ou a multimídia interativa adequam-se particularmente aos usos educativos. É bem conhecido o papel fundamental do envolvimento pessoal do aluno no processo de aprendizagem. Quanto mais ativamente uma pessoa participar da aquisição de um conhecimento, mais ela irá integrar e reter aquilo que aprender. Ora, a multimídia interativa, graças à sua dimensão reticular ou não linear, favorece uma atitude exploratória, ou mesmo lúdica, face ao material a ser assimilado. É, portanto, um instrumento bem adaptado a uma pedagogia ativa. (Lévy, 1993, orig: 1990, p. 41).

Entretanto, o ensino mediado por tais recursos — via CD-ROMs, Internet, linguagem hipertextual, *softwares* educativos — mascara o caráter “asséptico” e descontextualizado da informação por eles veiculadas. Isto impossibilita aos próprios sujeitos uma definição das prioridades e das relevâncias que tais informações assumem nas diversas situações da vida cotidiana. Além do aspecto libertário destas tecnologias,

comparece também uma educação calcada em rotinas previamente estipuladas ou estabelecidas pelos programadores destes recursos, mesmo que estes possuam características auto-organizativas.

Conforme discuti anteriormente, uma determinada tecnologia comporta diversos efeitos reversos (“bumerangues”), altamente paradoxais e contraditórios entre si. No caso da aplicação dos recursos informáticos na educação, as opiniões são altamente divergentes dado não só o pouco tempo de uso e experimentação destas técnicas, mas também pela emergência destes aspectos paradoxais. Os efeitos do aumento qualitativo da aprendizagem por uso destas tecnologias são controversos, haja visto que estes podem ser obtidos sem o necessário uso de computadores no processo educacional. Além disto, os pacotes de *softwares* educacionais atingem um maior efeito em determinadas áreas do conhecimento, como matemática e ciências, mas há o perigo destes recursos engendrarem um determinado tipo de aprendizagem ligado às exigências desta tecnologia. O uso também da Internet como ferramenta educacional também é questionado pelo fato de que, dado o volume excessivo de informação da rede, nem sempre o aluno tem condições de discernir o uso desta em função da procedência da informação bem como de sua aplicabilidade futura. Torna-se bastante prejudicado o potencial de uso destes recursos informáticos sem a presença de filtros, critérios de seleção ou de busca de informações relevantes segundo os diversos interesses, preferências e gostos de cada usuário<sup>30</sup>. Desta forma, a utilização maciça destes recursos corre o sério risco de sub-aproveitamento dada a ausência de critérios de avaliação crítica da informação disponível na rede, gerando indivíduos sem critérios de discernimento das informações úteis ou não segundo seus próprios interesses, prioridades e conveniências, ou até mesmo de sujeitos massacrados e absolutamente impotentes diante da navegação desta massa de informação excessiva e amorfa.

Uma educação definida a partir deste parâmetro redimensiona, também, a questão da estratificação social. Conforme afirmei anteriormente, a moeda de troca da “sociedade da informação” é o conhecimento. A posse ou não da informação, desta maneira, é definidora de *status* social. Em função das disparidades econômicas,

---

<sup>30</sup>Não é a toa que as empresas que comercializam *browsers* (programas de navegação na Internet), pesquisam febrilmente na tentativa de lançar em seus *softwares* filtros de informação que utilizem critérios de seleção personalizados, de acordo com o perfil de cada usuário.

políticas e sociais pode-se observar, no âmbito da cultura digital — ou da cibercultura —, um reordenamento da estratificação social a partir de dois pólos excludentes: de um lado, uma elite extremamente bem-informada, ciente de grande parte dos acontecimentos que envolvem o mundo inteiro, dado estarem conectados em uma rede mundial de circulação da informação; por outro lado, encontra-se uma massa cada vez maior dos “marginalizados da informação”, em virtude tanto de estarem ao largo da atividade econômica e da participação política quanto de não possuírem condições de acompanhar um mundo instável, composto de rápidas e complexas transformações. Os “marginalizados da informação” seriam oriundos não só do grupo resultante do longo processo de exclusão econômica e política (analfabetos e iletrados), mas também seria agregado por uma nova classe de “analfabetos tecnológicos”, que estariam à margem por não estarem adequadamente preparados para os desafios colocados por esta nova ordem mundial. Neste sentido, se observa um outro efeito “bumerangue” do processo tecnológico: ao invés de promover uma maior integração e participação dos indivíduos, dá-se um processo de exclusão social da forma mais aguda e dramática. Além disto, os efeitos reversos das tecnologias informáticas apontam para os limites e impasses da postulação de impulsos sociais dirigidos à democratização e à liberdade individual, bem como da superação do processo de exclusão social por intermédio de um “salto” tecnológico.

## Globalização e esfera cultural: aldeia ou tribos globais ?

*Uma cultura mundializada corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou. Isto não significa, porém, que o traço comum seja sinônimo de homogeneidade.*  
(Ortiz, 1994, p. 31).

A noção de cultura, central às preocupações do antropólogo, é posta no centro do debate a partir do desenvolvimento acelerado das tecnologias comunicacionais que promovem uma crescente interligação entre as diversas partes do globo, acelerando a difusão da informação em tempo real através da mídia globalizada (Mattelart, 1996, orig: 1991). Um dos pólos de tensão da discussão que envolve a cultura e as suas vicissitudes diante da globalização se constitui, por um lado, na afirmação de uma forte tendência à homogeneização e padronização culturais — expressas com bastante propriedade pelo conceito de “aldeia global”, formulado pelo semiólogo canadense Marshall McLuhan nos idos dos anos 60 e início da década de 70. Segundo tal tendência, o processo de globalização seria responsável pela criação de uma cultura “global”, a-histórica e permeada por signos descontextualizados em função da difusão destes em uma cultura de massa interplanetária. O processo de globalização promoveria, desta forma, uma crescente padronização dos gostos, valores, costumes, preferências e estilos de vida, suspendendo as idiossincrasias e as singularidades presentes nas mais diversas formas de subjetivação existentes, espalhadas pelo globo. Tal tese, sustentada por um número significativo de autores (especialmente os tecnóforos), desembocaria na afirmação do processo de “americanização” do mundo, deslançado por intermédio de uma gradativa padronização dos modos de existência, estilos e formas de vida dispostos na humanidade.

Este raciocínio se encontra em direta filiação com as argumentações desenvolvidas pelos teóricos da chamada Escola de Frankfurt, no que tange à anatomia



do processo de constituição da cultura de massa e seus efeitos sobre os gostos, os valores, as preferências e os estilos das pessoas. Para estes, a cultura de massa é alavancada por um processo gradativo de padronização viabilizado pela indústria cultural, transformando os seus “produtos” — obras de arte, música, cinema, fotografia, literatura, dentre outras mais — em *commodities*, configurados de maneira a serem comercializados em diversas partes do mundo por intermédio da constituição de uma mídia internacional, na época ainda embrionária.

Três características fundamentais constituem a matriz deste linha de argumentação: em primeiro lugar, a discussão dos teóricos da Escola de Frankfurt apoia-se em uma visão marxista sendo uma aplicação, no plano da cultura de massa em gestação na época, das teorizações a respeito das bases econômico-políticas subjacentes à constituição da economia capitalista; em segundo lugar, dada a separação fundamental entre o produto cultural e o seu contexto de produção, opera-se uma alienação do consumidor-espectador diante do produto consumido (neste caso, os produtos culturais); por fim, tal contexto produz um consumidor-espectador necessariamente passivo, apenas receptor destes “produtos” vendidos neste mercado global, sem consciência crítica a respeito dos contextos de produção e veiculação da mensagem ali disposta. A análise frankfurtiana foi bastante aplicada quando do surgimento da mídia televisiva, instrumento concreto não só de “encurtamento” das distâncias entre as mais variadas regiões geográficas, mas também de veiculação destes “produtos” e de afirmação da passividade do espectador.

A constituição do que a literatura atual denomina de “modernidade-mundo” (Chesnaux, 1995, orig: 1989), reafirma de maneira positiva a presença da lógica do mercado e do *american way of life* como vetores preponderantes na constituição desta “nova ordem cultural”<sup>31</sup>. A universalização dos valores da cultura ocidental-liberal de racionalidade, igualdade, respeito ao próximo e autodeterminação dos indivíduos configuram a difusão pelo globo, via mídia global digitalizada, de uma processo de homogeneização cultural através de uma “ocidentalização do mundo” (cf. Latouche, 1996, orig: 1992):

---

<sup>31</sup> Outras exemplos destas tendências são vistos nas formas de subjetivação “cosmopolitas” (Hannerz, 1994, orig: 1990) e no aparecimento das “terceiras culturas” ou “culturas transnacionais” (cf. Featherstone, 1996; Smith, 1994, orig: 1990).

A modernização do mundo implica a difusão e sedimentação dos padrões e valores sócio-culturais predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Estão em causa os princípios da liberdade e igualdade de proprietários articulados no contrato juridicamente estabelecidos. Estão em causa os processos de urbanização, de industrialização, de mercantilização, de secularização e de individuação. No âmbito do ocidentalismo, predominam não só a individuação, mas também e principalmente o individualismo. Em distintas gradações, tendem a predominar as figuras do *homo economicus* e do *homo politicus*, subsumindo as mais diversas formas e possibilidades de vida social. O individualismo possessivo, relativo à propriedade, à apropriação e ao mercado, expressa boa parte do tipo de personalidade que tende a predominar na sociedade moderna, modernizante ou modernizável (Ortiz, 1994, p. 76).

Na atualidade, os temores diante da afirmação de uma cultura global padronizadora e homogeneizadora de gostos encontram sua justificativa por intermédio da revolução informacional-comunicacional, que intensificaria tais tendências por intermédio do desenvolvimento de uma mídia global digitalizada interativa (cf. Schiller, 2000). Isto para um autor como Hall (1999, orig: 1992), consiste em um dos efeitos da dinâmica envolvendo globalização e tecnologia informáticas. Como exemplo deste fato, a discussão “quente” do momento gira em torno da fusão, nos Estados Unidos, entre a *American Online* (AOL) — maior provedor de internet do mundo, detentor de cerca de 54% dos usuários de internet daquele país — e a *Time-Warner*, maior conglomerado de comunicações do planeta, detentora de estúdios de cinema em Hollywood, da rede de notícias a cabo *CNN*, de revistas de circulação mundial e de outras tvs a cabo de lazer e entretenimento<sup>32</sup>, formando a quarta empresa mais valiosa do planeta. A associação do maior provedor mundial de internet com a ponta de lança da indústria global de entretenimento, no entender dos analistas, abre perspectivas inéditas de produção e disseminação de informação em escala global, representando um ponto de inflexão importantíssimo no campo da comunicação através da associação entre internet e conteúdo de informação. Além disto, abre-se a possibilidade concreta de difusão da internet via canais de “banda larga” (por onde transitam as redes de informação a cabo), dotados de uma potência muito maior de circulação de

---

<sup>32</sup> No Brasil, tal associação já aconteceu quando da fusão entre o maior provedor de internet brasileiro — o Universo Online (UOL) — e o Grupo Folha, só que em escala comparativamente menor ao exemplo norte-americano.

informação<sup>33</sup>. Tal quadro, no entender dos especialistas e dos executivos desta indústria, constitui a solução para a difusão e popularização da internet como uma nova mídia global (em substituição à televisão), dado que a quantidade e a qualidade do conteúdo de informação serão os diferenciais competitivos deste novo segmento de mercado.

Apesar de todas estas tendências serem inerentes ao processo de globalização, acredito que partilhar desta visão do processo de globalização como promotor de uma homogeneidade cultural é encarar este processo de forma bastante maniqueísta e reducionista, empobrecendo-o. Além do mais, três problemas são levantados a partir da filiação a esta perspectiva de análise.

O primeiro problema é levantado por Ortiz (1994) que contrapõe à noção de “cultura global” o conceito de “mundialização da cultura”. Para este autor, é muito mais adequado se falar em uma “mundialização da cultura”, posto que “uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas” (p. 29). A afirmação de uma “cultura global”, contrariamente, aponta para uma homogeneidade cultural que reduziria e empobreceria o processo atual de inclusão, absorção e combinação de diferentes signos culturais desterritorializados, isto é, deslocados de seus contextos originais de produção que, postos em movimento pela mídia globalizada, são conseqüentemente resignificados em função dos diferentes contextos econômicos, políticos e sociais.

O segundo problema é o de que, ao endossarmos a tese da padronização, nos comprometemos com uma concepção monolítica e indiferenciada de cultura. Conforme aponta Featherstone (1995, orig: 1990; 1997, orig: 1995), ao subscrevermos uma visão monolítica de cultura, acabamos por sustentar uma perspectiva de concepção desta como um bloco coeso e homogêneo que circunscreve um conjunto de práticas culturais com uma regularidade no tempo e no espaço.

O terceiro problema é que se coloca de lado a questão de como os signos que compõem este mosaico “global” são interpretados diferencialmente e resignificados pelas diversas culturas e subculturas dispostas no globo, dado as variabilidades

---

<sup>33</sup> Também tal tendência se encontra presente em nosso país, com a criação do primeiro serviço de internet a cabo — o Ajato, do Grupo Abril —, que em breve terá a concorrência do Virtua, propriedade das Organizações Globo.

econômicas, políticas, históricas e sociais. Kellner (1995) ressalta o papel ativo das diferentes audiências na produção de diversos sentidos a partir dos signos da cultura global. Tais signos, a despeito de seu caráter de mensagem universal e unívoca, são reinterpretados diferencialmente pelas diversas audiências envolvidas no processo de difusão da informação. Contrariamente ao esposado pelos autores da teoria crítica, a “passividade” do espectador-consumidor se mescla com a capacidade deste em produzir um nova teia de significados, complexificando em demasia o processo de homogeneização de sentido. A resignificação dos signos da cultura global, desta forma, vincula-se não só aos aspectos econômicos, políticos e sociais, mas também às mais variadas crenças, valores, interesses, preferências, gostos e prioridades de cada sujeito. Asseverar uma pasteurização cultural implica, nesse sentido, em minimizar o papel das diversas audiências que compõem as mais diferentes comunidades que constituem o estofo para tal aldeia global, além de desconsiderar o processo histórico que concorre para a disposição das mesmas. Ao invés de promover somente a homogeneidade subjetiva, o conformismo ao *establishment* social, a cultura global difundida pela mídia de massa tradicional e digital “dispõe recursos com os quais as pessoas podem se apropriar ou rejeitá-los, ao formar suas próprias identidades contra modelos dominantes” (Kellner, 1995, p. 3). A própria diversificação de conteúdos e a possibilidade que tais mídias oferecem para a expressão de conteúdos e opiniões de grupos minoritários alternativos ou de resistência econômica, política e ideológica contribuem para a complexificação de tal quadro<sup>34</sup>. Analisar a tendência da sociedade global como normalizadora cultural é fechar os olhos para os diversos usos e formas de apropriação que os diferentes atores sociais promovem, no contato com tais tecnologias. Como afirma Featherstone (1994, orig: 1990):

É, pois, um equívoco conceber a idéia de uma cultura global necessariamente como um enfraquecimento comprometedor da soberania dos estados nacionais, que, sob o impeto de alguma forma de evolucionismo teleológico ou de outra lógica fundamental, será necessariamente absorvida em unidades maiores e, com o tempo, num

---

<sup>34</sup> O sub-comandante Marcos, líder do movimento zapatista em Chiapas, no sul do México, utiliza a internet como um canal de difusão de seus manifestos e opiniões contrárias às tendências de exclusão social da nova ordem mundial globalizada. Esta, também, torna-se um veículo de expressão das mais variadas opiniões e tendências, englobando movimentos ecológicos, feministas, homossexuais, de liberdade de expressão, terroristas, neonazistas, de minorias étnicas e religiosas, etc.

estado mundial que produz homogeneidade e integração cultural. ... A lógica binária que busca compreender a cultura através dos termos mutuamente exclusivos de homogeneidade/heterogeneidade, integração/desintegração, unidade/diversidade, deve ser descartada (pp. 7-8).

Portanto, a "modernidade-mundo" seria o produto desta tensão entre tendências homogeneizantes e tribalistas. Como afirma Hannerz (1994, orig: 1990), "a cultura mundial é criada através de um aumento cada vez mais intenso de entrelaçamento de culturas locais diversificadas, bem como através do desenvolvimento de culturas sem um apoio nítido em nenhum território específico" (p. 251). A cultura mundializada é, desta forma, uma cultura desterritorializada cujos signos, retirados de seus contextos originários de produção, são dispersos e posteriormente resignificados configurando uma memória coletiva internacional-popular (Ortiz, 1994). Tal cultura internacional-popular é gestada no contexto da sociedade de consumo em contraposição às culturas nacionais, possibilitando a formação de identidades sociais a partir da lógica de mercado e dos estilos de vida consumistas. Para Canclini (1999, orig: 1995), o consumo privado dos bens e dos meios de comunicação de massa assume um papel central tanto nos processos de formação identitária quanto nas formas de participação política, articulando-se com os ideais de liberdade e de cidadania que irão caracterizar a grande maioria dos estilos de existência contemporâneos:

Junto com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem. Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos — a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses — recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos (p. 37).

Além da desterritorialização dos signos, a cultura mundial produz incessantemente objetos inseridos na engrenagem do consumo altamente descartáveis. Para isto, dá-se um movimento contínuo e altamente paradoxal envolvendo forças centripetas e centrífugas onde, neste torvelinho, estes são gestados. Os estudos de Kellner (1995) a respeito da cultura de mídia apontam para o caráter extremamente

tênue da linha que separa o *outsider* do *mainstream* na cultura de consumo. Aliás, esta questão já tinha sido objeto da análise de Connor (1993) ao abordar o processo de criação e recriação dos objetos de consumo na pós-modernidade, onde é moto contínuo a necessidade de formação de novos modismos travestidos em novos objetos. Esta necessidade de inovação é saciada não só pelo alto poder de descartabilidade destes objetos, mas também pela necessidade urgente — em uma relação que vai do centro às bordas e vice-versa — de apropriação do que é marginal e minoritário para ser transformado em *fashion*, em últimas e novas tendências de consumo<sup>35</sup>.

Observa-se então, na contemporaneidade, uma transição fundamental de um tipo de forma de vida para outro. O primeiro tipo, descrito por Weber (1996, orig: 1904/5) como sendo pautado por uma ética protestante, puritana e racional calcada no trabalho e na frugalidade da vida como dignificantes da condição humana, surge concomitantemente à ordem capitalista, dando-lhe as formas e os contornos que lhe são originais. O segundo tipo, marcante na atualidade, tem suas raízes na análise que Veblen (1987, orig: 1899) empreende sobre as formas de vida da classe ociosa (*leisure class*), amparada nas noções de emulação pecuniária, consumo e ócio conspícuos. Os modos atuais de subjetivação preponderantes — viabilizados por uma cultura de massa baseada na busca da realização pessoal através do consumo compulsivo, da descartabilidade dos objetos e da afirmação da identidade por intermédio da posse de bens concretos e simbólicos reconhecidos como sendo de alto valor pela comunidade no qual se encontra inserido o indivíduo — possuem suas raízes históricas na passagem de uma cultura predatória para uma cultura industrial baseada na propriedade privada, conforme assinala a perspectiva vebleniana. Os valores cristãos puritanos de frugalidade e de dignidade pessoal por intermédio do trabalho não se sustentam em um mundo onde o trabalho braçal é visto como indigno e pertencente a estratos sociais mais baixos. O *status* social do indivíduo é inversamente proporcional a sua motivação de desempenhar atividades laborais mais indignas, apesar da advertência de Benjamin Franklin de que a operosidade e a frugalidade consistem o caminho da

---

<sup>35</sup>Para Connor (1993), tal processo é muito visível nas duas manifestações que considera emblemáticas da cultura de massa contemporânea (e pós-moderna): o rock e a moda, onde esta relação de apropriação e transformação do marginal em tendência de consumo é altamente dinamizada.

fortuna. “A ética capitalista, que prescrevia ao indivíduo uma vida racional e laboriosa, começa a se desagregar. O reino da ‘inutilidade’, do supérfluo, deita sua sombra sobre os frutos do trabalho, honesto, árduo e frugal” (Ortiz, 1994, p. 125). Trata-se da morte do “sujeito calvinista”, laborioso, comedido e de hábitos frugais, dando lugar ao indivíduo contemporâneo guiado pelos imperativos do consumo, conforto e lazer.

A perspectiva aberta pelas tecnologias informáticas, a de reduzir o número de tarefas mecanizadas, rotinizadas, repetitivas e padronizadas para uma atividade de estratégia, planejamento e organização do trabalho parece estar em sintonia com tal ética predatória, que exige a presença de um contingente de “sujeitos do conhecimento” ou de “analistas simbólicos”. Além do mais, com a reorganização radical do trabalho, o tempo livre dedicado ao lazer e ao ócio cresce *em tese*, dada a substituição do homem pelos computadores na realização de tarefas que constituíam o cerne do trabalho do operário industrial. Entretanto, um exame mais detido destas tendências indica que este processo não é tão simples como possa, a princípio, parecer. O processo de passagem de uma ética puritana para uma ética do consumo é extremamente complexo, em função não só da coexistência de ambas as formas nos mais diversos espaços de existência, mas também pela própria invasão do trabalho no âmbito do local *sine qua non* da família, do descanso e do lazer: a residência. Em função das perspectivas abertas pela novas tecnologias comunicacionais, o caso da empresa virtual exemplifica com bastante propriedade tais tendências, posto que o tempo dedicado ao trabalho cresce incrivelmente não só por causa da flexibilidade de horário e da possibilidade da extensão da jornada de trabalho, mas também pelo aumento do volume de tarefas e de rotinas dedicadas ao gerenciamento da informação (como, por exemplo, enviar e responder e-mails, elaborar relatórios a partir da interpretação de grande número de dados, participar de reuniões virtuais e teleconferências, etc.). Pode-se identificar neste caso, onde o escritório é o próprio *desktop* localizado na sala ou no quarto, que a tecnologia, ao invés de liberar o tempo para atividades de lazer, de convívio familiar e de entretenimento, restringe ainda mais o espaço do indivíduo e sua possibilidade de gerenciar mais flexivelmente o seu tempo livre (como exemplo desta discussão ver, no caso norte-americano, o artigo de Hunter, 1999).

Um último aspecto que contribui para a complexidade do debate envolvendo a formação de uma “modernidade-mundo”, reside nas formas de resistência e de objeção à constituição de formas de vida guiadas por valores universalistas e idealizados da cultura ocidental, notadamente os de liberdade, progresso e de racionalidade instrumental. A cultura global veiculada pela mídia digitalizada favorece, além da alternativa de constituição de uma “ecúmene global”, o recrudescimento de sentimentos radicais nacionalistas, xenófobos e tribalistas, originados por especificidades políticas, étnicas ou religiosas, gerando uma dinâmica centrífuga/centrípeta de homogeneização e fragmentação cultural. Movimentos separatistas baseados em afirmações de identidades étnico-religiosas (como, por exemplo, a causa palestina, as guerras da Bósnia e do Kosovo na antiga Iugoslávia e o processo de independência do Timor Leste no arquipélago indonésio), de desobediência civil e de negação da autoridade constituída (fundamentalismo cristão nos Estados Unidos e a Seita da Verdade Suprema no Japão) e de luta por melhorias na condição de vida e por direitos políticos (movimentos zapatista e islâmico no Sul do México e do Egito, respectivamente) constituem, no entender de Castells (1999, orig: 1996b) e de Tschirgi (2000), bastiões ou pilares de resistência contra a aculturação e o submetimento aos valores propalados por tal “cultura global”.

Mais recentemente, as manifestações de rua no âmbito do início da “Rodada do Milênio” da Organização Mundial de Comércio, na cidade americana de Seattle no final do ano passado e, no início deste ano, por ocasião do Fórum Econômico Mundial na cidade suíça de Davos, indicam a existência de focos organizados de resistência ao processo de globalização nos países desenvolvidos, tanto externamente aos aparatos governamentais quanto internamente. Desta forma, o *aggiornamento* em torno do Consenso de Washington e a defesa em torno do livre-comércio, pedra de toque da Organização Mundial do Comércio (OMC), é questionado de maneira mais incisiva neste início de milênio, promovendo o recrudescimento de sentimentos protecionistas por parte dos países do Norte, acabando por constituir um ponto de inflexão tanto no que tange às relações Norte-Sul quanto em uma reavaliação do processo de globalização e suas vicissitudes (para um mapeamento deste debate, ver George, 2000; Ricupero, 2000; Stokes, 2000; e, também, artigos da revista inglesa *The Economist*,



1999a, 1999b). Tais focos, compostos por uma miríade de organizações não-governamentais que defendem causas ecológicas e de direitos humanos, grupos de minorias organizadas como homossexuais, feministas, anarquistas, *outsiders* sociais demonstram que o processo de consecução de uma “aldeia global” é muito mais complexo e problemático do que parecia para muitos analistas e formadores de opinião da mídia *mainstream*.

A explosão e a intensidade destes movimentos em diversas partes do mundo aponta para uma complexificação da dinâmica de padronização cultural objetivada pela mídia global, posto representar uma resistência à instalação de padrões culturais globalizados e homogeneizantes. Desta forma, a diferença cultural, contrariamente ao que afirmam os defensores da cultura global, torna-se uma das questões mais críticas da atualidade diante da constatação de que os conflitos atuais estão mais voltados para afirmação de identidades sociais específicas do que a busca pela integração social em torno de uma ecúmene global, produzindo um sistema político assentado na reivindicação à diferença pelos diversos grupos envolvidos e pela pulverização e atomização da coesão cultural (Montero, 1998). Também o fenômeno da imigração — apesar dos fluxos populacionais internacional serem infinitamente menores do que no início do século XX — promove a revivescência do racismo que não assume mais os contornos estipulados no século XIX (atrelando-o à diferenças na constituição biológica entre as diferentes etnias), mas sim na afirmação da especificidade cultural e protegendo-a do contato com outras culturas. Desta forma, as tendências integradoras inseridas na dinâmica positiva da globalização — representadas pelas propostas no sentido de um “ecumenismo cultural” —, se vêem contrapostas por tendências fragmentadoras, atomizantes e tribalistas de afirmação de especificidades culturais, tornando a análise do tema mais complexa (cf. Featherstone, 1994, orig: 1990; 1995, orig: 1990; 1996; 1997, orig: 1995; Hall, 1999, orig: 1992).

Em resumo, pode-se observar que a tensão integrante ao campo de discussões envolvendo cultura, globalização e tecnologias informáticas pode ser mapeado a partir da identificação de dois grandes pólos dinamizadores. Por um lado, tem-se o pólo de viabilização da constituição de uma cultura mundial difundida pela mídia de massa global e digital, reificando e universalizando valores típicos da cultura ocidental liberal

como a liberdade, a racionalidade e o progresso. Por outro lado, as tendências de fragmentação e estilhaçamento desta “ecúmene global” originam-se dentro deste próprio sistema, sob a forma de resistência de apreensão destes signos e de pasteurização da mensagem seja por intermédio de grupos ou movimentos organizados ou via audiência que reinterpreta e ressignifica tais informações a partir de diferentes contextos econômicos, políticos e sociais. Estabelece-se, então, uma tensão entre as correntes integradoras e fragmentadoras inseridas em um jogo permanente que envolve o centro e as margens da cultura mundial, e que está na base das mais diferentes formas de subjetivação, de modos e de estilos de existentes presentes na atualidade. É neste contexto que cabe, agora, uma discussão mais aprofundada sobre a intervenção destas complexas e, por vezes, sutis tendências na problemática da constituição da subjetividade humana.

PARTE II

---

*TENDÊNCIAS PARADOXAIS NOS MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO NA SOCIEDADE INFORMATIZADA*

*Turn On, Boot Up, Jack In*<sup>36</sup>.  
(Dery, 1996)

No capítulo anterior, procurei fazer um mapeamento crítico da literatura atual que discute, de uma maneira ampla, as implicações das tecnologias informáticas nos âmbitos econômico, político, social, cultural e do trabalho. Procurei ressaltar, para isto, o caráter de complexidade envolvido neste debate, posto que tais efeitos não são necessariamente previsíveis ou unívocos, dado comportarem riscos tanto sob a forma de resultados inesperados — seja da acentuação de determinados problemas já existentes, da criação de novos, de impactos aquém do esperado ou até mesmo da ineficácia completa e total — quanto de impactos paradoxais ou antinômicos colocados sob a égide de efeitos reversos ou “bumerangues” (cf. Tenner, 1997, orig: 1996). Desta forma, a imprevisibilidade intrínseca às revoluções tecnológicas problematiza as posições tradicionalmente esposadas pelos defensores das inovações tecnológicas, que gravitam em torno das noções iluministas de linearidade, evolução, progresso e melhoria da qualidade de vida humana.

Somado a isto, esta literatura possui duas características que, ao serem apontadas, são de extrema importância para os objetivos deste trabalho. Em primeiro lugar, esta discute tais impactos partindo de realidades econômicas, políticas, sociais e culturais distintas do contexto brasileiro, posto serem produzidas, salvo melhor juízo, no âmbito dos centros mundiais de produção e difusão destas tecnologias — a saber, o Vale do Silício, os laboratórios de computação do *Massachusetts Institute of Technology*, a Costa Oeste norte-americana, dentre outros. Em segundo lugar, o espaço dedicado ao tema das implicações para as formas de subjetivação humanas é quase inexistente, sendo esta problemática discutida de maneira tangencial, quando não

---

<sup>36</sup> “Ligue, Acesse. Penetre !”, paródia da palavra de ordem da cultura psicodélica dos anos 60 “*Turn On, Tune In, Drop Out*” (“Ligue-se. Sintonize-se e Caia Fora !”), criada pelo “guru” da contracultura norte-americana Timothy Leary.

com um tom ingênuo, simplista e reificado. Dado isto pretendo aqui, na medida do possível, discutir esta temática de maneira a não só apontar suas contradições e paradoxos, mas também procurando avaliar suas implicações para um país que ocupa uma posição periférica diante dos fluxos mundiais de pesquisa e confecção destas tecnologias. Esta posição marginal e periférica, contudo, torna a análise em questão mais sutil e complexa, posto que a discussão dos efeitos das tecnologias informáticas deve ser avaliada levando-se em consideração a realidade brasileira, marcada por contradições profundas, impasses históricos e idiosincrasias.

Entretanto, é preciso notar que uma visão crítica da tecnologia não implica, *necessariamente*, na promoção de um ataque desmesurado à inovação tecnológica que ressalte apenas os aspectos deletérios e negativos destas. Tal atitude, em meu entendimento, cai em uma enorme contradição pelo fato de incorrer em uma perspectiva unívoca e maniqueista da tecnologia. Posiciono-me contrariamente a tal linha de argumentação, posto que vejo a tecnologia como sendo parte integrante da cultura, e não como um conjunto de ferramentas e artefatos isolados e desarticulados de seus contextos históricos, econômicos, políticos e sociais de produção e implementação (cf. Ezrahi, 1994).

Desde a criação da cibernética por Norbert Wiener (1948; 1968, orig: 1950) e da teoria matemática da comunicação (Shannon & Weaver, 1972, orig: 1949), observa-se um duplo movimento de difusão de analogias envolvendo os conceitos de informação, comunicação e retroalimentação (*feedback*) que outorgam inteligibilidade aos fenômenos existentes no vivo e no não-vivo, lançando mão de noções retiradas da matemática e das ciências da computação. A partir desta operação de conceitualização, tanto os organismos vivos quanto as máquinas são concebidos como sendo regidos por leis e processos semelhantes de aquisição, processamento e conservação de informação (Tomas, 1995). Trata-se, então, de “informatizar” o organismo, atribuindo “vida” à máquina. Daí, proliferam neologismos que apontam para a diluição das fronteiras entre o homem e a máquina — tais como os de “autômato”, “andróide”, “robô” e “ciborgue” — que constituem o imaginário da ficção científica desde os seus primórdios até os dias atuais, com a chamada “cibercultura” e o gênero literário

atrelado a esta do *cyberpunk* (para uma avaliação da presença desta questão na literatura de ficção científica, ver Warrick, 1980).

O objetivo do presente capítulo é o de avaliar e discutir os efeitos das tecnologias informáticas no âmbito da estruturação e regulação da subjetividade humana. Trata-se de uma extensão de um certo ângulo da problemática apontada no parágrafo acima; porém, acredito que tal discussão se amplia para outros pontos. Dada a complexidade característica da problemática, optei por discutir tais impactos utilizando a idéia de paradoxo ou antinomia. Minha discussão gravita em torno de quatro paradoxos que ilustram de maneira bastante marcante as transformações observadas nos modos de subjetivação tributários da introdução destas tecnologias nas formas de vida humanas.

O primeiro paradoxo a ser discutido diz respeito ao incrível montante de informação disponibilizada de maneira global por tais tecnologias — concretizada na rede mundial de computadores, a Internet — em contraposição a uma crescente perda do critério de categorização e utilização desta por parte dos usuários. Tal antinomia diz respeito ao índice de que, quanto maior o volume de informação disponível, mais complexa se torna a busca e seleção dos dados. O segundo gravita em torno da questão de até qual ponto as tecnologias informáticas incrementariam ou restringiriam a criatividade humana. Tal discussão é uma extensão da problemática dos efeitos destas no campo da educação, vista no capítulo anterior. O cerne desta questão está em até que ponto tais tecnologias levam a um incremento na criatividade e no desenvolvimento de novas habilidades cognitivas ou, contrariamente, estas reforçariam certas formas de pensamento padronizadas, matematizadas e racionalizadas ao extremo, em detrimento de tipos mais flexíveis e estratégias mais complexas de produzir conhecimento. O terceiro problematiza a possibilidade de tais tecnologias viabilizarem novas formas de constituição de grupos sociais e de coletividades<sup>37</sup>, em detrimento de tendências de isolamento e de distanciamento da experiência social face-a-face. Por fim, o último paradoxo diz respeito ao fato de que tais tecnologias estariam a serviço da produção de formas de subjetivação mais padronizadas e similares em

---

<sup>37</sup> Representadas, principalmente, nos BBS (*bulletin board systems* — sistemas de comunicação compartilhada, utilizados por diversos usuários a partir de um computador central/servidor) e nos *chats* (salas de conversação e de “bate-papo” na internet) (ver nota 2).

gostos, preferências e crenças; porém, simultaneamente, estas favorecem também uma crescente variedade e dispersão de estilos e modos de existência, viabilizando a adoção de múltiplas formas (contraditórias, inclusive) que coexistem em um mesmo indivíduo. Unidade e dispersão, homogeneização e fragmentação subjetiva, são produtos deste complexo contexto de efeitos paradoxais e “bumerangues” que são observadas no âmbito desta problemática.

Gostaria de reafirmar que o ângulo de análise que permeia esta discussão constitui-se por um afastamento de posturas maniqueístas (do tipo otimistas *versus* pessimistas), que são preponderantes no âmbito da literatura atual. Dado isto, penso que o contexto que procuro mapear no desenrolar deste trabalho levanta questões cruciais para uma problematização e um redirecionamento da temática da estruturação e da regulação da subjetividade. Portanto, uma análise desta temática torna-se fundamental para os pesquisadores integrantes do campo “psi”, dado que a problemática da subjetividade ocupa um lugar privilegiado no escopo dos saberes e das práticas psicológicas, além de possibilitar uma avaliação crítica de possíveis tendências que possam estar presentes em um futuro não tão distante.

segredos da “Matriz” (metáfora do ciberespaço, produzida por um grande conglomerado transnacional). A ação se desenrola tanto no mundo “real” quanto no mundo virtual (o ciberespaço), e paulatinamente a fronteira entre os dois se evanesce até o ponto do primeiro ser um produto deste último, viabilizando a expressão de sentimentos de distopia e paranóia. Na visão gibsoniana, portanto, no ciberespaço coexistem tendências libertárias e aprisionadoras, sendo o contato do humano com este *locus* virtual extremamente prazeroso, terrificante e dissonante.

A despeito das diferentes concepções acima descritas, pode-se verificar que o ciberespaço possui duas propriedades principais que o delimita e lhe outorga inteligibilidade. Em primeiro lugar, o ciberespaço é um *locus* informacional por excelência. Dito de outra forma, os dados circulam neste sistema sob a forma de informações digitalizadas (*bits*) que possuem a capacidade de serem decodificadas e recodificadas em diversos terminais diferenciados. O ciberespaço seria, desta maneira, um exemplo viável da constituição de uma sociedade global *on-line* altamente interconectada. Tratar-se-ia, portanto, de uma utopia em tempo real. Além disto, tais informações seriam decodificadas e recodificadas de inúmeras formas, dado os diversos interesses, crenças, valores, perspectivas e objetivos dos usuários desta coletividade amorfa e descentrada. Em segundo lugar, o ciberespaço é um *espaço virtual*, ou seja, apesar de ser constituído a partir da interconexão de computadores e *softwares* a partir de linhas telefônicas, se autonomiza em relação a sua base física. Este se configuraria como sendo um lugar sem um centro de controle e nem uma periferia subordinada a este, marcado por uma radical dinâmica entre informações oriundas de diversas partes do sistema, numa verdadeira “dança” centrípeta/centrífuga (cf. Lévy, 1999, orig: 1997). Isto faz com que o ciberespaço seja um local pós-moderno por excelência, onde os conceitos de não-linearidade, fractalidade, descentramento, fragmentação e variabilidade encontram sua expressão concreta.

O debate a respeito da emergência de formas de vida virtuais-informacionais calcadas no ciberespaço abre espaço para a discussão acerca dos efeitos desta avalanche de informações nos seres humanos. Os avanços tecnológicos — aumento da largura da banda de transmissão, a comunicação via satélite, o desenvolvimento de novas tecnologias de difusão, tendo como exemplo principal a internet — e a mídia



de sua perspectiva de análise é vista nesta citação que se encontra abaixo, retirada de seu livro seminal *Neuromancer* (1991, orig: 1984):

O ciberespaço. *Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações.* por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente: nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como luzes da cidade, retrocedendo (pp. 56-57, grifos meus).

Segundo esta, o ciberespaço é “uma rede global computacional de informação que Gibson denomina de *a matriz* (“*the matrix*”), cujos operadores podem penetrá-la (“*jack-in*”) através de capacetes via terminais de computadores” (Featherstone & Burrows, 1995, p. 6). Uma vez que o usuário esteja inserido nesta matriz, este pode “navegar” ou “surfear” em qualquer parte deste complexo sistema tridimensional de dados. A concepção gibsoniana de ciberespaço possui as seguintes características: em primeiro lugar, é um espaço de trabalho comum transnacional; em segundo lugar, se constitui tanto um espaço de transporte feito para realizar tarefas de trabalho interligadas quanto um espaço por onde a memória e a identidade humanas podem ser transportadas globalmente; por fim, redefine e reestrutura o significado de “ser” humano em termos tecnológicos e econômicos, através de uma coletivização dos dados sensoriais humanos (cf. Tomas, 1991).

Apesar de ser uma “ecúmene virtual”, o otimismo característico das duas primeiras visões não encontra repercussão na obra gibsoniana. Pelo contrário dado o fato de que o ciberespaço, por definição, é uma “alucinação consensual”, este se torna um espaço de projeção das mais variadas tendências, inevitavelmente descambando para um panorama árido, selvagem e terrificante da experiência nesta dimensão. Longe de ser um local onde os conflitos se encontram expurgados, no ciberespaço há uma reativação das tendências destrutivas, negativas e desagregadoras da sociedade. Traficantes de drogas inescrupulosos, prostitutas digitais, máfias concretas e virtuais, *hackers* manipulados pela grande engrenagem de sustentação desta ilusão coletiva são algumas das personagens dos seus romances. O tema central de *Neuromancer* é a busca de Case (um *hacker*, o protagonista do romance) para entrar e desvendar os

ciberespaço com valores humanistas e democráticos, tais como liberdade de expressão individual, de associação política, de igualdade social e de descentralização política. Desta forma, este se constituiria como uma verdadeira *pièce de résistance* contra toda e qualquer forma de dominação ou de hierarquização política, sendo uma alternativa às formas consagradas de participação e organização políticas. Observa-se claramente a fusão de ideais oriundos de diversas gerações, tais como impulsos transcendentalistas e o psicodelismo dos anos 60, o misticismo milenarista da Nova Era da década de 70 e a infomania dos anos 90<sup>41</sup>. Nesta perspectiva, a cibercultura se mostra como uma reedição dos impulsos libertários e utópicos presentes na contracultura, no psicodelismo e na geração *flower-power* que marcaram os anos 60<sup>42</sup>.

A segunda concepção gravita em torno da noção de “Realidade Virtual”, expressão cunhada pelo cientista da computação e fundador da VPL Research Inc., Jaron Lanier. Resumidamente, a Realidade Virtual é uma experiência multimídia que envolve as dimensões visual, auditiva e táteis geradas por *softwares* de computador, objetivando criar no usuário as sensações de imersão, navegação, controle e profundidade em um espaço virtual tridimensional. Apesar de ser ainda uma tecnologia que se encontra em um estágio bastante rudimentar, a realidade virtual se apresenta como uma promessa de dinamização da experiência no ciberespaço por parte dos usuários. A sofisticação, tanto no plano do *hardware* quanto no do *software*, abre novas possibilidades de uso desta em função da busca de uma maior interatividade, além de uma crescente aplicação nos campos do ensino (especialmente de matemática e ciências), informação, lazer e entretenimento.

A terceira e última concepção de ciberespaço é esposada pelo fundador do movimento *cyberpunk*, William Gibson. Uma formulação famosa e bastante adequada

---

<sup>40</sup> EDD, grupo dedicado à preservação das liberdades civis no ciberespaço.

<sup>41</sup> Configurando o que Douglas Rushkoff, escritor norte-americano que se dedica a mapear a cibercultura, denomina de “ciberdelia” (*cyberdelia*) (cf. descrição de Dery, 1996).

<sup>42</sup> O pólo difusor da cibercultura está localizado no Norte da Califórnia, tendo como representantes desde publicações e *fanzines* dedicados à emulação da cultura computacional como a *Wired* e o *Mundo 2000*, até um conjunto heterogêneo de diversas subculturas como os *hackers* de computadores, os *ravers* (frequentadores de festas que duram à noite inteira ao som de música eletrônica chamadas de *raves*) e infomaniacos (cf. Dery, 1996; Shobchack, 1994). As semelhanças entre a cibercultura, o psicodelismo e a contra-cultura californiana dos anos 60 é marcante, inclusive com a participação do guru psicodélico Timothy Leary como defensor das vantagens desta nova cultura (como exemplo, ver Leary, 1994).

A difusão das tecnologias informáticas no cotidiano e a percepção de simultaneidade das experiências de tempo e de espaço dada pela revolução nas comunicações permite a criação de um imaginário que procura integrar tais noções em uma visão apocalíptica e distópica do mundo, assinalando um amalgamento cada vez maior entre o homem e a máquina. O ciberespaço, entendido primordialmente como sendo um espaço informacional cujos dados são configurados de maneira a oferecer ao usuário as ilusões de controle, movimento e acesso à informação, é concebido como sendo um cenário futurista povoado por personagens humanos e informacionais. Na literatura *cyberpunk*, a interação entre seres humanos de carne-e-osso e “seres de informação” — subjetividades digitalizadas, *softwares* de Inteligência Artificial de última geração, dentre outros — ocorre no âmbito do próprio ciberespaço. As fronteiras entre homens e máquinas tornam-se, desta maneira, extremamente frágeis sendo comum, na obra gibsoniana, que tanto os “seres de informação” sejam dotados de atributos e propriedades humanas (notadamente psicológicas) quanto os seres humanos tenham suas capacidades físicas e psicológicas maximizadas por próteses mecânicas, neuroimplantes de *chips*, *softwares*, infoquímicos (drogas incrementadoras do funcionamento cerebral), etc.

Mesmo diante da complexidade do tema, podemos identificar três grandes concepções de ciberespaço, que se aplicam no contexto atual (seguindo a sugestão de Featherstone & Burrows, 1995). Em linhas gerais, têm-se o ciberespaço barloviano, a realidade virtual e o ciberespaço gibsoniano<sup>39</sup>.

A primeira concepção é postulada por John Perry Barlow, co-fundador da “Electronic Frontier Foundation”<sup>40</sup> e ex-letrista do grupo de rock psicodélico californiano da década de 60, *Grateful Dead*. Para Barlow, o ciberespaço é constituído pela rede internacional de computadores internet, sendo uma extensão da rede telefônica existente com algumas propriedades a mais que a primeira. Para Barlow o ciberespaço, por definição, é “naturalmente anti-soberania”, dado ser o local onde a informação transita de maneira universal e livre de quaisquer constrangimentos e/ou tentativas de dominação ou de afirmação de hegemonias (cf. a entrevista deste a Brockman, 1997, orig: 1996). A marca fundamental desta visão é a articulação do

---

<sup>39</sup> Outras descrições alternativas, por exemplo, podem ser vistas em Novak (1991).

O conceito de ciberespaço foi cunhado pelo escritor norte-americano William Gibson<sup>38</sup> em sua obra de ficção intitulada *Neuromancer*, publicada em 1984. Os antecedentes culturais do movimento *cyberpunk* são inúmeros, mostrando que suas raízes se encontram fincadas em uma miríade de movimentos literários, estéticos e musicais de diversas épocas. Notadamente, suas principais influências estão em romances clássicos como *Frankenstein* de Mary Shelley, na literatura de vanguarda de William S. Burroughs, Thomas Pynchon e Kathy Acker, na ficção científica de Philip K. Dick, Michael Moorcock e J.G. Ballard, além da música do início dos anos 70 do Velvet Underground, Patti Smith, Talking Heads e, a partir da metade desta década, de David Bowie, Brian Eno, Laurie Anderson e, mais notadamente, de bandas integrantes do movimento *punk* como os Sex Pistols e The Clash, dentre outras mais (para uma análise mais detalhada deste tópico, ver Featherstone & Burrows, 1995).

Dado sua difusão na cultura contemporânea, este conceito assume diversos sentidos em diferentes contextos e referenciais, exacerbando a sua polissemia (Benedikt, 1991, por exemplo, lista alguns dos possíveis sentidos para o termo). As práticas culturais gestadas no âmbito do ciberespaço constituem a chamada *cibercultura*, e uma definição destes dois conceitos centrais nos é dada por Lévy (1999, orig: 1997):

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (p. 17, aspas do autor).

---

<sup>38</sup> Criador do movimento estético-literário do *cyberpunk*, um sub-gênero da literatura de ficção científica. Como antecedentes, têm-se nos anos 50 a literatura de autores como Arthur C. Clark (que gerou o filme *2001, Uma Odisséia no Espaço*, do diretor Stanley Kubrick) e Isaac Asimov; nos anos 80, a obra de Philip K. Dick, inspirando o *cult-movie* da década *Blade Runner*, *O Caçador de Andróides* de Ridley Scott. Tal movimento encontra sua expressão, além dos livros de Gibson — *Neuromancer* (1991, orig: 1984), *Count Zero*, *Mona Lisa Overdrive* e, mais recentemente, *Idoru* (1999) —, em autores como Pat Cardigan, Bruce Sterling, Lewis Shiner e Greg Bear, gerando filmes nos anos 90 como *Johnny Mnemonic*, *Dark City*, *The Matrix*, dentre outros (cf. Holland, 1995 e Warrick, 1980).

### 3.

#### Acúmulo *versus* relevância da informação

*E eu que sou rei de toda essa incoerência,  
Eu próprio turbilhão, anseio por fixá-la  
E giro até partir ... Mas tudo me resvala  
Em bruma e sonolência.  
Não pude me vencer, mas posso-me esmagar,  
— Vencer às vezes é o mesmo que tombar —  
(Mário de Sá-Carneiro, *A Queda*).*

No capítulo anterior, procurei mostrar a ligação existente entre as tecnologias informáticas e o processo de globalização no sentido da promoção de uma “ecúmene global” ou, utilizando a consagrada expressão do semiólogo canadense Marshall McLuhan forjada no final dos anos 60 e no início dos anos 70, de uma “aldeia global”. As tecnologias informáticas, ao revolucionarem as formas de transmissão de dados bem como o volume e o seu conteúdo, ocupam uma posição preponderante enquanto promotoras do aumento da circulação e da difusão da informação pelo mundo, tornando-o cada vez mais uma vasta e densa rede interconectada. Concomitantemente ao surgimento de uma “aldeia global”, coloca-se a questão da possibilidade da constituição, a médio prazo, de novas formas de vida e sociabilidade, notadamente *on-lines*. A base, ou melhor, a língua franca deste vasto e denso conglomerado é a informação organizada sob a forma de uma complexa e intrincada rede virtual denominada de *ciberespaço*.

globalizada — seja esta de natureza jornalística (*CNN*), musical (*MTV*) ou de entretenimento (canais que exibem filmes oriundos da grande indústria cinematográfica norte-americana, desenhos animados, seriados e comédias de situação, etc.) — são os principais atores da cena descrita acima, a de um mundo interconectado em escala planetária. Tais fatores contribuem para a criação de uma “cultura global”, calcada em valores universalistas da racionalidade ocidental, que fazem face à outras culturas existentes no globo. O avanço desta “nova” sociedade, capitaneada pela mídia global digitalizada e interativa e as novas tecnologias informáticas, se faz por intermédio de uma dinâmica tensa entre tendências globalistas e localistas, ora favorecendo a consecução das primeiras, ora promovendo um recrudescimento do tribalismo e do regionalismo. Quando da prevalência do vetor global, se observa o engendramento de sujeitos ávidos para e pela informação, prontos para digeri-la e reinterpretá-la diferencialmente.

Desta forma, a informação se torna o vetor central desta “nova” ordem mundial. Nunca o aforisma “informação é poder” esteve tão em voga como nos dias atuais, dada a crescente complexidade e a diversidade de contextos a serem levados em consideração na formação de opinião. Desta forma, quanto maior o controle e a capacidade de interpretação deste conglomerado de informações, maiores as possibilidades de sucesso em função da multiplicidade de variáveis a serem levadas em conta no processo de tomada de decisão. Daí impõe-se a questão fundamental na contemporaneidade, da posse, controle e gestão da informação disposta nesta verdadeira “aldeia global”.

A relevância desta questão se justifica em função da percepção crescente, por parte dos indivíduos, de estarem inseridos em um mundo complexo e extremamente cambiante, repleto de quantidades cada vez maiores de informação interligadas que circulam em diferentes contextos, que acabam por deslanchar um processo de descontextualização tanto desta em si quanto de suas condições de produção, circulação e uso. O caráter antinômico desta sociedade — onde coexistem vetores de inflação e de escassez de informação — foi apontado por diversos autores, dentre os quais Bell (1977, orig: 1973) indica a emergência de alguns custos como os de informação e de tempo.

Neste primeiro, o autor indica um fenômeno paradoxal que a relação entre o volume de informação e a incerteza decisória é diretamente proporcional, ou seja, enquanto o volume do primeira aumenta a incerteza também cresce. Daí se conclui que a tomada de decisão, processo central no âmbito de uma sociedade global informacionalmente interligada, torna-se altamente complexificada, nuançada e exponencialmente incerta, posto que “*mais* informação não significa informação completa; significa, quando muito, informação cada vez mais incompleta” (Bell, 1977, orig: 1973, p. 516, grifo do autor). Desta forma, mais informação implica, *necessariamente*, em um gasto maior com sua ordenação, discriminação e categorização em função da relevância, dos gostos, das preferências, das crenças, dos gostos, das perspectivas e dos interesses diversos e idiossincráticos de cada sujeito.

No segundo, a informação disponível em volume colossal torna-se cada vez mais técnica, dispersa em diversas tramas e formas sintáticas e semânticas, sendo necessária a mediação, a interpretação, a decodificação desta para os usuários envolvidos. Daí, a necessidade do crescimento do número de mecanismos de decodificação (publicações especializadas, canais de televisão específicos, *softwares* especialistas), complexificando em demasia a aquisição e organização da informação<sup>43</sup>. **O caráter antinômico do estatuto do conhecimento na sociedade contemporânea** — quanto maior o volume de informação disponível, menor a capacidade de absorção e decodificação — se associa à diminuição do tempo em função do montante e da complexidade de informação disponível. O tempo gasto para a absorção, organização, processamento e armazenamento desta cresce exponencialmente, diminuindo-o vertiginosamente. Nunca o tempo foi tão pequeno para processar tal volume de informação. Daí, o problema do encurtamento do tempo ser um tema obsessivo na atualidade. Organizar, otimizar, poupar, aumentar a produtividade são palavras de ordem na atualidade, e a noção de uso *inteligente* do tempo torna-se central na agenda de problemáticas a serem enfrentadas pela humanidade. Outro paradoxo reside neste ponto: a lógica ascendente da abundância, seja esta econômica e/ou informacional, que

---

<sup>43</sup> Em uma vertente desta discussão, a psicologia cognitiva produziu alguns dados relativos à capacidade humana de absorção e processamento da informação. Em um clássico artigo da literatura psicológica, G. A. Miller (1956) estabeleceu um limite máximo para a quantidade de informação a ser processada pelo aparato cognitivo (o número mágico “sete mais ou menos dois”). Tal argumento, entretanto, foi problematizado mais tarde por Bruner (1997, orig: 1990).

caracteriza a sociedade do conhecimento, leva à escassez do tempo e às sensações de fadiga e esgotamento que os indivíduos experimentam na atualidade<sup>44</sup>.

Entretanto, acredito que as questões levantadas pela literatura não tocam no aspecto mais relevante da problemática do acúmulo de informação inerente a este contexto. O ponto nodal de minha argumentação é o de que, se o indivíduo não possuir critérios prévios de seleção e utilização desta informação maciçamente disponível, mais perdido e desorientado se sentirá diante desta “selva informacional”. Dito de outra maneira, o aumento exponencial da informação diminui a possibilidade de uma visão criteriosa, panorâmica, abrangente e global. O efeito antinômico desta disponibilização de informação é o de produzir uma desorientação e uma confusão cada vez maiores, além de gerar perspectivas de análise segmentadas e parciais. Desta maneira, pode-se afirmar que a soma vultuosa de informação funciona como um “canto da sereia” para seus usuários, no sentido de impossibilitar a consecução de visões integradoras e gerais, alimentando ainda mais a paralisia, a sensação de assoberbamento e a exclusão social. Neste novo contexto, somente as pessoas capazes de formularem sínteses abrangentes e de âmbito global, amparadas fundamentalmente em critérios de seleção e utilização da informação disponível, é que possuem as maiores chances de se orientar e gerar interpretações e análises relevantes de cunho global.

Na ausência destes, a navegação neste torvelinho de informações torna-se cada vez mais árdua e fatigante, consumindo um considerável lapso de tempo na busca de dados. Além disto, a falta de critérios de seleção se articula com o grande número de informações irrelevantes que se acumulam a cada dia. O caso mais indicativo desta tendência é o da internet, onde inclusive muitos de seus principais defensores afirmam que grande parte do material atualmente disponível se constitui em “lixo”, em “entulho digital”. Daí, defenderem a necessidade de serem criadas ferramentas de busca cada

---

<sup>44</sup> Uma das ramificações interessantes desta discussão, diz respeito à diminuição do tempo de lazer e do aumento do tempo de trabalho, dado a entrada em cena das tecnologias informáticas no cotidiano e no ambiente familiar do indivíduo. Desta forma, na atualidade o trabalho é visto como sendo uma forma de lazer, sendo este último visto como sendo mais produtivo a partir de um uso inteligente do tempo ocioso. Tal fato contradiz, peremptoriamente, as previsões de uma sociedade do lazer em função do aumento do tempo ocioso, tal como postulado por Schaff (1993) (para isto, ver tal problemática discutida no âmbito norte-americano por Hunter, 1999 e por Sennett, 1999, orig: 1998).



vez mais sofisticadas e adequadas aos diferentes interesses e perspectivas de cada usuário<sup>45</sup>.

O saldo deste debate aponta para a necessidade de problematizarmos a noção de informação, bem como os seus critérios de busca e seleção. Para além da questão menor da existência de “viciados em internet” (diga-se de passagem, já considerada patológica para a Organização Mundial de Saúde), impõe-se a necessidade premente de uma ampla discussão sobre a premissa e o uso desta informação disposta de modo digital-virtualizado, com o intuito de evitar a constituição desta trama sob a égide de uma biblioteca borgiana. O uso da informação sem critérios de seleção e de organização gera perspectivas de análise atávicas, reforçando o processo de alienação e de exclusão social, indo de encontro a um dos pilares que caracterizam a retórica de legitimação do discurso informático, a saber, o caráter libertário da informação. Tal crença se fundamenta no mito de que, dada sua disponibilização, o número de indivíduos esclarecidos e aptos para encetar análises cada vez mais abrangentes crescerá exponencialmente, como num passe de mágica. A “mística da informação”, ou melhor, sua “fetichização” obnubila a discussão sobre a busca de critérios para sua seleção e uso. Sem isto, uma sociedade composta por indivíduos “afogados em dígitos” (Davis & Hersch, 1986) assume contornos cada vez mais nítidos, e a questão da quantidade acaba por prevalecer em detrimento da qualidade da informação disponível.

Além disto, a difusão da informação no âmbito da “sociedade em rede” (cf. Castells, 1999a, orig: 1996), produz dois tipos de posições antagônicas, porém preponderantes na literatura atual que discute tal problemática. A primeira, basicamente presente na retórica de legitimação dos defensores da informática, é marcada por um sentimento de euforia e/ou deslumbramento pelo futuro próximo. Conforme discuti no capítulo anterior, por trás deste tipo de perspectiva de enfoque encontra-se uma visão utópica e libertária da tecnologia. A segunda se concentra, contrariamente à primeira, ao redor de sentimentos difusos de alienação, esmagamento ou depressão do indivíduo em função de um contexto marcado pelo achacamento deste

---

<sup>45</sup> “A importância da Net começará a aumentar de forma significativa quando ela conseguir aliviar as pessoas da carga de lidar com o lixo inerente ao fluxo de informações da vida cotidiana” (cf. o depoimento de David Gelernter a Brockman, 1997, orig: 1996, pp. 92-93).

pelo colossal volume de informação, de tarefas e de instabilidade existencial. Esta encontra sua expressão em visões pós-apocalípticas e distópicas de mundo, revitalizando sensações de paranóia, onisciência e onipresença da tecnologia, vista na literatura *cyberpunk*.

Isto nos leva a questão central desta seção, que pode ser expressa no seguinte paradoxo: dada a complexidade crescente do mundo, em função do contexto aqui descortinado, o número de pessoas capazes de o avaliarem criticamente diminui de maneira extremamente significativa. Dito de outra maneira, o excesso de informação disponibilizada por tais tecnologias não favorece à produção de conhecimento crítico e contextualizado. Impõe-se, neste ponto, a problemática fundamental do estatuto da informação, bem como seus critérios de uso e de seleção.

O estatuto do conhecimento tal como postulado pela filosofia kantiana encontra-se ancorado na noção de crítica. Tal idéia, entretanto, não é nova na história do pensamento humano, posto suas raízes históricas estarem localizadas desde os primórdios do pensamento grego até chegar no racionalismo cartesiano e no movimento iluminista. Porém, é com Kant que o projeto da racionalidade ocidental expressa-se por intermédio do pensamento crítico, dado que o cerne da atividade cognoscente se articula em torno da avaliação do conhecimento, bem como de suas condições de produção<sup>46</sup>. Desta forma, no século XVIII, a matriz do conhecimento como crítica assume sua forma mais sofisticada, e a tarefa do pensamento torna-se a de analisar as condições de possibilidade do conhecimento, via escrutínio crítico dos fundamentos deste e da experiência de uma maneira mais ampla.

Entretanto, me parece que um aspecto extremamente relevante deste tópico não é avaliado de maneira criteriosa, por uma parte significativa da literatura envolvida. Trata-se, fundamentalmente, do efeito incisivo de elitização do conhecimento, dado que as tecnologias informáticas, ao invés de instrumentos de facilitação, se tornam ferramentas de obstacularização do processo de busca e aquisição da informação. Conforme venho discutindo aqui, observa-se mais um efeito paradoxal que é característico da sociedade contemporânea, altamente integrada, informacionalizada e global. Ao invés de permitir a constituição de “coletividades inteligentes”, a sociedade

---

<sup>46</sup> Em grego, *kritiké* significa “a arte de julgar”.

da informação encontra-se atravessada por um vetor marcante de exclusão social, posto o conhecimento tornar-se posse de uma pequena elite digital e global.

O caráter excludente está associado ao processo de seleção e categorização da informação, dado isto ser imprescindível em um contexto marcado por uma inflação informacional, presentificada na quantidade crescente de “entulho digital” presente nestas redes de informação. Portanto, mais do que nunca, a discussão a respeito do estatuto da informação, bem como os seus usos em função dos diversos interesses, torna-se nodal para uma problematização do tema do conhecimento na sociedade informatizada. Para além do mero aspecto quantitativo de aquisição da informação, presente na literatura disponível, trata-se de enfatizar o aspecto qualitativo envolvido na categorização e apropriação desta por parte dos indivíduos.

Paradoxalmente, o efeito “reverso” se coloca a medida que, ao invés de “coletivos pensantes”, afirmam-se “elites globais e digitalizadas” que se afastam cada vez mais da massa acrítica restante da população. Apesar da linguagem hipertextual incentivar a busca e a seleção ativa do conhecimento, esta não possibilita a constituição de critérios de seleção e de uso da informação disposta conforme usos e interesses diversificados. Dito de outra forma, a capacidade crítica de avaliação da informação não é possibilitada por tais tecnologias, aprofundando o fosso entre esta elite e os “analfabetos tecnológicos”. Contrariamente ao que afirmam os futurólogos de plantão, as tecnologias informáticas sozinhas não são suficientes para a constituição de um pensamento crítico e seletivo, bem como são incapazes de viabilizar sínteses abrangentes e de natureza global. Bem entendido, somente a articulação entre tais tecnologias, a educação formal e uma subsequente melhoria da qualidade de vida material e cultural dos indivíduos irá possibilitar, paulatinamente, um incremento e uma sofisticação nas formas de avaliação, categorização e produção do conhecimento.

Ressalto, veementemente, que tal raciocínio não padece nem de ceticismo, nem de “neo-ludismo”, muito menos de cassandrismo tecnológico. Entretanto, a forma como tal problemática vem sendo tratada pela literatura disponível reduz tais discussão como se a questão fosse, apenas, a de fazer com que as pessoas aprendam a utilizar computadores, ler e/ou falar inglês, ou assistir a canais de televisão a cabo. A capacidade reflexiva advém de um amplo espectro de práticas sociais que envolvem

não só a educação formal, mas também o *background* social e cultural do indivíduo. Desta forma, investir apenas em política de difusão maciça destas tecnologias se constitui não só em construir uma residência a partir do telhado, mas também acaba por aprofundar o fosso existente entre os diversos estamentos da sociedade informatizada. Desta forma, um investimento puro e simples nos computadores desvinculado de um investimento na educação formal e na melhoria da qualidade de vida (tanto material quanto simbólica), apenas terá o efeito de reproduzir, na melhor das hipóteses, a segmentação sócio-educacional presente no contexto atual. Este ponto possui especiais implicações para os países do Sul, em especial o Brasil, onde suas sociedades são marcadas por profundas contradições, disparidades e perversidades sociais dos mais variados âmbitos, envolvendo má distribuição de renda, educação e saúde depauperadas, dentre outros índices.

Pode-se, a partir desta discussão, traçar um paralelo entre o paradoxo da participação política nas democracias contemporâneas, e o paradoxo informacional da sociedade digital. Conforme levantado por Olson (1965), a antinomia presente nas democracias contemporâneas é a de que conforme se complexificam os padrões de participação política e de cidadania, diminui a sensivelmente a capacidade dos atores sociais envolvidos em discriminar, avaliar e entender a diversidade e o aspecto multifacetado dos jogos políticos envolvendo diferentes pessoas e grupos de interesse. Da mesma maneira, no âmbito da sociedade informatizada a difusão maciça da informação leva a uma crescente complexificação desta — em função dos diferentes contextos de produção, seleção e uso — tornando o processo de avaliação restrito a apenas um grupo seleto de indivíduos integrantes desta nova “elite digital e global”. Portanto, o excesso de informação leva a uma alienação dos usuários diante da complexidade de mundos dispostos, bem como neutraliza todo e qualquer potencial transformador destas tecnologias. Em realidade, sem este tipo de discussão, a sociedade da informação acaba por se constituir em uma nova forma de reprodução dos efeitos contraditórios e excludentes da dinâmica do processo de globalização.

Não discuto aqui a necessidade e a relevância da disponibilização da informação proporcionada por esta revolução nas tecnologias informáticas, nem muito menos faço uma apologia à censura na internet. Entretanto, procuro apontar as contradições

inerentes ao processo de informacionalização da sociedade, objetivando desconstruir a retórica de legitimação dos defensores da informática e tecno-eufóricos. Acredito que, ao recolocarmos a questão do estatuto da informação no centro do debate, isto funcionará de fio de Ariadne para os usuários destas novas formas de acesso e difusão do conhecimento. Caso contrário, ainda iremos padecer por muito tempo do efeito inebriante e desorientador do canto das “sereias digitais”.

## Incremento *versus* restrição da criatividade humana

*O PC é o LSD dos anos 90.*  
(Timothy Leary)

Conforme assinalai no início deste capítulo, a problemática da influência das tecnologias informáticas na estruturação e regulação da subjetividade é pouco discutida na literatura atual que se tornou *best-seller* no mundo todo. Entretanto, alguns trabalhos despontam como tentativas de discutir tal questão, geralmente em torno de tópicos como os efeitos da interação intensiva dos usuários com os computadores (Turkle, 1984) e das implicações dos ambientes virtuais — como, por exemplo, a internet — nas formas de subjetivação (Turkle, 1996).

No âmbito brasileiro, tal discussão ainda é bastante recente, dado o fato de que a parcela da população que acessa a internet ainda é bastante baixa, em comparação aos países do Norte<sup>47</sup>. Apesar do estado embrionário deste debate, alguns exemplos podem ser vistos nos trabalhos de Nicolaci-da-Costa (1997) e Spitz (1999), assim como a coletânea de textos no livro organizado por Porto (1999). Em linhas gerais, a primeira empreende uma análise do discurso dos diálogos existentes nos *chats* brasileiros; a segunda procura, a partir da perspectiva dos países periféricos,

---

<sup>47</sup> Mesmo assim, a privatização no sistema de telecomunicações e o crescimento do número de computadores nos lares fez com que o Brasil se tornasse o país detentor de uma das maiores taxas de crescimento de usuários na rede. Logo, o mercado brasileiro tornou-se um dos mais atraentes do mundo, fato este corroborado pela entrada do maior provedor de acesso do mundo — a *American Online* (AOL) —, além do crescimento do número de provedores de acesso gratuito, fenômeno existente, em grande parte, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

empreender uma discussão política sobre as implicações da rede, bem como sua polissemia e suas diferentes apropriações; por fim, o último é constituído por uma coletânea de artigos de diversos autores que têm o intuito de avaliar as formas de interação afetiva nos *chats* brasileiros de sexo.

O pano de fundo no qual se descortina esta segunda antinomia diz respeito à pré-formatação do conhecimento difundido por intermédio das tecnologias informáticas. Por seu turno, esta deriva da discussão anterior, ou seja, encontra-se articulada com o tema da elitização do conhecimento e da incapacidade destas ferramentas em promover, por si sós, um pensamento crítico e abrangente, que esteja preparado para lidar com maior desenvoltura diante das complexidades e contradições inerentes à “selva digital”, bem como seus efeitos sociais e subjetivos. Esta temática é de extrema importância posto estar relacionada com o surgimento da “nova geração digital”, dos indivíduos socializados intensivamente nestas tecnologias. Se, por um lado, a problemática do acúmulo de informação tem suas raízes na geração da cultura de massa e da televisão (os chamados *baby boomers*), a temática da pré-formatação do conhecimento atinge em cheio as crianças do futuro ou, como denomina Rushkoff (1996), as “Crianças do Caos”.

Tal paradoxo vai de encontro ao que justamente é apontado como sendo um dos maiores efeitos benéficos e revolucionários destas tecnologias, a saber, o caráter de incremento do potencial criativo dos indivíduos. Contrariamente a esta perspectiva de análise acredito que, sem levar em consideração a necessidade de uma melhoria da educação e uma sofisticação das formas de vida humanas, tais tecnologias se tornam reprodutoras não só do estado de exclusão social característico desta nova era — “analfabetos tecnológicos” *versus* “elite digital e global” —, mas também acabam por desembocar no empobrecimento do discurso e na restrição da criatividade humana. Assim, organizarei o debate a partir das seguintes vertentes: em primeiro lugar, avaliarei a restrição da criatividade humana pelo uso intensivo destas tecnologias, para depois discutir a crescente difusão e o conseqüente uso de metáforas computacionais na descrição dos estados internos e das vivências subjetivas dos usuários destas ferramentas que, acredito, ser um aspecto derivado desta antinomia central.

A retórica de legitimação da informática atesta que as tecnologias informáticas favorecem a difusão de valores que são constitutivos da sociedade ocidental: a liberdade, o progresso e a crença na razão instrumental. A mídia de massa se encarrega do espraio destes valores pelos mais variados âmbitos da sociedade humana, promovendo a crença na possibilidade de uma “ecúmene global”. Desta forma, esta “nova” geração se constituiria em torno dos valores de liberdade, interatividade e singularidade, que se encontram no centro da agenda de discussão dos promotores da sociedade global. Claro está, que tais premissas diretoras constituem uma espécie de híbrido cultural, a partir de uma articulação entre ideais libertários presentes no imaginário norte-americano, revividos pela contracultura dos anos 60, com a vertente tecnomaniaca dos informatas e *hackers* dos anos 90. Tal entrecruzamento acaba por demarcar os contornos do que costuma se denominar de “cibercultura” (Lévy, 1999, orig: 1997), ou também de “ciberdelia” (*cyberdelia*) (Douglas Rushkoff apud Dery, 1996), um compósito de variadas manifestações culturais viabilizadas pela articulação entre valores científicos (ode à tecnologia) e não-científicos (ideais de liberdade escapista).

A interseção de duas culturas aparentemente distantes no tempo e distintas em termos de seus objetivos — a contracultura psicodélica e a tecnofilia do Vale do Silício — converge para a expressão de valores, atitudes e estilos de vida que configuram formas características da globalização, da tecnofilia e das tendências pós-modernas à complexidade, à fragmentação e ao descentramento da experiência subjetiva. Em um certo sentido, tal entrecruzamento justifica o retorno ao ideário e a estética dos anos 60 vivido na atualidade, com a revivescência de ícones tão marcantes como Jimi Hendrix, Jim Morrison, Timothy Leary, Woodstock, Guerra do Vietnã, JFK, por intermédio de vários intérpretes como Lenny Kravitz, The Black Crowes e Oliver Stone, além de seriados repletos de teorias conspiratórias como *Arquivo X*. A resignificação do psicodelismo, dada na cibercultura por intermédio de uma articulação com o sentimento de euforia tecnológica e de futurismo, reforçam a experiência de pulverização cultural e de “geléia geral”, que marcam as formas culturais contemporâneas.



Por ser oriunda de um complexo processo de reapropriação e de resignificação, a cultura dos anos 90 não é um mero *revival* das formas de questionamento dos anos 60. Melhor dizendo, a cibercultura é, como afirma Dery (1996), um “retorno para o futuro” (*a flashback to the future*). A diferença marcante entre a cultura psicodélica dos anos 60 e a cultura ciberdéliica dos 90 é uma visão positiva, progressista e libertária da tecnologia, presente nesta e ausente na primeira. O psicodelismo traz em seu cerne tendências liberais ingênuas, arcádicas, rurais e anti-científicas, enquanto que a cibercultura é fundamentalmente infomaniáca, sendo perpassada por uma crença no potencial das tecnologias informáticas de transformação e de escape da realidade concreta.

Conforme afirmei anteriormente, a cibercultura é um amálgama de diversas manifestações culturais, sendo divulgada das mais variados formas, seja por intermédio de *home-pages* e manifestos na internet, programas de televisão, histórias em quadrinhos (*comics*), filmes, publicações impressas comercialmente bem-sucedidas (como, por exemplo, a revista *Wired*) e até em fanzines *cult* (caso do *Mondo 2000*, editado em São Francisco). Historicamente, as calculadoras eletrônicas e os primeiros computadores foram gestadas concomitantemente à emergência da contracultura norte-americana (década de 60), sendo que a revolução da microinformática foi impulsionada pelo desenvolvimento de um pólo gerador destas novas tecnologias localizado no chamado Vale do Silício, na Califórnia (coincidentemente, na região onde a contracultura se desenvolveu). Daí, se conclui que a cibercultura apoiou-se em tais formas culturais pretéritas, para depois se destacar e se autonomizar<sup>48</sup>. No âmbito das tendências culturais contemporâneas — que se misturam com as formas contraculturais das gerações antecedentes — pode-se identificar àquelas que privilegiam a complexidade, o descentramento e a fractalidade como valores fundamentais de sua expressão. Estão presentes na cibercultura, como ingredientes atuais, os esportes radicais tais como o *surf*, o *street skate* e o *snowboard*, os estilos musicais oriundos da cultura dos guetos urbanos como o *rap* e o *hip-hop*, a música eletrônica dos estilos *techno*, *trance*, *jungle*, *trip-hop*, *drum'n bass*, a cultura *rave*, a estética caótica e fragmentada da *MTV (Music Television)*, além das revistas em

quadrinhos e das inovações tecnológicas como o computador e a Internet (para uma visão mais detalhada das diversas tendências da cibercultura, ver principalmente Dery, 1996; Rushkoff, 1996; Shobchack, 1994).

Atravessando a flexibilidade, a instabilidade, o descentramento e o aspecto caótico da cibercultura, os ideais de liberdade, interatividade e idiossincrasia funcionam como o pano de fundo no qual a trama da cibercultura se desenrola. É como se os valores cruciais da racionalidade ocidental tivessem sido reatualizados em função do novo contexto, um caso exemplar de “*upgrade* cultural”. A busca incessante da liberdade e de formas de vida mais “autênticas”, conjuntamente com a suposta experiência de livre-arbítrio propiciada pela interatividade da tecnologia, torna viável o sonho da singularização e do estabelecimento da idiossincrasia, por intermédio de manifestações sociais e culturais mais criativas.

Tal crença fornece os subsídios necessários para uma visão libertadora da tecnologia, mais especificamente como potencializadora e incrementadora da criatividade e da expressividade humanas, dado possibilitar a ilusão de controle da informação para os seus usuários. A própria disposição da informação nos ambientes virtuais reforça esta experiência, uma vez que a busca e a seleção desta é feita de maneira “personalizada”, isto é, encontra-se de acordo com os gostos, preferências, ritmos e disponibilidade destes<sup>49</sup>. Autores como Lévy (1999, orig: 1997), desta forma, acreditam que as tecnologias informáticas funcionam como propulsoras de um aumento e sofisticação das habilidades e capacidades cognitivas do homem:

o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepções (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos) (p. 157).

Tais ferramentas, nesta perspectiva de enfoque, irão possibilitar em um futuro não tão distante romper com as próprias limitações biológicas e psicológicas da espécie

---

<sup>48</sup> A título de exemplo, a estética fragmentada que é a marca da cultura dos anos 90 tem uma de suas raízes no humor do grupo inglês *Monty Python*.

<sup>49</sup> Os *links* que compõem um ambiente informático hipertextual, presentes nos CD-ROMs e na *World Wide Web*, oferecem a possibilidade do usuário conjugar estas características ao “navegar” ou “surfear” pelo fluxo de informação constituinte da Rede.

humana, abrindo as portas para novas formas de concepção do conhecimento de si e do mundo. Retoma-se aqui a coda da cibercultura, isto é, a de que esta possibilita a ilusão do controle da informação e da viabilidade do escape das amarras do cotidiano. Esta tem como pedra de toque a emergência da *simulação* como forma privilegiada de entendimento do mundo, e o seu objetivo final é o de objetivar uma sinergia entre as diversas competências, habilidades e conhecimentos individuais em torno do projeto de uma “inteligência coletiva” ou de “coletividades pensantes” (Lévy, 1993, orig: 1990; 1999, orig: 1997). “O ciberespaço oferece objetos que rolam entre os grupos, memórias compartilhadas, hipertextos comunitários para a constituição de coletivos inteligentes” (Lévy, 1996, orig: 1995, p. 129). Estas seriam simulacros de coletividades presentes na natureza, que exibiriam propriedades “inteligentes” em função de sua própria complexidade de arranjo (cf. Kelly, 1994), e que inspiraram os modelos modulares de mente da Ciência Cognitiva (cf., como exemplos, Fodor, 1983 e Minsky, 1985). Esta é a utopia para os defensores das tecnologias informáticas, uma vez que torna-se viável a ruptura dos limites do conhecimento encapsulado em um único indivíduo para o seu compartilhamento em uma rede integrada inteligente:

O projeto da inteligência coletiva é, em linhas gerais, o dos primeiros idealizadores e defensores do ciberespaço. É a aspiração mais profunda do movimento da cibercultura. Em certo sentido, esse projeto prolonga, ao mesmo tempo que o ultrapassa, o da filosofia das luzes. Não se trata de forma alguma de uma “utopia tecnológica”: mas do aprofundamento de um antigo ideal de emancipação e de exaltação do humano que se apoia nas disponibilidades técnicas de nossos dias (p. 208).

A ingenuidade e o otimismo típicos desta literatura encontram-se expressos na citação acima, posto que o autor acredita que o conhecimento, disposto desta maneira, não se encontra em posse de uma única pessoa, mas sim da própria comunidade. Tal argumentação justifica a crença na distribuição e na democratização do acesso ao conhecimento, e o desenvolvimento de aplicativos educacionais — uma das pontas-de-lança mais “quentes” da indústria de *software* — somente realimenta tal imaginário. Como exemplo, tem-se o *software* de árvores de conhecimento criado e descrito por Lévy & Authier (1995), que tem por objetivo mapear o campo de conhecimentos presentes em uma determinada coletividade, a ser compartilhado pelos seus integrantes. Dada sua especificidade, seus autores afirmam veementemente que tal

programa possibilita um tipo de aprendizagem simultaneamente massificada, personalizada e dirigida para os interesses e preferências do próprio usuário. Irônico, entretanto, é a constatação de que indivíduo possui unicamente, como possível espaço de expressão de seus gostos, preferências, crenças e valores, o âmbito do grupo. Neste ponto, é impossível não fazermos referência ao trabalho de Freud (1969, orig: 1921) sobre os grupos humanos e suas implicações para o funcionamento psíquico dos indivíduos que, a grosso modo, podem ser listados como: definhamento da personalidade individual consciente, focalização de pensamentos e sentimentos em uma direção comum, imediatismo e predominância da afetividade e de formas mentais mais primitivas. Desta forma, o paradoxo das “coletividades inteligentes” reside no fato destas serem instrumentos dotados de um alto potencial de inibição das tendências individuais, das idiossincrasias e das singularidades. Trata-se, desta forma, de mais um típico efeito “bumerangue”, onde a busca da liberdade na coletividade pode se traduzir em uma forma de coerção ou de direcionamento das produções subjetivas individualizadas.

Outra ironia diz respeito ao fato de que a crença no potencial revolucionário do computador no que tange ao incremento da criatividade e expressividade humanas, não é mais fonte de ameaças e fobias intensas, tal como visto em décadas anteriores. A dinamização do processo de ensino-aprendizagem por intermédio de máquinas nunca foi bem vista por professores, educadores e pedagogos, e o exemplo mais recente desta celeuma se deu por ocasião da proposição das “máquinas de ensino” skinnerianas, gerando reações coléricas de protesto e refutação em função dos efeitos de padronização e pré-formatação do conhecimento, além da restrição da criatividade e da inventividade.

Talvez, o que contribuiu para a diminuição destas tensões entre máquinas e ensino seja a característica de interatividade destas tecnologias, dado estarem amparadas em interfaces “amigáveis” facilitadoras da participação ativa do usuário na busca, aquisição e construção do conhecimento. Mais uma vez, a história da informática — das calculadoras eletrônicas e dos primeiros computadores, passando pelos *mainframes* e chegando até os computadores pessoais da microeletrônica (cf. Breton, 1991, orig: 1987) — é marcada por uma obsessiva e recorrente procura da

superação da barreira entre o homem e a máquina, tornando a interação mais eficaz e fluida. A inovação no campo das interfaces se deu com uso de recursos gráficos na tela (ícones simulando uma mesa de escritório), vistos pela primeira vez no microcomputador MacIntosh II, desenvolvido pela empresa norte-americana *Apple Computers*. Desta forma, não se torna necessário, por parte do usuário do computador, um conhecimento profundo da linguagem de programação, dado que tais ícones ocupam o lugar outrora destinado pela digitação dos comandos na tela. O efeito desta revolução nas interfaces foi crucial para a difusão do computador para um público mais amplo, leigo e não-especializado, ao torná-lo uma tecnologia “quente”, reinserindo-o no espaço cotidiano como uma forma mais sofisticada de eletrodoméstico presente nos escritórios, nas residências e no lazer e entretenimento. A domesticação da interface, assevera Turkle (1996), forneceu a base para a difusão e popularização da cultura de simulação presente nos ambientes virtuais e na mídia digital interativa, acostumando os usuários à uma tecnologia opaca<sup>50</sup>. Além disto, a interatividade visada por interfaces “inteligentes” e “amigáveis” reafirma o sentimento ativo de busca e aquisição de conhecimento, rompendo o modelo passivo tradicional, e democratizando o acesso do usuário à máquina. Seria, desta forma, a realização do ideal dos “gurus” do Vale do Silício: “*computers for the people*” (computadores para o povo).

Neste sentido, apesar das afirmações em contrário, as tecnologias informáticas não incrementam o processo de singularização e de busca da idiossincrasia, podendo inclusive se tornarem ferramentas que os obstaculizam. Para além da capa de liberdade, expressa a princípio na possibilidade de “formatação personalizada” do computador e dos próprios *softwares*, os interesses e as preferências de cada usuário sempre estarão articulados com as limitações inerentes ao *design* da máquina, ou melhor, das limitações impostas ao usuário pelas rotinas criadas pela equipe de confecção do programa. A “cortina de fumaça” amigável, divertida e interativa do *software* mascara suas características determinísticas, dando a falsa ilusão de liberdade e de atividade por parte do indivíduo. Acreditar que a liberdade consiste,

---

<sup>50</sup> Entendo aqui a opacidade desta tecnologia tal como a define Turkle (1996), em contraposição à transparência dos computadores anteriores, onde o usuário deveria conhecer o funcionamento da máquina bem como ter domínio da linguagem de programação a fim de operá-la. A partir do MacIntosh, não é mais necessário um conhecimento técnico por parte do usuário para operá-la.

fundamentalmente, em apontar, clicar e arrastar ícones ou setas na tela é, no mínimo, incorrer em ingenuidade, ironia ou petulância. Muito menos pensar que o computador é um microcosmo, uma simulação do mundo concreto.

O efeito-interface torna a tecnologia “opaca” para o usuário, desviando sua atenção para as condições de sua produção e configuração. Para além da ciranda dos ícones, esconde-se uma miríade de seqüências de comandos e de *bits* configurados e dispostos de acordo com os mais rígidos padrões lógicos do formalismo das linguagens de programação. Por trás da tela que simula uma mesa de escritório, dos descansos de tela animados, das interfaces “amigáveis” e interativas, se esconde um mundo de *bytes*, de códigos binários, de uma combinatória composta por uma seqüência de zeros e uns que torna a realidade subjacente à tela semelhante a uma “selva digital” complexa para os incautos, porém rotinizada, mecanizada e previsível para os nativos e iniciados. Sendo o ciberespaço, os ambientes virtuais e a mídia digital interativa produtos derivados desta configuração, estes nada mais seriam do que “novas” peças integrantes desta antiga e persistente crença humana de mediação com a natureza por intermédio da escrita matemática. Desta forma, o exercício da criatividade está limitado à disposição do material presente no ambiente virtual, sendo a liberdade de escolha dimensionada pela própria arquitetura de programação, não importando se esta se organiza em torno de representações gráficas de janelas ou de outras formas alternativas. Dito de outra forma, a escolha e a navegação pela informação já está pré-determinada de antemão, cabendo ao usuário escolher alguns roteiros dentre os já previstos no momento da confecção do programa.

Tais contradições acabam por repercutir na chamada “nova geração digital”, constituída por indivíduos que sofreram uma intensiva socialização nestas tecnologias. Apesar da forte tendência no sentido da afirmação deste fenômeno, não há um consenso em torno de sua nomeação e caracterização na literatura atual. Esta “nova” geração pode assumir diversas denominações, dado os diferentes autores e perspectivas de enfoque: ora é denominada de *screenagers*<sup>51</sup> ou Crianças do Caos (Rushkoff, 1996), ora denominada de *Geração Net*, *Net-Generation* ou, simplesmente, *N-Gen* (Tapscott, 1999, orig: 1998), podendo também serem arroladas sob o amplo

---

<sup>51</sup> Literalmente, geração da tela.

codinome de *cyberpunks* (Gibson, 1991, orig: 1994). Rushkoff (1996) assinala que o codinome de *screenager* diz respeito às as crianças nascidas na cultura mediada pela televisão e pelo computador, abrangendo inclusive os *baby boomers*. Tapscott (1999, orig: 1998), entretanto, diverge deste ao circunscrever a *N-Gen* somente “à geração de crianças que, em 1999, tem entre 2 a 22 anos de idade, não apenas aquelas que são ativas na Internet” (p. 3). A diferença reside no fato de que a *N-Gen* é a primeira geração a ser intensamente socializada pelos computadores e pela mídia digital, a despeito das outras cuja presença da mídia televisiva era mais proeminente. A despeito desta diversidade, o traço geral e comum que alinhava estas diferentes concepções é a afirmação de que seus integrantes foram e continuam sendo intensivamente socializados pela mídia digital globalizada e interativa, viabilizada pela revolução informacional-comunicacional. Dito de outra maneira, são indivíduos que foram expostos a tais tecnologias desde tenra idade, e que as interações sociais exibem uma continuidade no uso de tais ferramentas, uma vez que a informática e a mídia digital são partes integrantes do cotidiano na escola, no trabalho e nas situações de lazer e de entretenimento<sup>52</sup>.

O caráter descontextualizado e reificado dos signos matemáticos que constituem a linguagem informática contribui para uma visão extremamente simplista e reducionista do mundo e das relações constitutivas entre os seus diversos atores. A ode à tecnologia e à computação, presente no otimismo *high-tech* dos infomaniacos e defensores de plantão, realimenta este processo de prevalência de formas de conhecimento e de existência racionalizadas e instrumentalizadas. A polissemia do mundo, seus choques de interesses e posições, conflitos de perspectivas e opiniões, efeitos reversos ou inesperados, tornam-se domesticados diante de tal contexto<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> No entender de Tapscott (1999, orig: 1998), o uso intensivo destas tecnologias desde a infância, e a continuidade no decorrer da vida, diferencia esta “nova” geração da geração dos *baby boomers*, gestada no âmbito do pós-Segunda Grande Guerra, e que deu origem à cultura jovem radical dos anos 60 de contestação da cultura de consumo, de crítica ao conformismo, de afirmação dos direitos de minorias e do uso de drogas psicodélicas. No caso desta última geração, o uso “tardio” destas tecnologias possibilitará o surgimento de híbridos como os *cyber-hippies* (Leary, 1994) e os *zippies* (*Zen-inspired pagan professionals*) (Dery, 1996).

<sup>53</sup> Ponto de vista este endossado pelo criador da Realidade Virtual, Jaron Lanier (cf. entrevista a Brockman, 1997). Esta visão onírica, hipereal e opressiva do ciberespaço é atestada pelo gênero literário do *cyberpunk*, um subgênero da ficção científica dedicado a explorar os impactos da cultura informática, exemplificada em filmes como *Blade Runner* e *O Exterminador do Futuro* — ambos

Gostaria de ressaltar que não pretendo reeditar as críticas dos “neoluditas” acerca da máquina, nem muito menos proponho um retorno às formas idealizadas de contato com a natureza que constitui o discurso de puritanos, religiosos, ambientalistas e naturalistas *naifs*, muito em voga nos dias de hoje. Trata-se, pelo contrário, de ressaltar o caráter antinômico presente na difusão dos ideais tecnológicos contemporâneos. Ver estas ferramentas como a panaceia para os males do mundo é, em meu entendimento, incorrer em um grave erro não só por deixar de lado os efeitos “bumerangues” assinalados durante toda a minha exposição, mas também compactuar com uma perspectiva idealizada, asséptica e “neutra” da tecnologia (para uma discussão mais detalhada sobre este tema, ver Ezrahi, 1994; Segal, 1994).

A outra vertente do debate, a qual aponte no início desta seção, diz respeito ao uso e difusão de metáforas computacionais na descrição dos estados internos e das experiências subjetivas por parte dos usuários destas tecnologias. Este processo foi assinalado por Turkle (1984) como se iniciando no momento da transição de uma cultura do cálculo — característica da informática dos anos 60 e 70 — para uma cultura da simulação — típica da microeletrônica e dos computadores pessoais —, quando os computadores se tornam máquinas “amigáveis” e “opacas”. O saldo desta transição não foi apenas o de uma revolução na interação homem-máquina, mas a abertura de novas possibilidades de relacionamento entre estes dois elementos que não se esgotam no mero uso instrumental. Os computadores se tornam instrumentos projetivos, espaços de atualização de características e tendências subjetivas latentes:

Os computadores são mais do que telas onde a personalidade é projetada. Também se tornaram uma parte de como uma nova geração está crescendo. Para crianças e adultos que fazem uso do computador para jogar, manipular palavras, informações, imagens visuais e, especialmente, para aquelas que aprendem a programar, este entra no desenvolvimento da personalidade, da identidade e até mesmo da sexualidade (Turkle, 1984, p. 15).

Faço notar, entretanto, que a tendência à atribuir capacidades psicológicas e estados mentais aos computadores vem de longa data na história das ciências da computação, e confunde-se com o projeto da Inteligência Artificial, bastante em voga

---

baseados na obra de Philip K. Dick, para muitos o precursor deste gênero literário — e nos livros de William Gibson (1991, orig: 1984) e Bruce Sterling.



nos anos 50 em diante. Como o próprio termo indica, a Inteligência Artificial é um campo multidisciplinar que objetiva a criação e o desenvolvimento de *softwares* que possam exibir características identificadas como sendo “inteligentes”, tais como a discriminação de padrões perceptivos, a resolução de problemas simples (empilhar blocos) e complexos (provar teoremas matemáticos), o desempenho eficaz de jogos como o xadrez, e até a simulação de um atendimento psicoterapêutico “real”<sup>54</sup>. Nesta fase, era comum atribuir características psicológicas aos computadores, dado que o sucesso no desempenho destas tarefas era índice da existência de estados mentais ou de atitudes proposicionais genuinamente intencionais. Desta forma, proliferavam narrativas e previsões fantasmagóricas sobre a possibilidade de uma humanidade subjugada ao computador, bastante exploradas pela literatura de ficção científica, e posteriormente pelos cineastas<sup>55</sup> (cf. Warrick, 1980). Um dos efeitos da “humanização” dos computadores foi o de minimizar a angústia do homem perante a máquina, reduzindo seus impulsos tecnófobos e suas fantasias de dominação e opressão (Lupton, 1995). Apelidar, conversar, se confessar, falar impérios diante de ordens não cumpridas tornou-se comum, e fazem parte da experiência cotidiana dos usuários com a própria máquina. “Na linguagem de seus criadores, os programas tinham intenções, faziam o melhor que podiam, eram mais ou menos inteligentes ou estúpidos, comunicavam-se com outros, e ficavam confusos” (Turkle, 1984, p. 16).

Na atualidade, tal movimento se complementa por uma tendência inversa, a de atribuir características computacionais a si mesmo, dando uma tonalidade de dupla-face a esta dinâmica, e tornando cada vez mais complexas as relações entre os computadores e os seus usuários. É cada vez mais freqüente a utilização de conceitos retirados do jargão informático na identificação e descrição dos estados internos e experiências subjetivas, por parte de indivíduos intensivamente socializados nestas tecnologias. A passagem para a cultura da simulação, desta forma, possibilita que as

---

<sup>54</sup> Confere o programa *ELIZA*, desenvolvido em 1966 por Joseph Weizenbaum (cf. Weizenbaum, 1976), que simulava o comportamento de um terapeuta de linha rogeriana e, mais atualmente, o programa *DEPRESSION 2.0*, desenvolvido por Kenneth e Paul Colby (cf. Turkle, 1996).

<sup>55</sup> Um dos maiores representantes desta alegoria era *Hal*, o computador do filme “2001. Uma Odisséia no Espaço” de Stanley Kubrick. Neste, Hal assume o controle completo da espaçonave, tornando os astronautas meros espectadores de seus “desejos” e “vontades”.

metáforas computacionais auxiliem na descrição (“plasmagem”) da experiência interna de seus usuários:

Há um movimento em outra direção também. As pessoas estão pensando em si mesmas em termos computacionais. Um cientista computacional disse, “minha próxima aula está *hardwired*”, significando que ele poderia dá-la sem pensar, e se recusou a ser interrompido durante um jantar agitado, dizendo que precisava “limpar o *buffer*”. Outro referiu-se à psicoterapia como “*debugging*”, a técnica utilizada para limpar os erros finais de quase todos os programas, e de suas soluções “*default*” para lidar com os homens (Turkle, 1984, p. 17).

Conceber-se como sendo uma máquina dotada de atributos computacionais implica em “formatar” a experiência interna a partir de categorias matematizadas e instrumentalizadas. O mais significativo deste processo, contudo, é o empobrecimento dos graus e níveis de descrição dos estados subjetivos, em função de um discurso que encara tais metáforas como sendo verdades absolutas. O que em princípio pode ser encarado como sendo uma forma a mais de descrição destes eventos, acaba por se tornar um modo de subjetivação reificado e naturalizado. Ao invés de complexificar e de oferecer formas alternativas de recorte e “plasmagem” destas vivências, a difusão e o crescente uso de metáforas computacionais aponta para o risco de redução e restrição das descrições lingüísticas das vivências subjetivas.

O uso de termos como “configurar-se”, “deletar”, “atualizar”, “salvar” vem a reboque do processo da difusão do computador como sendo o melhor amigo do homem, em substituição a outras formas de vida. Este cada vez mais se faz presente nos mais variados âmbitos da vida humana, seja no escritório, em casa ou nos momentos de lazer e de “descanso”. Ironicamente, pode-se identificar um efeito reverso da prova de Turing. Se, na situação original, tal teste se constitui em um experimento destinado a aferir a capacidade de um computador em enganar um examinador humano ao apresentar atitudes e atividades pretensamente “inteligentes”, na atualidade o homem se coloca cada vez mais no lugar da máquina, atribuindo propriedades desta para si mesmo. Pode-se identificar aí um caso de narcisismo típico (amor à sua própria criação) ou, no melhor dos casos, do feitiço virar contra o próprio feiticeiro. Porém, acredito que se trata de uma situação de atravessamento do próprio espelho, ou melhor, da própria tela.

Desta forma, os computadores e os ambientes virtuais se tornam poderosas ferramentas fornecedoras de metáforas destinadas à descrição de nossas experiências privadas, e de delimitação das marcações identitárias, oferecendo aos sujeitos a sensação de serem organismos dotados com as mesmas propriedades dos programas exibidos na superfície da tela. Portanto, tal fato possibilita aos seres humanos se conceberem como portadores de características compartilhadas pelos computadores, dentre as quais, a de abrir, fechar e conviver com diversas “janelas” em funcionamento simultâneo.

## Intensificação *versus* distanciamento da experiência social

*Grandes são os desertos e tudo é deserto.  
Salvo erro, naturalmente.  
Pobre da alma humana com oásis só no deserto ao lado !  
(Fernando Pessoa, poesias de Álvaro de Campos).*

Outro paradoxo envolvido nesta discussão diz respeito a questão entre o potencial de incremento de novas formas de sociabilidade, e o afastamento da proximidade corporal e das interações corpo-a-corpo inerentes ao uso das tecnologias informáticas. Fundamentalmente, esta questão se coloca como central a partir da ascensão, no pós-Segunda Guerra Mundial, da sociedade de massa viabilizada pelo rádio, pela televisão e, atualmente, pela mídia digital, caracterizada pelo noticiário em tempo real do mundo inteiro. A capacidade de encurtamento das distâncias geográficas, a viabilização da comunicação em tempo real entre um significativo número de indivíduos e a possibilidade de criação de grupos de interesses dedicados a temas ou questões específicas e pontuais, possibilita a criação de formas alternativas de congregação e interação sociais. Por outro lado, estas apresentam como efeito reverso a diminuição significativa de interações marcadas pela proximidade corporal, e que até então constituíam as formas mais privilegiadas e institucionalizadas de relação entre os seres humanos. A perspectiva de um mundo cada vez mais semelhante a uma “cabeça de alfinete” (cf. Negroponte, 1995) possibilitada pela mídia de massa global, somada à difusão destas tecnologias torna tal questão extremamente importante na discussão

sobre os efeitos nas formas de subjetivação, bem como a redefinição dos critérios de sociabilidade e de interações sociais.

A fim de aprofundarmos o debate, acredito que este possa ser mais produtivo se emprendermos uma avaliação crítica de três pontos que, em meu entendimento, são cruciais: em primeiro lugar, o desenvolvimento das chamadas comunidades virtuais; em segundo lugar, derivado do anterior, a criação e o fortalecimento de redes de políticas públicas globais; por fim, mas não por último, o incremento nas formas democráticas de participação política e, conseqüentemente, nos sentimentos de cidadania e de pertença social.

Por definição, uma comunidade virtual é um grupo social qualquer constituído com base em uma certa consistência no tempo e no espaço, que pode gravitar em torno dos mais variados interesses dos seus integrantes (preferências musicais e esportivas, gostos convergentes, causas globais atuais como ecologia e meio ambiente, saúde, dentre outros), viabilizado pelas tecnologias informáticas. Seu espaço de atuação privilegiado se encontra no âmbito dos ambientes virtuais, tal como nos *BBS*, nos grupos de interesse e nas salas de *chat* (bate-papo) na internet. A possibilidade destas ferramentas em aumentar as possibilidades de criação de laços sociais foi inicialmente discutida por Rheingold (1996, orig: 1993), ao basear-se no exemplo da *WELL*<sup>56</sup>, grupo este baseado na cidade californiana de São Francisco. Para ele, comunidades virtuais como a *WELL* e outras mais redirecionam os sentimentos de pertença social, maximizando as relações pessoais. Tais comunidades seriam formas de resistência às transformações preponderantes nos grandes centros urbanos nos últimos 50 anos, tais como o distanciamento social, o esvaziamento da dimensão pública e a inflação da esfera privada, bem como o “esfriamento” das relações pessoais de um modo mais amplo, tornando-as mais impessoais (cf. Sennett, 1988, orig: 1974). O aumento da violência e o crescente sentimento de insegurança nas grandes cidades contribui também para a diminuição dos espaços públicos como locais privilegiados de estabelecimento e manutenção de relações sociais. Desta forma, os ambientes virtuais propiciados por tais tecnologias seriam um instrumento de renovação e reinvenção dos espaços de convivência social outrora ocupados por logradouros públicos (tais como

---

<sup>56</sup> *Whole Earth 'Lectronic Link*.

bairros, parques, praças, ruas, cafês, bares, etc.), sendo alternativas “reais” às formas tradicionais de estruturação comunitária.

Além disto, a própria virtualidade, a impessoalidade e a não ocorrência de interações face-a-face as tornariam mais atraentes, além de permitir a convergência e expressão de valores e pontos de vista de diversas minorias sociais “silenciosas”. É neste ponto que reside o paradoxo central desta questão, a saber, de que o incremento nos relacionamentos virtuais se fundamenta em uma diminuição nas interações corpo-a-corpo que envolvem a presença física. Parece irônico afirmar que a solução para os problemas de sociabilidade e de busca de novos relacionamentos se encaminhe para um progressivo afastamento das formas de proximidade corporal, o que nos leva a possibilidade de estarmos diante de uma redefinição radical da noção de relacionamento social.

Uma das situações mais exemplares deste paradoxo diz respeito ao chamado “sexo virtual”. Já de início, tal conceito é extremamente problemático pelo fato de que o que justamente caracteriza a atividade sexual, em um sentido mais amplo, é o contato carnal (mesmo que o indivíduo em questão seja um misantropo !). Entretanto, tal modalidade apresenta um crescimento significativo posto ser uma forma de exercício sexual “seguro”, posto se fundamentar na ausência de qualquer tipo de interação carnal por parte dos parceiros (o que, em tempos de AIDS, torna-se extremamente atraente). Somado a isto a anonimidade, que caracteriza as interações nos *chats* via o uso de apelidos (*nicknames*), protege a identidade dos parceiros-usuários, ao mesmo tempo em que fornece um espaço pretensamente mais amplo para a atuação de fantasias e de “práticas” sexuais dos mais variados tipos e gostos, sem qualquer tipo de constrangimento ou restrição moral (cf. Branwyn, 1994). Tal *design*, desta forma, favoreceria tanto uma maior espontaneidade por parte dos usuários, quanto aumentaria as possibilidades e formas de expressão pelos indivíduos engajados neste tipo específico de relacionamento social.

Entretanto, justamente por suas limitações físicas e da própria natureza da interface computacional, a experiência de “sexo virtual” torna-se extremamente frustrante para quem almeja experimentar emoções semelhantes às existentes na situação concreta. Pelo fato do ciberespaço se tornar um espaço privilegiado de

projeção de tendências e fantasias dos indivíduos, tal prática torna-se muito mais um jogo de desempenho de papéis do que uma alternativa à forma consagrada. Dito de outra maneira, o que menos importa nesta situação, para seus usuários, é a prática sexual em si, mas sim a capacidade que estes têm de desempenhar múltiplos papéis e de assumir diversas identidades, muitas das vezes discrepantes e contraditórias consigo mesmo. É muito comum a presença, nas salas de sexo na internet, de pessoas que atuam com uma identidade oposta ao seu próprio sexo (notadamente, é mais frequente homens assumirem identidades femininas, do que o contrário), na tentativa de poder compreender um pouco mais as experiências inerentes ao outro gênero. Porto (1999) atesta a prevalência de formas e práticas sexuais estereotipadas nas salas brasileiras destinadas a este tema, além de verificar a recorrência de identidades-chavões no que diz respeito à descrição dos parceiros em si (as parceiras “femininas” se auto-descrevem fazendo recurso de metáforas bastante idealizadas, tipo “mulher-fêmea procura macho-garanhão”).

O aspecto idealizado e fantasioso destas relações não as eximem de implicações psicológicas e emocionais para os seus usuários. Afirma Turkle (1996) que, nestas,

... você pode descobrir coisas a respeito de si que nunca soube. Pode descobrir coisas acerca das respostas de outras pessoas a você. Você não corre o risco de ser preso, mas embarca em uma jornada que não se encontra isenta de seriedade e risco emocional (p. 21).

Longe de ser um receptáculo somente de formas de sociabilidade alternativas, o ciberespaço se constitui em um experimento interativo de desempenho de papéis e de constituição e novas formas de identidade, que não são levadas a frente na vida real dado os custos sociais, emocionais e psicológicos desta empreitada. Por isto, a antinomia se estabelece, posto ser mais uma diversão de múltiplas identidades, calcada em uma experiência de isolamento social cada vez maior.

Um indicador do efeito de incremento, por parte destas tecnologias, nas formas de organização social diz respeito a emergência e a consolidação de um número significativo de redes de políticas públicas globais, especialmente no final desta última década. Em linhas gerais, tais redes congregam um significativo número de diferentes atores sociais — entidades governamentais e burocracias públicas, empresas de capital privado, organismos internacionais multilaterais, organizações não-

governamentais — em torno de diversas temáticas de escopo, interesse e repercussão globais (como, por exemplo, o financiamento de políticas de desenvolvimento econômico sustentáveis, a agricultura, a saúde, a ecologia e o meio ambiente, os direitos humanos, dentre outros mais).

A complexificação dos problemas mundiais, somada aos impactos da globalização e do estreitamento das fronteiras geográficas por intermédio da revolução na comunicação e na informação, favorece a constituição de fóruns de reivindicação, discussão e deliberação que têm como local de expressão o ciberespaço, através da publicação de relatórios de pesquisas, dados estatísticos, denúncias, divulgação de manifestos, conclames e chamadas para manifestações públicas, etc. Os efeitos destas redes são os seguintes: produzir, consolidar e disseminar conhecimentos relevantes e de interesse público em escala global; promover a criação e o aprofundamento de novos mercados e relacionamentos de troca, corrigindo fraquezas, fracassos e omissões presentes tanto no mercado quanto no âmbito das ações governamentais; auxiliar na colocação em prática de acordos internacionais já existentes, além de fiscalizar o seu cumprimento; por fim, fortalecer os graus de acesso, participação e deliberação dos diversos integrantes destas redes, objetivando a implementação de políticas eficazes nos âmbitos de ação de cada uma (cf. Reinicke, 1999/2000). Desta maneira, a internet torna-se uma ferramenta de interação social por excelência, tornando possível o agrupamento de diversos segmentos da sociedade que, em condições normais, não teriam uma capacidade de organização tão eficaz quanto a demonstrada por tais redes.

Além do mais, a difusão de opiniões e perspectivas de análise alternativas, bem como o potencial de mobilização social destas é utilizado como índice do aparecimento de novas formas de participação política. Alguns exemplos atuais foram vistos por ocasião das manifestações de rua no lançamento (diga-se de passagem, fracassado) da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC), no final do ano de 1999 na cidade americana de Seattle além de, neste ano, os protestos na cidade suíça de Davos e na República Tcheca, quando da reunião entre altos-escalões de organizações mundiais de regulação econômica (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e os principais líderes políticos dos países do Norte e do Sul. A divulgação e a convocação para a participação em tais manifestações — patrocinadas



em sua grande maioria por organizações não-governamentais, pacifistas, grupos de defesa dos direitos humanos, ambientalistas e protecionistas de plantão — foram feitas via internet, tornando possível uma inédita associação entre antigas formas de participação política e reivindicação social organizadas (como, por exemplo, sindicatos dos trabalhadores norte-americanos e grupos de fazendeiros europeus, mais notadamente franceses) com tais formas “emergentes”. Para muitos, tais acontecimentos constituiriam o ponto zero para o lançamento de uma verdadeira “ecúmene global” (cf. George, 2000; *The Economist* 1999a, 1999b)<sup>57</sup>.

Seguindo esta linha de raciocínio, os ambientes virtuais e a mídia digital global acabam, em última instância, por incrementar a sociedade civil, dado ampliarem tanto as possibilidades de consecução das práticas participativas, quanto permitirem o fortalecimento dos ideais democráticos e dos sentimentos de cidadania e pertença social. Por ser uma “zona franca da informação”, a internet tornou-se um veículo de expressão tanto dos governos constituídos, órgãos da burocracia estatal, instituições privadas e conglomerados transnacionais quanto destas organizações multinacionais de fins humanitários. Outra ironia deste processo é o fato desta, vista como difusora dos ideais da razão ocidental instrumental e promotora da globalização e da homogeneização cultural, abrigar em seu cerne formas de resistência e de denúncia a este processo, dado que as tensões econômicas, políticas e sociais no mundo concreto fossem transferidas para o ambiente virtual.

Por ser uma “terra de ninguém”, uma vez mais a internet se torna um receptáculo de concepções idealizadas e utópicas, só que, neste caso, da participação política. O fator que impulsiona tais perspectivas reside no fato da coexistência, em seu seio, de tendências antagônicas que reeditariam o embate político posto que, em tese, “todos” os grupos de interesse (mesmo os minoritários) estariam representados, tendo direito à voz e à participação sem restrições ou preconceitos de quaisquer espécies. O que move as comunidades virtuais é, num certo aspecto, este sentimento de reinvenção da participação e discussão em questões de escopo tanto local quanto global. Haveria uma mudança do pêndulo do poder de instituições historicamente constituídas e

---

<sup>57</sup> No âmbito da organização sindical e das reivindicações salariais, ver o artigo de Mazur (2000) que discute as formas de articulação dos trabalhadores em escala global, impulsionadas também por estas tecnologias.

enraizadas para estes grupos “emergentes”, oferecendo uma alternativa para a participação política sem, necessariamente, lançar mão de mecanismos legitimamente constituídos (como, por exemplo, concorrer a cargos públicos eletivos). Tal movimento coincide com a observação de que, em qualquer sociedade, existe um descompasso entre a dinâmica política e a dinâmica social, sendo que a primeira precisa empreender constantes rearranjos do sistema político em função da emergência, no âmbito da segunda, de novas formas de participação. Seguindo a observação de Santos (1999), a emergência destas formas virtuais de participação política se encontra em consonância com uma tendência intrínseca às democracias modernas, a saber, a existência de uma tensão entre seus dois pólos: a *polis* (o sistema político institucionalizado) e o *demos* (a sociedade). Nesta situação, ocorre uma repetição de uma dinâmica própria do sistema que envolve quatro processos concomitantes e articulados entre si:

1) o alargamento da *polis*, enquanto sociedade política, para fazê-la coincidir com o *demos*; 2) o alargamento da *polis*, enquanto sistema de instituições, para fazê-la coincidir com todo o governo; 3) a reestruturação do *demos* de acordo com o processo de divisão social do trabalho guiado pela dinâmica capitalista; 4) e a reestruturação do *demos* de acordo com os tipos de interação entre o centro, as periferias e os diversos atores sociais (pp. 107-108).

Para os mais utópicos e visionários, contudo, tal processo não se esgota aí. Pelo contrário, estaríamos assistindo ao surgimento de um “novo” sistema político, posto se operar um paulatino deslocamento de formas de poder centralizadas (*top-down*), para formas mais diluídas, descentralizadas e distributivas (*bottom-up*). Enfim, trata-se do sonho revivido da democracia ateniense através do mundo virtual: a *pólis* digital (cf. Dyson, 1998, orig: 1997).

Entretanto, observa-se que algumas tendências vistas acima não se configuram sem a presença concomitante de efeitos indesejados ou reversos. No que tange à criação de novas formas de sociabilidade e de constituição de laços comunitários, objetiva-se que tais tecnologias também contribuem positivamente para uma ruptura e desconstrução dos laços comunitários, bem como o esvaziamento da esfera pública concreta, vista aqui como sendo o espaço *princeps* de tensões, choques, conflitos, antagonismos e trocas sociais. Sendo assim, dá-se um efeito “bumerangue”, onde as

tendências supostamente expurgadas retornam com maior ímpeto. Neste caso específico, o surgimento de novas formas comunitárias se faz a partir do afastamento da proximidade corporal, dado a interação social se deslocar da esfera pública para uma dimensão isolada, solitária e monádica, fazendo com que cada integrante acabe por interagir com este campo de tensões e forças sociais mediado por uma tela asséptica de computador e de seus ícones “amigáveis”. Tratar-se-ia, então, da elevação à enésima potência da noção de “multidão solitária” (*lonely crowd*) (cf. Riesman, 1950), uma verdadeira elegia à misantropia e ao distanciamento da experiência social concreta, tendências estas presentes nas análises empreendidas sobre a sociedade de massa. A diferença seria apenas a troca de telas: da tela fria e passiva da televisão para a tela animada e “domesticada” do computador.

Além do mais, acreditar que na internet somente existem grupos dedicados à “boas” e importantes causas para o bem-estar de todos é incorrer no mesmo erro de imputar o fortalecimento da democracia a partir do incremento das formas de participação da sociedade civil (cf. Carothers, 1999/2000). Nesta, coexistem tendências antagônicas tais como: grupos de pressão que mesclam interesses globais e reivindicações locais; ONGs promotoras da observância aos direitos humanos e sociedades minoritárias, sectárias e panfletárias que pregam o uso violento da força calcado em julgamentos preconceituosos, ódios étnicos e religiosos; guerrilhas separatistas e grupos terroristas convivem com movimentos pacíficos cujas reivindicações possuem legitimidade política. Apesar da baixa incidência — menos de 0,5% das imagens disponíveis na Rede (segundo Tapscott, 1999, orig: 1998) —, a pornografia, a pedofilia, a prostituição, cassinos e jogos de azar virtuais coabitam estes espaços. Portanto, o ciberespaço não deixa de ser um espelho do mundo real, tendo participação ativa os conflitos, perigos e tensões que são transportados para o seu interior.

Outro ponto a ser apontado reside no fato de que a discussão promovida por estes autores tem como pano de fundo seus respectivos contextos e perspectivas de análise, a saber, a dos países do Norte. Quando transplantados para o plano dos países do Sul, cujas contradições e impasses são extremamente agudos — instabilidade econômica e política, corrupção endêmica e anomia política, elites dominantes

predatórias e atrasadas, baixo grau de cidadania, elevados índices de analfabetismo, atraso da infra-estrutura de telecomunicações, alto custo dos computadores pessoais, marginalização dos fluxos econômicos, comerciais e tecnológicos internacionais, etc. — complexificam a análise em questão, tornando-a mais sutil, repleta de nuances e não tão otimista como defendida por estes.

Ampliando esta temática, o desenvolvimento das tecnologias informáticas e, em especial, de áreas como a realidade virtual, pode trazer efeitos significativos para a subjetividade humana, dada a progressiva simulação da experiência cultural. Pode-se observar um distanciamento cada vez maior do sujeito do mundo concreto, fazendo com que o virtual se torne um mundo ideal, livre dos choques, intempéries, polissemias e experiências conflitantes que caracterizam a realidade. Desta forma, o ciberespaço e suas vivências virtualizadas dariam vazão a uma operação de afânise da realidade a partir de um progressivo afastamento das experiências concretas, levando ao ponto extremo de uma visão distópica e ideal do mundo:

A realidade virtual e o ciberespaço são conjuntamente imaginados em termos de reação ou oposição ao mundo real. Eles estão prontamente associados com um conjunto de idéias a respeito de novas e inovadoras formas de sociedade e de sociabilidade. Em alguns casos, são apresentados em termos de algum tipo de projeto utópico. A realidade virtual é imaginada como um “nenhum-algum lugar” alternativo diante das difíceis e perigosas condições da realidade social contemporânea (Robins, 1995, p. 146).

Correlatamente a este processo de desrealização, a cibercultura esvazia e empobrece o espaço da experiência humana em seu sentido mais amplo, reduzindo o contato com os objetos do mundo e com os outros indivíduos. Destarte, as tecnologias informáticas têm como um dos efeitos mais significativos, no âmbito da subjetividade, o de promover a afânise da realidade e a substituição pelo hiperealismo<sup>58</sup>. Tais experiências reforçariam uma visão idealista, tecnocrática, progressivista, racionalista e distópica de mundo, em função de um esvaziamento do mundo concreto. A imersão no ciberespaço implica em um controle maior da realidade por parte do usuário, sendo

---

<sup>58</sup> A epítome disto é a frase “*R[eal] L[ife] is just one more window, and it’s not usually my best one*”, tal como formulado por um dos entrevistados de Turkle (1996, p. 13).

expurgadas quaisquer tendências desorganizadoras presentes no mundo concreto. Trata-se, então, de uma navegação em um mundo “ideal”.

Outro efeito está articulado com a crença no poder transformador da tecnologia, representado na aceção de que não existem limites ou entraves para o avanço tecnológico, sendo apenas uma questão de tempo o controle da natureza pelo homem. No ciberespaço, tais valores são revividos de uma maneira muito intensa, o que leva Robins (1995) a afirmar que este acaba por se configurar em um espaço de proteção para o indivíduo das tendências desagregadoras da realidade atual e dos imperativos e das exigências concretas. Isto justificaria as fantasias de escape da realidade, das limitações corporais, psicológicas e sociais que caracterizam o discurso da cibercultura de uma maneira mais ampla (cf. Dery, 1996). É digno de nota a insatisfação da cibercultura com a condição corporal da espécie humana, sendo este encarado como um impedimento, um empecilho, um obstáculo à proliferação de novas formas de conhecimento e de experiências. Esta mínima indulgência se encontra na base de uma série de manifestações e práticas culturais que lhe são integrantes, que recobrem desde a transformação do corpo por intermédio de tatuagens com motivos gráficos tribais e escarificações, até a introdução de objetos na pele (*bodypiercing*) e dentro do próprio organismo (*bodymodification*). O escape tanto da realidade externa quanto do próprio invólucro corporal limitador e de seu conteúdo (realidade interna) integram o imaginário da cibercultura, seja no *cyberpunk*, na *body art*, nos manifestos estéticos, dentre outras formas de expressão (como exemplo de proposição estética ligada à ciberarte corporal, ver Stelarc, 1997; cf. também o artigo de McCarron, 1995). Desta forma, a coletivização dos sentimentos, a necessidade de identificação do indivíduo com o grupo e a conseqüente constituição de diversas tribos são fenômenos característicos da contemporaneidade, sendo estes reforçados pelas tecnologias informáticas (tais questões são ressaltadas pela literatura atual sobre micropolítica do cotidiano, tendo como exemplo Maffesoli, 1998).

Os ambientes virtuais são também espaços privilegiados para a proliferação de fantasias mágicas de onipotência, escapismo e de domínio criativo. Conforme dito anteriormente, os ambientes virtuais são poderosos instrumentos de projeção e atuação de fantasias (cf. Turkle, 1984, 1996). A fascinação pelos jogos de computador e pelas

salas de bate-papo são indicadores destas tendências. Porém, um exemplo bastante significativo desta discussão encontra-se em Robins (1996), a partir dos eventos ligados à Guerra do Golfo, por ocasião do conflito armado entre os países da coalizão ocidental e o Iraque em uma região literalmente inflamável do globo.

O fato deste conflito ter se tornado um ponto de inflexão no debate a respeito das implicações das tecnologias informáticas, diz respeito ao uso intensivo, visto pela primeira vez na história da humanidade, de artefatos de destruição maciça, amparados em tais ferramentas. Por ser um campo de provas privilegiado para estas novas técnicas, tal conflito foi alardeado como sendo o marco inicial de uma nova forma de guerrear, dado os seguintes motivos: primeiro, pelo uso intensivo de bombardeios aéreos “cirúrgicos”, motivados pelo pretense intuito de minimizar as baixas entre a população e os danos às instalações civis; segundo, pela diminuição dos combates corpo-a-corpo em função do deslocamento tático da infantaria, posto esta apenas participar de batalhas decisivas ou de missões de “limpeza de terreno”; terceiro, pelo monitoramento dos deslocamentos dos contingentes inimigos por intermédio de satélites-espões com alto poder de resolução de imagens; por fim, pela destruição imposta advir do espaço aéreo, via uso intensivo de bombas “inteligentes” guiadas a laser e de mísseis de cruzeiro lançados de aeronaves fundeadas no Golfo Pérsico. Portanto, uma guerra sem sangue e de mínimas baixas — posto ter sido dada à tecnologia o ônus de realizar o serviço “sujo” —, pronta para ser consumida e debatida por horas a fio em mesas-redondas de especialistas na mídia de massa global.

Robins (1996), baseado em relatos de soldados no campo de batalha, assevera que as implicações de um combate utilizando tecnologias de última geração promove uma distorção dos dados concretos da luta, engendrando uma experiência desrealizada e desencarnada deste. Longe de ser uma experiência violenta, tétrica e lúgubre, a guerra torna-se asséptica, distante e fria. Para os pilotos dos helicópteros Apache, a luta era mediada por um capacete inteligente que traduzia as variáveis do “front” em termos de pontos e sinais luminosos na tela, tornando-a extremamente assemelhada a um jogo de computador. Desta forma, a experiência concreta da morte e da destruição infligidas ao inimigo era mediada pela interface “amigável”, auxiliando na formação de uma percepção “congelada” do confronto. Porém, ao retornarem destas missões, tais

pilotos reviam suas ações gravadas por câmeras colocadas nos helicópteros, e o contato com a visão da destruição e do aniquilamento causada pelas metralhadoras e pelas bombas era aterradora, gerando estados de dissociação mental, crises de angústia e até mesmo quadros esquizofrênicos.

Reitera-se, neste ponto, a propriedade do ciberespaço e dos ambientes virtuais de serem poderosos receptáculos para a projeção e a atuação de fantasias inconscientes. Robins (1995, 1996), inclusive, traça um paralelo entre estes e os espaços transicionais, conforme teorizados pelo psicanalista inglês Donald Woods Winnicott. Estes últimos, por serem espaços virtuais, se constituem em *loci* privilegiados de ilusão e de atuação de fantasias inconscientes. Esta clivagem entre mundo real/mundo virtual, experimentada pelos pilotos de helicópteros “Apache” no campo de batalha, é propícia não só para um distanciamento e um “esfriamento” das relações com o mundo real, mas também para o aparecimento de formas narcísicas de regressão (desinvestimento psíquico do mundo real) e a eclosão, em casos mais graves, de estados mentais dissociativos e psicóticos.

Diante de um mundo excepcionalmente asséptico e idealizado, onde o usuário exerce um gradativo controle sobre suas experiências, a interação do sujeito com o mundo deixa de ser polissêmica e idiossincrática passando a ser idealizada, transcendente e libertária. Além da possibilidade de paralisia ou aniquilamento das sensações, com a finalidade de proteção dos choques oriundos da realidade concreta, o ciberespaço também pode propiciar a possibilidade de controle e gerenciamento dos estímulos a serem submetidos ao usuário. Dito de outra maneira, abrir-se-iam possibilidades cada vez mais sutis de mediação com o mundo concreto através de tecnologias mais sofisticadas, almejando o balanceamento das sensações, emoções e estados de humor. Tais tecnologias possibilitariam o controle e a regulação dos dados sensoriais com o intuito de viabilizar um contato mais “domesticado” e apaziguado com a realidade. Sendo assim, o mundo virtual ofereceria aos seus usuários inúmeras possibilidades de escape da realidade concreta, tanto de suas qualidades quanto de suas imperfeições.

Outros dados também corroboram a característica antinômica dos espaços virtuais, ou seja, a de possibilitarem um “esfriamento” das relações sociais e um

afastamento da proximidade corporal como índice primordial para o estabelecimento de relacionamentos pessoais. Tal fato, inclusive, já vem sendo explorado pela mídia, além dos transtornos de dependência oriundos do uso intensivo da internet. Como exemplo, tem-se a pesquisa feita pela Carnegie Mellon University, patrocinada por grandes corporações produtoras destas tecnologias, onde foram verificados indícios de que o uso prolongado da internet está associado à queda na qualidade e na frequência da comunicação entre os membros da família em sua residência, a um declínio no tamanho do círculo social, bem como um aumento nos sentimentos de isolamento e solidão, gerando uma incidência maior de quadros de depressão por parte de seus usuários (cf. Kraut et al., 1998).

Portanto, uma constatação que emerge neste debate diz respeito ao descompasso existente entre a promessa da tecnologia — o seu potencial fomentador de novas formas de sociabilidade — e suas implicações — “esfriamento” das relações sociais, e diminuição da proximidade corporal entre os indivíduos. Além disto, a idealização propiciada pelos ambientes virtuais não se sustenta diante da presença de tendências desagregadoras e destrutivas em seu cerne, numa verdadeira transposição dos conflitos e tensões do mundo concreto para a tela do computador. Por fim, viver na tela, ao invés de se constituir em uma grande experiência de depuração social, pode proporcionar um aterrador percurso de esgarçamento psíquico, caso haja a insistência em apregoar as vantagens paradisíacas e idílicas da comunidade virtual.



## Homogeneização *versus* fragmentação da subjetividade

*Ficou calada durante um minuto, pensando. Então, de repente, exclamou: — Ah, então isso terminou acontecendo !  
E agora, quem sou eu ? Eu quero me lembrar, se puder. Estou decidida a me lembrar. — Mas, não adiantava muita coisa que estivesse decidida, e tudo que pôde dizer, depois de quebrar muito a cabeça, foi: — L, eu sei que começa com L !  
(Lewis Carroll, Através do espelho e o que Alice encontrou lá).*

A conjunção entre a globalização, as tecnologias informáticas e a mídia de massa global abre outras perspectivas de análise, no que tange ao tópico da estruturação e regulação da subjetividade humana. Um último aspecto da discussão a respeito das antinomias envolvidas neste contexto diz respeito às tendências concomitantes de homogeneização e de fragmentação da subjetividade. Avalie anteriormente que a cultura global, veiculada pela mídia digital interativa, é marcada por uma dinâmica de homogeneidade/dispersão. Dito de outra maneira, ao mesmo tempo que tal cultura procura homogeneizar e padronizar os gostos, as preferências e as escolhas dos indivíduos em função dos valores da racionalidade ocidental, simultaneamente esta viabiliza o recrudescimento de sentimentos de singularidade e de diferenciação, em função da reinterpretação da informação por parte dos usuários, dado os diferentes contextos econômicos, políticos, sociais e culturais de cada audiência.

Posto isto, duas grandes vertentes de enfoque, que se articulam e se entrecruzam, se abrem no que tange à discussão do paradoxo acima mencionado. A primeira vertente diz respeito ao fato destas tecnologias promoverem tendências

homogeneizantes e padronizadoras das formas de subjetivação ou, contrariamente, se estas acabam por incrementar formas cada vez mais diferenciadas e heterogêneas. A segunda vertente, diretamente ligada à primeira, procura problematizar o papel destas na constituição de concepções de identidades mais fluidas e flexíveis, em função de visões de subjetividade mais fragmentadas, descentradas e heterogêneas.

A primeira vertente desta discussão é tributária do próprio caráter paradoxal dos efeitos das tecnologias informáticas, que procuro avaliar aqui. Por um lado, o sonho de uma “sociedade mundializada” é constantemente propalado pela mídia de massa global, ao difundir e inculcar em diferentes sociedades os valores ocidentais de liberdade, democracia e progresso técnico. Em realidade, a discussão a respeito da constituição de uma “cultura global” encontra sua fundamentação em eventos históricos marcantes como a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, ponto este de inflexão do arranjo econômico-político entre as diferentes nações. Em um certo sentido, tais circunstâncias são indicativas do triunfo das formas de acumulação capitalistas e de livre-mercado, aposentando uma concepção estratégica de poder bipolarizado (capitalistas *versus* socialistas de estado) para, em um primeiro momento, marcar a emergência dos Estados Unidos com a superpotência única e preponderante. Por ironia do destino, tal contexto coincide com o que muitos formuladores de políticas externas norte-americanas identificam como sendo o “destino-manifesto” da nação, que é o de salvaguardar os valores da liberdade e da autodeterminação dos povos do mundo (cf. a análise de Kissinger, 1999, orig: 1994). Portanto, o projeto de “ocidentalização” do mundo encontra repercussão na “americanização” dos gostos, das preferências e das crenças de cada indivíduo e de cada sociedade integrante deste novo mundo, ocupando a mídia global digital o papel de embaixadora deste processo, ao difundir em escala ampla tais valores. Desta forma, em um mundo sem fronteiras, a afirmação da preponderância da racionalidade ocidental se faz a partir de uma subtração de tendências sociais e culturais alternativas.

Entretanto, a afirmação da preponderância norte-americana se dá no âmbito da fragmentação política do mundo, dado que a concepção geopolítica prevalente passa da bipolaridade, após um breve interlúdio unipolar, para a multipolaridade. Como afirma Lafer (1997):

O mundo pós-Guerra Fria, ao contrário é um mundo de polaridades indefinidas que está sujeito às forças centrípetas da globalização, nas suas diversas instâncias — economia, informação, valores, etc. — e as forças centrípetas da fragmentação — das identidades, da secessão de estados, dos fundamentalismos (p. 87).

Desta maneira, por mais que os defensores da globalização afirmem a emergência de um homem universal cujos valores estão em consonância com a lógica de mercado, tal processo, simultaneamente, possibilita a dispersão deste em função da complexidade do contexto em questão. Retomando uma discussão feita no capítulo anterior, as diversas audiências reinterpretam e resignificam diferencialmente os signos constitutivos desta “cultura global”, em função das diferentes circunstâncias históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais. Desta forma, ao mesmo tempo que a lógica cultural da globalização almeja uma universalização e uma homogeneização dos valores humanos, sua própria impossibilidade se afirma em função das tendências inerentes a esta de diferenciação e pluralidade de perspectivas. Ao mesmo tempo que homogeniza a experiência, a sociedade global a pulveriza em função da diversidade de perspectivas e contextos produtores de novas significações. Além do mais, a “ecúmene global” corre o risco de se tornar uma Torre de Babel, dado a pluralidade de informações e reinterpretações, aumentando o sentimento de desorientação do usuário.

Tal operação de homogeneização de valores traz, em seu cerne, um mecanismo de dominação cultural e de cerceamento da formulação de visões alternativas a respeito da difusão da informação em escala global, ponto este de central importância para países que se encontram em posição marginal diante dos fluxos de produção e desenvolvimento destas tecnologias e dos seus conseqüentes estilos e padrões de consumo (ver, como exemplo, Spiz, 1999).

Hall (1999, orig: 1992) atesta a presença de três tendências inerentes ao processo de globalização, que acabam por repercutir na constituição das formas de subjetivação. A primeira implica na problematização e pulverização das identidades dado o fato de que, em um mundo cada vez mais integrado e interligado, torna-se difícil a manutenção e estabilidade de formas de identidade e de subjetivação constantes. A segunda aponta para o crescimento e fortalecimento de identidades locais, vista a partir do prisma de um mecanismo de defesa contra a invasão da alteridade e do outro na esfera cotidiana. A terceira e última indica a constituição de

“novas” identidades ou, melhor dizendo, a resignificação dos modos de subjetivação em função da presença dos signos e elementos das diversas culturas do globo, dinâmica esta alavancada em grande parte pelo fascínio da diferença, desembocando na mercantilização da etnia e da alteridade. Nesta, observa-se que o processo de globalização produz híbridos culturais a meio caminho entre o global e o local, que podem ser vistos na cultura jovem dos anos 90, repleta de tatuagens de motivos tribais e étnicos, remixagens de músicas árabes, indianas ou brasileiras em ritmos *dance*, *trance* ou *jungle*, além do engajamento em causas políticas de países ou minorias distantes do ponto de vista geográfico-cultural.

Posto que o mundo encontra-se cada vez mais interligado, com a mídia global digital operando no sentido do encurtamento assustador das distâncias geográficas, tal processo acaba por desembocar na domesticação e o conseqüente consumo da alteridade. Como resultado, esta adentra o cotidiano de maneira bastante incisiva, gerando um efeito de fragmentação cultural por vezes ironicamente intitulado de “geléia geral” ou de “efeito Torre de Babel”, sendo bastante característico das experiências subjetivas deste novo século (cf. Spitz, 1999).

Desta forma, as tensões existentes entre o global e o local, entre a ecúmene e a tribo, possibilitam três possíveis saídas: primeiro, a tribalização e a coletivização da sociedade (Maffesoli, 1998), onde o indivíduo confunde-se com a massa, fenômeno este típico nos regimes políticos totalitários e avaliado por Freud (1969, orig: 1921) por ocasião dos mecanismos psíquicos grupais; segundo, o individualismo asséptico, estilizado e histriônico do cosmopolitismo e diletantismo culturais, característico do dandismo atual de *fin-de-siècle*; por fim, para utilizarmos um termo bastante em voga nos dias de hoje, uma “terceira via”, um híbrido que visa conciliar as tendências globalizantes e tribalistas em termos de subjetividades *glocais* (globais + locais), isto é, que possam estar aptas para lidar com a complexidade e a fractalidade da dinâmica mundial atual. Como afirma Hall (1999, orig: 1992):

... parece então que a globalização tem, *sim*, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (p. 87, grifos do autor).

O paradoxo, desta forma, reside na presença, no âmbito da sociedade informatizada, de forças que tanto impulsionam a produção de subjetividades pasteurizadas quanto de vetores que apontam para modos de subjetivação mais sutis, tornando-os extremamente diversos e complexificados. Tal dinâmica se explica pela atuação, por um lado, do projeto homogeneizador e padronizador imbricado na mídia digital mundial no sentido da criação de uma “sociedade global” fundada no ecumenismo informacional. Entretanto, por outro lado, os diferentes gostos, valores, preferências, interesses e costumes dos integrantes desta comunidade propiciam a existência de diversas formas de categorização, apropriação e usos da informação, fazendo com que as formas de subjetivação sejam cada vez mais pulverizadas e dispersas. Daí, conclui-se que o processo de estruturação e regulação da subjetividade na sociedade informatizada é muito mais complexo e variado do que a literatura disponível pretensamente supõe, sendo comum a coexistência, em um mesmo sujeito, de formas homogeneizantes e fragmentadas.

A outra vertente diz respeito ao fato de que as tecnologias informáticas promovem o surgimento de formas de estruturação e regulação da subjetividade mais fluidas, descentradas e fragmentadas. O processo de colapso da questão da identidade é um ponto central na análise sociológica contemporânea, sendo vista como um aspecto do quadro maior de ruptura da ordem social moderna até então prevalente, até o surgimento da sociedade de massa, da mídia digital interativa e do processo de globalização.

Hall (1999, orig: 1992) identifica três principais concepções de identidade — o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno —, constituídas historicamente e que se sucedem na dimensão temporal em um processo que vai do centramento até a pulverização total do sujeito. Basicamente, o sujeito iluminista dos séculos XVII e XVIII define-se a partir do modelo da pessoa totalmente centrada, unificada, dotada das capacidades de razão, de consciência e de ação. A problematização desta noção advém no século XIX com o surgimento da sociologia e com a tese de que a identidade é forjada em uma relação entre o sujeito e a cultura. Na atualidade, com a implosão da ordem prevalente e com a ascensão das formas de

pensamento intituladas de “pós-modernas”, o sujeito passa a ser visto como não possuindo uma identidade fixa, essencial ou permanente:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas ... A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (Hall, 1999, orig: 1992, p. 13).

Os computadores e os ambientes virtuais funcionam como ferramentas de implementação de valores e tendências pós-modernas, como fluidez, descentramento, flexibilidade, polissemia e não-linearidade (cf. Poster, 1995; Turkle, 1996). “Em anos recentes, os computadores se tornaram os principais *objetos-para-se-pensar-com* da era pós-moderna, e não apenas partes de movimentos culturais mais amplos, e sim portadores de novas formas de conhecimento” (Turkle, 1996, p. 48, grifos meus). Desta forma, o uso destas tecnologias favorece a construção de concepções mais fluidas e descentradas da subjetividade: as comunidades virtuais, os *chats*, os MUDs<sup>59</sup> são locais privilegiados da produção destas experiências de identidades fragmentadas, dispersas e múltiplas. “Nestes ambientes, as pessoas podem explicitamente desempenhar papéis (como nos MUDs) ou, mais sutilmente, modelar seus eus *on-line* (*online selves*). Os adultos aprendem a ser múltiplos e fluidos — e as crianças também o fazem” (Turkle, 1996, p. 256, grifos meus).

Além da crise do aparato social da modernidade, a passagem de uma cultura racionalista de cálculo da década de 70 para uma cultura do hipertexto e da simulação na atualidade, contribui de sobremaneira para esta chamada “crise do sujeito moderno”, isto é, a problematização de concepções de identidade unificadas e homogêneas. No momento do surgimento das calculadoras eletrônicas e dos primeiros computadores, estes eram vistos como gigantescas máquinas solucionadoras de

---

<sup>59</sup> *Multiple-user domains [or dimensions]* (dimensões ou domínios multi-usuários). Ambientes virtuais baseados em textos, nos quais os personagens dos usuários interagem em tempo real. Em sua dimensão original, consistem em transposições para a tela de computador de RPGs (*role-playing games*), tal como “Dungeons and Dragons”.

teoremas e expressões matemáticas complexas, além de processadoras de grandes quantidades de informação. É desta mesma época que data a concepção do computador como sendo um “cérebro eletrônico”, uma grande máquina processadora fria, distante e mecânica. Com o desenvolvimento da microinformática, o aperfeiçoamento das interfaces gráficas e a criação do sistema operacional Windows, o computador deixa de ser uma mera máquina de calcular, “opaca” e “fria”, e passa a ser um instrumento interativo, “amigável”, “divertido” e convidativo à exploração e à pesquisa. O conhecimento dos comandos e da linguagem de programação deixou de ser importante para a operação da máquina, e os usuários se acostumaram a navegar na superfície animada dos ícones que simulam janelas ou uma mesa de escritório. A substituição da linguagem de máquina pelas imagens indica a emergência da simulação como valor estético fundamental da nova cultura computacional que impera nos dias atuais, tornando a relação com a tecnologia mais interativa e “quente”.

As categorias de fragmentação, dispersão, fluidez, descentramento e multiplicidade se originam, no debate contemporâneo, no âmbito da literatura que discute o conceito de pós-modernidade, esta vista como a forma cultural preponderante da contemporaneidade (cf. Connor, 1993; Featherstone, 1995, orig: 1990, 1997, orig: 1995; Harvey, 1993). O agravamento destas tendências se dá em função da complexidade crescente do mundo atual, bem como a difusão exponencial da informação viabilizada pela revolução nas tecnologias informáticas e de comunicação. Dado o caráter polissêmico e multifacetado das manifestações culturais na contemporaneidade, se observa uma ruptura com a visão tradicional e modernista de uma subjetividade auto-centrada. Tais experiências cotidianas, em grande parte fornecidas pela mídia globalizada, digital e interativa, associadas àquelas oriundas dos ambientes virtuais, atestam um movimento cada vez mais amplo e radical no sentido da afirmação de uma perspectiva fragmentada da subjetividade, e da possibilidade de coexistência, em um mesmo indivíduo, de múltiplas formas de subjetivação harmônicas e discrepantes. Trata-se de uma perspectiva que positiva múltiplas possibilidades de modos de subjetivação e de formas e estilos de vida em uma mesma pessoa, sejam estas coerentes e/ou incongruentes entre si, que contrasta

com os modos de assimilação, ou do *melting pot*, que impingiam marcadas distinções entre *insider* e *outsider*, cujas identidades eram consideradas fixas, existe hoje um reconhecimento mais amplo de que *as pessoas podem muito bem viver com identidades múltiplas* (Featherstone, 1996, p. 114, grifos meus).

Gostaria, entretanto, de ressaltar aqui que esta operação de descentramento do sujeito não se constitui em uma novidade, especialmente no campo dos saberes e das práticas “psi”. No limiar do século XIX para o século XX, a psicanálise foi responsável pela introdução e problematização de uma concepção de subjetividade fragmentada e descentrada, no âmbito das ciências humanas e sociais.

Viver, então, em uma cultura pós-moderna, fractalizada e caótica, baseada na proliferação das imagens e na estética da simulação, torna imprescindível um *upgrade*, uma atualização nas formas de vida e nas maneiras de adquirir conhecimento e de se relacionar com os objetos do mundo, com as outras pessoas e consigo mesmo. Além de uma identidade descentrada composta por múltiplos eus, novas habilidades cognitivas vão sendo desenvolvidas em crianças e adultos que vivem imersos neste “caldo” de cultura, em detrimento de antigas estratégias. Uma nova realidade, desta forma, implica em adquirir novas estratégias psicológicas e habilidades sociais, e estas tecnologias potencializam a criação de novas maneiras de se pensar e de se relacionar.

Rushkoff (1996) aponta para a assunção de novas formas de pensar que incluem a complexidade, a não-linearidade, o holismo e a simulação, em detrimento de categorias tradicionais como o pensamento linear, o dualismo/maniqueísmo e o mecanicismo. Para ele, as crianças que estão inseridas nesta nova cultura — os *screenagers* — são as portadoras destas novas tendências, e se constituindo como verdadeiras pontas-de-lança. As transformações cognitivas vistas nestas “Crianças do Caos”, e que serão preponderantes para as futuras gerações, se organizam em torno de um amplo leque de habilidades, tais como: em primeiro lugar, uma diminuição do foco de atenção e da concentração prolongada, com a emergência de formas de atenção mais difusas, amplas e flutuantes; em segundo lugar, um incremento excepcional de habilidades “multi-tarefas”, isto é, um aumento exponencial na capacidade destas crianças em fazer muitas coisas e realizarem várias tarefas ao mesmo tempo; e, por fim, uma incrível capacidade de processar muitas informações visuais simultaneamente,



além de ser exigido um tempo cada vez menor de exposição à informação para a sua absorção e processamento.

A análise acima descrita coexiste com abordagens mais superficiais e alienantes destas novas formas de subjetivação. Especificamente, faço citar a perspectiva de um autor como Tapscott (1999, orig: 1998) justamente para indicar as falácias que caracterizam o debate atual, indicando uma falta de seriedade e de avaliação crítica das tendências que se colocam como modos alternativos e futuros de estruturação e regulação da subjetividade. Para este, tais tendências estariam representadas a partir dos seguintes vetores: os sujeitos possuiriam um forte sentido de independência e autonomia, uma abertura intelectual e emocional maior, um maior senso de inclusão social em função do uso intensivo das tecnologias informáticas, uma profusão de sentimentos de liberdade e de livre expressividade, uma preocupação em acelerar o processo de maturação psicológica e social, uma grande capacidade de pesquisa, auto-iniciativa e de busca de soluções novas e inventivas, além de imediatismo, sensibilidade aos interesses corporativos, autoconfiança, autenticidade em suas atitudes e comportamentos, além de um forte sentimento empreendedor.

Em resumo, podemos asseverar que os efeitos das tecnologias informáticas são extremamente antinômicos, levando-nos a uma 'problematização da temática da estruturação e da regulação da subjetividade. A presença de tendências homogeneizantes e fragmentadoras, além da pluralidade de contextos envolvidos, torna a análise deveras complexificada. O que se impõe, agora, é uma avaliação prospectiva das tendências aqui assinaladas. Para além de um mero exercício de futurologia, trata-se de pensar ativamente sobre tais tecnologias não sob um prisma meramente instrumentalizado, enfatizando apenas as questões vinculadas sobre a economia de tempo, a racionalização e otimização das tarefas produtivas, mas sim partindo da constatação de que estas nos levam a pensar sobre nós mesmos, a problematizar a temática da subjetividade.

## À guisa de conclusão

*Na hora do alvorecer. Agilulfo precisava sempre dedicar-se a um exercício de precisão: contar objetos, ordená-los em figuras geométricas, resolver problemas de aritmética. É a hora em que as coisas perdem a consistência de sombra que as acompanhou durante a noite e readquirem pouco a pouco as cores, mas nesse meio tempo atravessam uma espécie de limbo incerto, somente tocado e quase envolvido em halo pela luz: a hora em que se tem menos certeza da existência do mundo.*  
(Italo Calvino, *O Cavaleiro Inexistente*).

Chegamos ao final desta tese com um sentimento misto de perplexidade e expectativa, diante das contradições, impasses e perspectivas dispostas a partir dos efeitos das tecnologias informáticas nas formas de subjetivação. Este estado de espírito encontra-se nos mais variados graus, tons e matizes na literatura aqui discutida, encontrando-se até mesmo presente, apesar de sua “domesticação”, entre os defensores do discurso informático e os “otimistas” tecnológicos mais criteriosos. Não pretendo aqui fazer um exercício leviano de futurologia, mas sim procurarei salientar as questões cujas implicações entendo serem as mais relevantes para a temática da estruturação e da regulação da subjetividade.

Uma das questões que considero importante diz respeito à temática do acúmulo e da relevância da informação. Na atualidade, a discussão a respeito do estatuto da informação na “sociedade em rede”, bem como a dos seus diferentes usos, passa ao largo da grande maioria da literatura aqui avaliada, o que demonstra muito bem o

processo de “fetichização” da informação como insignia do novo século. Na maioria das vezes, o colossal volume de informação disponibilizado pela mídia global digital é encarado como sendo benéfico para a humanidade, posto engendrar “subjetividades cosmopolitas” (Hannerz, 1994, orig: 1990) mais adequadas para lidar com a complexidade e a instabilidade do mundo contemporâneo. Entretanto, tal disposição não só possibilita o surgimento de indivíduos acachapados, oprimidos e esmagados pela informação — ocasionando os mais variados quadros de fragilidade psicológica, depressões, fobias, doenças do pânico, transtornos de adição, etc. —, mas também expurga do debate o aspecto político da informação. Este ponto, de crucial importância, gravita em torno não só da avaliação crítica da diversidade de contextos de produção desta, mas também das resignificações e recontextualizações em função dos diferentes interesses, preferências, gostos e valores dos usuários.

Prevalece, desta maneira, uma perspectiva reificada da informação como se fosse possível torná-la asséptica e isenta de quaisquer implicações econômicas, políticas e socioculturais. Tal tomada de posição é de extrema importância para aquele que se propõe a discutir a sociedade informatizada — aí não importando os aspectos de análise envolvidos — a partir de uma posição marginal, isto é, alijada dos fluxos de produção e difusão da informação veiculada globalmente. Em meu caso específico, o de um autor brasileiro discutindo tais temas a partir do ponto de vista de um país periférico, a tentativa de constituição de uma “ecúmene global” esbarra não só nas singularidades de cada realidade envolvida, mas também na capacidade de resignificação dos signos veiculados por esta mídia digital em função da diversidade das pessoas e das audiências em questão.

Além disto, discutir tais impasses nos ajuda a lançar alguma luz sobre o fenômeno das novas gerações digitais, compostas por indivíduos marcados por uma intensiva socialização nestas tecnologias. A emergência da cultura da simulação, calcada no ciberespaço e na linguagem hipertextual, traz implicações seríssimas para as formas de subjetivação, no sentido de sua problematização e reavaliação. Por um lado, esta cultura favorece o desenvolvimento do raciocínio abstrato, o incremento da imaginação, o pensamento caótico, fragmentado e não-linear e a criação de indivíduos dotados de habilidades de multi-tarefas, bem como a possibilidade de concepções mais

fluidas e descentradas da subjetividade (cf. Castells, 1999b, orig: 1996; Connor, 1993; Featherstone, 1997, orig: 1995; Hall, 1999, orig: 1992; Harvey, 1993; Leary, 1994; Poster, 1995; Rushkoff, 1996; Turkle, 1996). Por outro lado, entretanto, este panorama não só contribui para a mistificação e a deificação da informação, mas também restringe a criatividade e a inventividade dos usuários, em função da pré-formatação do conhecimento disponível, seja através dos CD-ROMs educativos ou por intermédio dos *links* que caracterizam a navegação no ciberespaço. Desta forma, a utopia de uma humanidade liberta pela força da informação contrapõe-se ao aprisionamento das pessoas na teia tecnológica que cada vez mais formata as formas de acesso, difusão e construção do conhecimento. O que parece ser uma revivescência da Idade das Luzes, como acredita Lévy (1999, orig: 1997), não pode ser avaliado sem a devida referência às formas de padronização e homogeneização de consumo da sociedade de mídia contemporânea.

Para uma sociedade que se pretende utópica, a perplexidade ainda é maior em virtude do agravamento do quadro de exclusão social na atualidade, potencializada em grande parte pela virtualização da economia e pelas transformações daí derivadas na esfera do trabalho. Esta, por seu turno, assume diversas formas em função dos diferentes problemas que são colocados pela sociedade informatizada: o desemprego em massa, dada a reestruturação dos processos produtivos e a forte desindustrialização da economia mundial, levando a criação de uma nova e urgente questão social (cf. Castel, 1998, orig: 1995; Forrester, 1997, orig: 1996; Mingione, 1998); a elitização do conhecimento em função da clivagem profunda entre uma elite crítica, portadora de um conhecimento abrangente e global, favorecida pela revolução informacional, e uma massa tanto de asoberbados quanto de marginalizados da informação; e, por último, as convulsões sociais que marcam a entrada do novo milênio, dando o tom do processo gradativo de exclusão e de difusão de conflitos dos mais variados tipos e formas (cf. Castells, 1999b, orig: 1997; Magnoli, 1995; Miyamoto, 1998, orig: 1997). Tal quadro sustenta a incessante voracidade da mídia global por uma informação de natureza apocalíptica ou catastrófica — fome e guerras endêmicas, terrorismo, trabalho infantil, exploração sexual, desastres ecológicos, corrupção, dentre outros mais —,

aumentando ainda mais o nosso espanto diante da impossibilidade, na atualidade, de proposição de formas ou modelos alternativos ao quadro vigente na atualidade.

A paradoxalidade deste contexto também reside no fato de que, se por um lado observa-se uma revolução nas formas de comunicação e de interação social, por outro as relações pessoais se deslocam de um registro dos contatos face-a-face para o registro das telas dos computadores e dos videofones. Somado aos receios das instabilidades da vida cotidiana, a sociedade atual pode estar caminhando, a passos largos, para um “esfriamento” das relações pessoais, ao serem reforçadas experiências misantrópicas e distópicas com o mundo circundante. A complexificação da experiência, entretanto, não se restringe apenas à dimensão da coletividade, ampliando-se também para o registro do mundo interno dos próprios sujeitos, a partir da difusão de metáforas informacionais-computacionais utilizadas na “plasmagem” e descrição dos eventos privados e dos estados subjetivos de cada um.

Por fim, a complexificação dos modos de subjetivação se justifica pela presença de tendências homogeneizantes e fragmentadoras da subjetividade. A força persuasiva da cultura global encontra-se presentificada no processo de padronização dos gostos, preferências, valores e costumes difundidas pela mídia digital interativa no sentido da integração da humanidade em torno da informação pasteurizada da cultura de consumo e do *american way of life*. Simultaneamente, a reinterpretação e resignificação dos signos desta cultura em função da singularidade dos usuários e de seus diferentes contextos econômico, político, social e cultural tornam as formas de estruturação e regulação da subjetividade mais complexificadas e nuançadas, desembocando na emergência de modos mais caóticos e dispersos.

Integração e dispersão, ecumenismo e tribalismo, global e local são apenas algumas formas de se compreender as tendências intrínsecas à sociedade global e informatizada, que caracteriza o panorama do início do novo milênio que se descortina para a humanidade. Nunca o mundo se pareceu tanto como uma “cabeça de alfinete”, alinhavado e integrado pela informação; mas também nunca foi tão complexo e conflitante quanto nos dias atuais. Em função de, neste momento, nos encontrarmos no centro desta tormenta, a paralisia, o encantamento, o choque e o deslumbramento povoam os modos de subjetivação e os estilos de vida que se estruturam nos dias de

hoje. A ambivalência deste contexto incrementa tanto o sentido de esgarçamento subjetivo que Alice experimenta no momento em que atravessa para o outro lado do espelho, quanto a catatonia que bibliófilo desesperançado experimenta em sua odisséia assoberbada e atormentada pela biblioteca borgiana. Talvez, por isto, não sejamos capazes de, neste momento, produzir, ensejar ou vislumbrar qualquer modelo alternativo ao quadro vigente.

## Bibliografia

ABDENUR, R. Reflexões sobre Mercosul, Alca e UE. *Política Externa*, vol. 6, nº. 2, setembro/outubro/novembro de 1997, pp. 62-70.

ABREU, M.P. (1994). O Brasil na Rodada Uruguai do GATT: 1982-1993 in: G. Fonseca Júnior e S.H.N. de Castro (orgs). *Temas de política externa brasileira II*. Brasília e São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão e Paz e Terra, volume I.

ALENCASTRO, L.F. de (1997)(org.). *História da vida privada no Brasil: Império — a corte e a modernidade nacional, volume 2*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARIÈS, P. (1978, orig: 1960). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_ & CHARTIER, R. (1991). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes, volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARRIGHI, G. (1996, orig: 1994). *O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Contraponto/Editora Unesp.

\_\_\_\_\_ (1998, orig: 1997). *A Ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

BARBOSA, R.A. & CÉSAR, L.F.P. (1994a). A integração sub-regional, regional e hemisférica: o esforço brasileiro: G. Fonseca Júnior e S.H.N. de Castro (orgs). *Temas de política externa brasileira II*. Brasília e São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão e Paz e Terra, volume I.

\_\_\_\_\_. (1994b). O Brasil como "Global Trader" in: G. Fonseca Júnior e S.H.N. de Castro (orgs). *Temas de política externa brasileira II*. Brasília e São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão e Paz e Terra, volume I.

BATISTA JÚNIOR, P.N. O círculo de giz da "globalização". *Novos Estudos/CEBRAP*, n°. 49, pp. 84-97, novembro de 1997.

\_\_\_\_\_. Mitos da "globalização". *Estudos Avançados*, 12 (32), 1998, pp. 125-186.

BAUMAN, Z. (1998, orig: 1997). *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1999, orig: 1998). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BELL, D. (1977, orig: 1973). *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.

BENEDIKT, M. (1991). Introduction in: *Cyberspace: first steps*. Cambridge, MA: The MIT Press.

BLASS, L.M.S. (1997). Trabalho e suas metamorfoses in: L. Dowbor, O. Ianni e P.E.A. Resende (orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1996). State and market: a new engagement for the twenty-first century ? in: R. Boyer & D. Drache (eds.). *States against markets: the limits of globalization*. London and New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. & DRACHE, D. (1996). *States against markets: the limits of globalization*. London and New York: Routledge.



BRANWYN, G. (1994). Compu-Sex: Erotica for cybernauts in: M. Dery (ed). *Flame wars: the discourse of cyberculture*. Durham and London: Duke University Press.

BRETON, P. (1991, orig: 1987). *História da informática*. São Paulo: Unesp.

BROCKMAN, J. (ed.) (1997, orig: 1996). *Digerati: encontros com a elite digital*. Rio de Janeiro: Campus.

BRODIE, J. (1996). New state forms, new political spaces in: R. Boyer & D. Drache (eds.). *States against markets: the limits of globalization*. London and New York: Routledge.

BRUNER, J. (1997, orig: 1990). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

BURTT, E. A. (1991, orig: 1983). *As Bases metafísicas da ciência moderna*. Distrito Federal: Editora UnB.

CANCLINI, N. G. (1998, orig: 1987). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. (1999, orig: 1995). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CARDOSO, A.M. Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, nº. 4, 1998, pp. 701-750.

CARDOSO, F.H. (1997). *Globalização (duas conferências)*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

CAROTHERS, T. Civil Society. *Foreign Policy*, nº. 117, winter 1999-2000, pp. 18-29.

CASSIOLATO, J.E. (1999). A Economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas em: Helena M.M. Lastres e S. Albagli (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

CASTEL, R. (1998, orig: 1995). *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

CASTELLS, M. (1999a, orig: 1996). *A Sociedade em rede — A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, volume 1*. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1999b, orig: 1996). *O Poder da identidade — A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, volume 2*. São Paulo: Paz e Terra.

CHESNAUX, J. (1995, orig: 1989). *Modernidade-Mundo: brave modern world*. Petrópolis: Vozes.

CLAIRMONT, F.F. Ces firmes géantes qui se jouent des états. *Le Monde diplomatique*, décembre 1999.

COCCO, G. (1999). A Nova qualidade do trabalho na Era da Informação em: Helena M.M. Lastres & S. Albagli (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

CONNOR, S. (1993). *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola.

CORSI, F.L. (1997). A globalização e a crise dos estados nacionais in: L. Dowbor, O. Ianni e P.E.A. Resende (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

COSTA, J. F. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (1992). *A Inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. (1994). Pragmática e processo analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson e Rorty em: *Redescrições da psicanálise — ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DAVIS, P.J. & HERSCH, R. (1986). *Descartes Dream: the world according to mathematics*. Orlando, FL: Harcourt Bruce Jovanovich.

DERY, M. (ed.)(1994). *Flame wars: the discourse of cyberculture*. Durham and London: Duke University Press.

\_\_\_\_\_. (1996). *Escape velocity: cyberculture at the end of the century*. New York: Grove Press.

DONZELOT, J. (1977). *La police des familles*. Paris: Minuit.

DRUCKER, P.F. As mudanças na economia mundial. *Política Externa*, vol. 1, nº. 3, dezembro 1992, pp. 17-39.

\_\_\_\_\_. (1996, orig: 1993) *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira.

\_\_\_\_\_. A economia global e o estado nacional. *Foreign Affairs: edição brasileira*. 12 de setembro de 1997, pp. 7-11.

DUBY, G. (1981). *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris: Hachette.

\_\_\_\_\_. (1990). *História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras.

DUMONT, L. (1993). *Essais sur l'individualisme moderne*. Paris: Éditions du Seuil.

\_\_\_\_\_. (2000, orig: 1977). *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, SP: Edusc.

DYSON, E. (1998, orig: 1997). *Release 2.0: a nova sociedade digital — um roteiro de vida na internet*. Rio de Janeiro: Campus.

EICHENGREEN, B. (2000, orig: 1996). *A Globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34.

EPSTEIN, G. (1996). International capital mobility and the scope for national economic management in: R. Boyer & D. Drache (eds.). *States against markets: the limits of globalization*. London and New York: Routledge.

EZRAHI, Y. (1994). Technology and the illusion of the escape from politics in: Y. Ezrahi, E. Mendelsohn & H. Segal (orgs.). *Technology, pessimism and postmodernism*. Amherst, MA: The University of Massachusetts Press.

FEATHERSTONE, M. (1994, orig: 1990). Cultura global: introdução em: *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1995, orig: 1990). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.

\_\_\_\_\_. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (11): 105-124, outubro de 1996.

\_\_\_\_\_. (1997, orig: 1995). *O Desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel.

\_\_\_\_\_ & BURROWS, R. (eds.)(1995). *Cultures of technological embodiment: an introduction in: Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

FERRETTI, C.J. et al. (1996, orig: 1994). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes.

FIGUEIRA, S. A. (org.)(1978). *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_. (1981). *O Contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_. (1987). *Nos Bastidores da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

FLANDRIN, J. L. (1981). *Le sexe et l'Occident*. Paris: Seuil.

FODOR, J. (1983). *The Modularity of mind*. Cambridge, MA: The MIT Press.

FORRESTER, V. (1997, orig: 1996). *O Horror econômico*. São Paulo: Unesp.

FOUCAULT, M. (1991, orig: 1975). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 7a. edição.

\_\_\_\_\_.(1995). O Sujeito e o poder em: P. Rabinow & H. Dreyfus *Michel Foucault: uma trajetória filosófica — para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_.(1997, orig: 1977). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_.(1999, orig: 1970). *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

FREUD, S. (1969, orig: 1921). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII.

FURTADO, C. (1998). *O Capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.

GALVÃO, M.B.A. (1997). *Globalização — Arautos, Céticos e Críticos: o conceito, o debate atual e alguns elementos para a política externa brasileira*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, XXXIV Curso de Altos Estudos, julho de 1997.

GATES, B. (1995). *A Estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1999). *A Empresa na velocidade do pensamento com um sistema nervoso digital*. São Paulo: Companhia das Letras.

GEORGE, S. Comment l' OMC fut mise en échec. *Le Monde diplomatique*, janvier 2000.

GIBSON, W. (1991, orig: 1984). *Neuromancer*. São Paulo: Aleph.

\_\_\_\_\_. (1999). *Idoru*. São Paulo: Conrad.

GIDDENS, A. (1991, orig: 1990). *As Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. (1996, orig: 1994). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. (1999, orig: 1998). *A Terceira via*. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. (2000, orig: 1999). *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

GUIMARÃES, S.P. (1999). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI/Funag.

HALL, S. (1999, orig: 1992). *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora.

HANNERZ, U. (1994, orig: 1990). Cosmopolitas e locais na cultura global em: M. Featherstone (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.

HARVEY, D. (1993). *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HAYEK, F.A. (1990, orig: 1944). *O Caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

HELD, D. (1995). *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Stanford, CA: Stanford University Press.

HELLEINER, E. (1996). Post-globalization: Is the financial liberalization trend likely to be reversed ? in: R. Boyer & D. Drache (eds.). *States against markets: the limits of globalization*. London and New York: Routledge.

HERF, J. (1994). Belated pessimism: technology and twentieth century german conservative intellectuals in: Y. Ezrahi, E. Mendelsohn & H. Segal (orgs.). *Technology, pessimism and postmodernism*. Amherst, MA: The University of Massachussets Press.

HIRST, P. & THOMPSON, G. (1998, orig: 1996). *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes.

HOBBSBAWM, E. (1995, orig: 1994). *A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2000, orig: 1999). *O Novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLLAND, S. (1995). Descartes goes to Hollywood: mind, body and gender in contemporary cyborg cinema in: M. Featherstone and R. Burrows (eds.). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

HUNT, E.K. (1989, orig: 1978). *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_ & SHERMAN, H.J. (1993, orig: 1975). *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes.

HUNTER, M. Les salariés américains aimeraient le temps de vivre. *Le Monde diplomatique*, novembre 1999.

HUTTON, W. (1998, orig: 1995). *O Estado que temos hoje*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

\_\_\_\_\_. (1998, orig: 1997). *Como será o futuro Estado ?*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

JAMESON, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.



KELLNER, D. (1995). *Media culture: cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern*. Londres: Routledge.

KELLY, K. (1994). *Out of control: The rise of neo-biological civilization*. New York: Addison-Wesley.

KENNEDY, P. (1989, orig: 1988). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_. (1993). *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 2a. edição revisada.

KISSINGER, H. (1999, orig: 1994). *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2a. edição revista.

KOYRÉ, A. (1991, orig: 1973). *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

KRAUT, R. et al. (1998). Internet Paradox: a social technology that reduces social involvement and psychological well-being ?. *American Psychologist*, 53(9), 1017-1031.

KRUGMAN, P. R. (1999, orig: 1996). *Internacionalismo Pop*. Rio de Janeiro: Campus.

LAFER, C. A OMC, globalização e regionalização. *Política Externa*, vol. 6, nº. 2, setembro/outubro/novembro de 1997, pp. 83-93.

\_\_\_\_\_ & FONSECA JÚNIOR, G. (1994). Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões) em: G.

Fonseca Júnior & S.H.N. Castro (orgs). *Temas de política externa brasileira II*. Brasília e São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão e Paz e Terra, volume 1.

LAMPREIA, L.F. *As Perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil*. Exposição no X Fórum Nacional, Rio de Janeiro. 12 de maio de 1998, mimeo.

\_\_\_\_\_. (1999). *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.

LASCH, C. (1988). *A Cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.

LATOUCHE, S. (1996, orig: 1992). *A Ocidentalização do mundo*. Petrópolis: Vozes.

LEARY, T. (1994). *Chaos & cyberculture*. Berkeley, CA: Ronin Publishing.

LÉVY, P. (1991). *L'idéographie dynamique: vers une imagination artificielle ?*. Paris: La Découverte.

\_\_\_\_\_. (1993, orig: 1990). *As Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_. (1996, orig: 1995). *O que é virtual ?*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_. (1999, orig: 1997). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_ & AUTHIER, M. (1995). *As Árvores de conhecimento*. São Paulo: Escuta.

LUKES, S. (1973). *Individualism*. New York: Harper & Row.

LUPTON, D. (1995). The Embodied computer/user in: M. Featherstone and R. Burrows (eds.). *Cyberspace: Cyberbodies: Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

LYND, R. & LYND, H. (1959, orig: 1929). *Middletown: a study of contemporary american culture*. New York: Harcourt Bruce.

\_\_\_\_\_. (1982, orig: 1937). *Middletown in transition: a study in cultural conflicts*. New York: Harcourt Bruce.

LYOTARD, J.F. (1979). *La Condition postmoderne*. Paris: Les Éditions de Minuit.

MAFFESOLI, M. (1998). *O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MAGNOLI, D. (1995). *Questões internacionais contemporâneas*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão.

MARQUES, I.C. (1999). Desmaterialização e trabalho em: Helena M.M. Lastres & S. Albagli (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

MARX, L. (1994). The idea of “technology” and postmodern pessimism in: Y. Ezrahi, E. Mendelsohn & H. Segal (orgs.). *Technology, pessimism and postmodernism*. Amherst, MA: The University of Massachussets Press.

MARTINS, C.E. Da globalização da economia à falência da democracia. *Economia e Sociedade*, Campinas, (6):1-23, jun. 1996.

MATTELART, A. (1996, orig: 1991). *Comunicação-Mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes.

MAZUR, J. Labor's new internationalism. *Foreign Affairs*, vol. 79, n.º 1, january/february 2000, pp. 79-93.

McCARRON, K. (1995). Corpses, animals, machines and mannequins: the body and cyberpunk in: M. Featherstone and R. Burrows (eds). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

MELLO E SOUZA, L. (1997). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, volume 1*. São Paulo: Companhia das Letras.

MILLER, G.A. The magical number seven, plus or minus two: some limits on our capacity for processing information. *Psychological Review*, (1956): 81-97.

MINGIONE, E. Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, n.º 4, 1998, pp. 673-700.

MINSKY, M. (1985). *The Society of mind*. New York: Simon and Schuster.

MIYAMOTO, S. (1998, orig: 1997). A segurança internacional no pós-guerra fria em: L. Dowbor, O. Ianni & P.E.A. Resende (orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

MONTERO, P. (1998). Reinventando as diferenças num mundo global em: L. Dowbor, O. Ianni & P.E.A. Resende (orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

NAISBITT, J. (1996, orig: 1982). *Macrotendências*. Lisboa: Editorial Presença.

NEGROPONTE, N. (1995). *A Vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras.

NICOLACI-DA-COSTA, A.M. (1997). *Na malha da Rede: os impactos íntimos da Internet*. Rio de Janeiro: Campus.

NOVAK, M. (1991). Liquid architectures in cyberspace in: M. Benedikt (ed). *Cyberspace: first steps*. Cambridge, MA: The MIT Press.

NUNES, J. M. G. (1996/7). Perspectivas para a subjetividade no século XXI. *Psicologia Clínica: pós-graduação e pesquisa*. Departamento de Psicologia/PUC-Rio, 8, pp. 75-99.

\_\_\_\_\_. Tecnologias informáticas e subjetividade humana: um enfoque pragmático. *Áquila*. Rio de Janeiro, 1(2): 151-168, jul/dez. 1997.

OHMAE, K. (1996, orig: 1995). *O Fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus.

OLSON, M. (1965). *The Logic of collective action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.

PAPERT, S. (1985, orig: 1980). *Logo: computadores e educação*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (1994, orig: 1993). *A Máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

PASSOS, C.A.K. (1999). Novos modelos de gestão e as informações em: Helena M. M. Lastres & S. Albagli. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

PEÑA, F. Regras do jogo e instituições no Mercosul. *Política Externa*, vol. 6, nº. 2, setembro/outubro/novembro de 1997, pp. 71-82.

\_\_\_\_\_. Sobre o futuro do Mercosul. *Política Externa*, vol. 8, nº. 3, dezembro/janeiro/fevereiro de 2000, pp. 3-14.

PERROT, M. (1995). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, volume 4*. São Paulo: Companhia das Letras.

POLANYI, K. (2000, orig: 1944). *A Grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

PORTO, S. D. (org.)(1999). *Sexo, afeto e era tecnológica: um estudo de chats na Internet*. Brasília, DF: Editora UnB.

POSTER, M. (1995). Postmodern virtualities in: M. Featherstone and R. Burrows (eds). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

PROST, A . & VINCENT, G. (1992). *História da vida privada: da Primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRZEWORSKI, A. (1995, orig: 1985). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1994, orig: 1991). *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado: responsabilidade política e intervenção econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 32, ano 11, pp. 18-40, outubro de 1996.

REINICKE, W.H. The other World Wide Web. *Foreign Policy*, nº. 117, winter 1999/2000, pp. 44-57.

RHEINGOLD, H. (1996, orig: 1993). *A Comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva.

RICUPERO, R. (2000). De Seattle a Bangcoc: a globalização em crise. *Panorama da Conjuntura Internacional*, no. 5, ano 2, mai-jun 00, pp. 24-26.

RIESMAN, D. (1950). *The Lonely crowd: a study of the changing american character*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.

RIFKIN, J. (1996). *O Fim dos empregos*. Rio de Janeiro: Makron Books.

ROBERTSON, R. (2000, orig: 1992). *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes.

ROBINS, K. (1995). Cyberspace and the world we live in in: M. Featherstone and R. Burrows (eds.). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. London: Sage.

\_\_\_\_\_. (1996). *Into the image: culture and politics in the field of vision*. London and New York: Routledge.

RUSHKOFF, D. (1996). *Playing the future: how kids' culture can teach us to thrive in an Age of Chaos*. New York: HarperCollins Publishers.

SALE, K. (1999, orig: 1995). *Inimigos do futuro: a guerra dos luditas contra a Revolução Industrial e o desemprego*. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, W.G. (1992). *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco.

\_\_\_\_\_. *Globalização: Convergências e Exclusões*. Seminários Friedrich Naumann/IUPERJ, 4, julho de 1997.

\_\_\_\_\_. (1999). *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

SCHAFF, A. (1993). *A Sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense/Editora Unesp.

SCHILLER, D. Internet happé par les spéculateurs. *Le Monde diplomatique*, février 2000.

SCHWARCZ, L. M. (1998). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, volume 4*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEGAL, H.P. (1994). The cultural contradictions of high tech: or the many ironies of contemporary technological optimism in: Y. Ezrahi, E. Mendelsohn & H. Segal (orgs.). *Technology, pessimism and postmodernism*. Amherst, MA: The University of Massachussets Press.

SENNETT, R. (1988, orig: 1974). *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1999, orig: 1998). *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SEVCENKO, N. (1998). *História da vida privada no Brasil: República — da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SHANNON, C.E. & WEAVER, W. (1972, orig: 1949). *The Mathematical theory of communication*. Chicago, IL: The University of Illinois Press.



SHOBCHACK, V. (1994). New Age Mutant Ninja Hackers: reading *Mondo 2000* in: M. Dery (ed). *Flame wars: The discourse of cyberculture*. Durham and London: Duke University Press.

SKLAIR, L. (1995, orig: 1990). *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes.

SLAGHTER, A.M. A verdadeira nova ordem mundial. *Foreign Affairs: edição brasileira*. 12 de setembro de 1997, pp. 25-30.

SMITH, A.D. (1994, orig: 1990). Para uma cultura global ? em: M. Featherstone (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.

SPITZ, R. (1999). Internet, WWW & comunicação humana: uma nova Torre de Babel ? em: R.M.S. Couto e A.J. de Oliveira (orgs.). *Formas do design: por uma metodologia interdisciplinar*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Artes.

STERLARC (1997). Das estratégias psicológicas às ciberestratégias: a protética, a robótica e a existência remota em: D. Domingues (org). *A Arte no século XXI: a Humanização das tecnologias*. São Paulo: Unesp.

STIGLITZ, J. Rumo ao pós-Consenso de Washington. *Política Externa*, vol. 7, nº. 2, setembro de 1998, pp. 3-31.

STOKES, B. The Protectionist myth. *Foreign Policy*, nº. 117, winter 1999/2000, pp. 88-102.

TAPSCOTT, D. (1999, orig: 1998). *Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net*. São Paulo: Makron Books.

TENNER, E. (1997, orig: 1996). *A Vingança da tecnologia*. Rio de Janeiro: Campus.

*The Economist* (1999a). After Seattle: a global disaster, december 11th-17th: 19-20.

*The Economist* (1999b). The non-governmental order, december 11th-17th: 20-21.

*The Economist* (1999c). The World in 2000, december 1999.

TOFFLER, A. (1970). *Future shock*. New York: Bantam Books.

\_\_\_\_\_. (1980). *The Third wave*. New York: Bantam Books.

\_\_\_\_\_. (1990). *Powershift: knowledge, wealth and violence at the edge of 21st. Century*. New York: Bantam Books.

TOMAS, D. (1991). Old rituals for new space: rites de passage and William Gibson's cultural model of cyberspace in: M. Benedikt (ed.). *Cyberspace: first steps*. Cambridge, MA: The MIT Press.

\_\_\_\_\_. (1995). Feedback and cybernetics: reimagining the body in the age of cybernetics in: Mike Featherstone and Roger Burrows (eds). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiments*. Londres: Sage.

TOULMIN, S. (1990). *Cosmopolis: the hidden agenda of modernity*. Chicago: The University of Chicago Press.

TSCHRIGI, D. Des islamistes aux zapatistes, la révolte des "marginiaux de la terre". *Le Monde diplomatique*, janvier 2000.

TURKLE, S. (1984). *The Second self: computers and the human spirit*. New York: Simon and Schuster.

\_\_\_\_\_. (1996). *Life on the screen: identity in the age of internet*. New York: Simon and Schuster.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE (1999). *The Emerging digital economy II*. Washington, D.C.: Government Printing Office. June 1999.

VARENNE, H. (1977). *Americans together: structured diversity in a midwestern town*. New York: Teachers College Press.

VEBLEN, T. (1987, orig: 1899). *A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural.

VELHO, G. (1981). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VEYNE, P. (1990). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIGEVANI, T. (1998, orig: 1997). Globalização e política: ampliação ou crise da democracia ? in: L. Dowbor, O. Ianni & P.E.A Resende (orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

YAVETZ, I. (1994). A Victorian thunderstorm: lightning protection and technological pessimism in the nineteenth century in: Y. Ezrahi, E. Mendelsohn & H. Segal (orgs.). *Technology, pessimism and postmodernism*. Amherst, MA: The University of Massachusetts Press.

WARRICK, P.S. (1980). *The Cybernetic imagination in science fiction*. Cambridge, MA: The MIT Press.

WEBER, M. (1996, orig: 1904/5). *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 10a. edição.

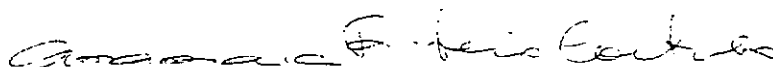
WEIZENBAUM, J. (1976). *Computer power and human reason: from judgment to calculation*. New York: W. H. Freeman and Co.

WIENER, N. (1948). *Cybernetics, or control and communication in the animal and the machine*. New York: John Wiley and Sons.

\_\_\_\_\_. (1968, orig: 1950). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix.

WILLIAMSON, J. (1996, orig: 1993). *A Economia aberta e a economia internacional*. Rio de Janeiro: Campus.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pelo aluno José Mauro Gonçalves Nunes, intitulada "**Tecnologias informáticas e modos de subjetivação**", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



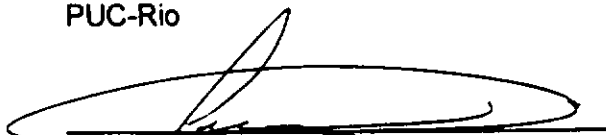
Prof.<sup>a</sup>. Anamaria Ribeiro Coutinho  
(Orientadora) PUC-Rio



Prof.<sup>a</sup>. Rejane Spitz  
PUC-rio



Prof.<sup>a</sup>. Carolina Lampreia  
PUC-Rio



Prof. Jurandir Freire Costa  
UERJ



Prof. Luis Claudio Figueiredo  
USP

Visto e permitida a impressão  
Rio de Janeiro, 10.11.2000.



Prof. Jürgen Heye  
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de  
Teologia e Ciências Humanas